

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Departamento de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Júlia Thassya Theodoro Soares

Linhas da Vulnerabilidade: Identidade e Discurso dos Pequenos Estados
Insulares em Desenvolvimento

Belo Horizonte

2021

Júlia Thassya Theodoro Soares

Linhas da Vulnerabilidade: Identidade e Discurso dos Pequenos Estados
Insulares em Desenvolvimento

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dr^a. Matilde de Souza

Coorientador: Prof. Dr. Cristiano Garcia Mendes

Área de Concentração: Política Internacional -
Instituições, Conflitos e Negociações
Internacionais

Belo Horizonte

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S676l	Soares, Júlia Thassya Theodoro Linhas da vulnerabilidade: identidade e discurso dos pequenos estados insulares em desenvolvimento / Júlia Thassya Theodoro Soares. Belo Horizonte, 2021. 98, [7] f. : il. Orientadora: Matilde de Souza Coorientador: Cristiano Garcia Mendes Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 1. Relações internacionais - Aspectos ambientais. 2. Política ambiental. 3. Mudanças climáticas - Aspectos ambientais. 4. Mudanças climáticas - Aspectos econômicos. 5. Mudanças climáticas - Aspectos sociais. 6. Risco ambiental. 7. Análise do discurso. 8. Pós-estruturalismo. 9. Vulnerabilidade. 10. Desenvolvimento econômico. I. Souza, Matilde de. II. Mendes, Cristiano Garcia. III. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. IV. Título. CDU: 327.39
-------	---

Júlia Thassya Theodoro Soares

Linhas da Vulnerabilidade: Identidade e Discurso dos Pequenos Estados
Insulares em Desenvolvimento

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dr.^a. Matilde de Souza

Área de Concentração: Instituições, Conflitos e
Negociações Internacionais

Prof.^a Dr.^a Matilde Souza (Orientadora- PUC Minas)

Prof. Dr. Cristiano Garcia Mendes (Coorientador - PUC Minas)

Prof.^a Dr.^a Letícia Britto dos Santos – PUC Minas (Banca Examinadora)

Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes – UFU (Banca Examinadora)

Belo Horizonte 30/03/2021

À minha mãe, Chyrlei, não tem um dia que eu não sinto sua falta. Ao meu afilhado, Daniel, não tem um dia que não anseio pela sua chegada. À minha família de amigos, que eu escolhi.

AGRADECIMENTOS

À minha avó, que me criou e me inspira todos os dias em me dedicar ao que eu amo.

Ao Rodrigo, meu parceiro, meu amor, obrigada por me acompanhar todos os dias, você é a razão da minha euforia.

À professora Matilde Souza, por ter guiado todos os meus passos enquanto “desbravava essa floresta”, também pelo incentivo desde os primeiros momentos da pesquisa.

Ao professor Cristiano Mendes, por ter me instruído e me ensinado como ninguém.

Aos meus amigos do grupo de orientandos da professora Matilde, por todas as dicas, correções, pelo apoio e o carinho.

Aos meus queridos amigos Luiz Felipe Dias Pereira (meu Leônidas), Gisele Duarte Teixeira (minha Gii) e Ana Luiza Braga Eliziário (minha Aninha), por terem lido e relido essa dissertação diversas vezes, pelas dicas, pelo carinho, amo vocês!

Aos meus amigos queridos, Vívian, Ariel, Artur, Pedro Inácio, Natália e Isabela, por estarem sempre aqui me acompanhando, vocês têm um pedacinho do meu coração, sempre.

Às minhas queridas cunhadas, Letícia e Luiza, pelo apoio e carinho.

À PUC-MG e à PPGRI pelo caminho e todo o aprendizado que tive trilhando ele.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“Too much change is never a good thing, ask climate”

Michael Scott
(The Office – Greg Daniels)

RESUMO

O presente trabalho buscou compreender o processo de construção das identidades dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) em seus discursos no Regime Internacional de Mudança do Clima. No trabalho foi mobilizada a seguinte pergunta problema: Como se observa a construção da identidade de principais vítimas da mudança global do clima pelos SIDS e seus representantes em atuação no Regime Internacional de Mudança Climática (RIMC)? E para respondê-la foi executada uma análise de discursos de cinco documentos produzidos por agrupamentos formados por países membros da categoria analisadas. Os textos foram produzidos nos anos de 1989, 1999, 2009, 2012, 2014. O trabalho foi executado de acordo com os princípios da teoria pós-estruturalista das Relações Internacionais. Devido às particularidades do pós-estruturalismo, a análise de discurso executada se utilizou dos instrumentos da chamada terceira fase da análise de discurso. Ao final da análise concluiu-se que a construção dessas identidades se dá através de justaposição da identidade de “vulneráveis” e “em desenvolvimento”.

Palavras Chave: Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento; Mudança do Clima; Análise de Discurso; Pós-Estruturalismo; Vulnerabilidade; Desenvolvimento;

ABSTRACT

The present work sought to understand the process of the construction of Small Island Developing States' identities in their speeches in the International Climate Change Regime. In this thesis, the following problem question was mobilized: How is the construction of the identity of the main victims of global climate change observed by SIDS and their representatives acting in the International Climate Change Regime (RIMC)? And to answer this question, five documents produced by groupings formed by member countries of the category had their speeches analyzed. The texts were written in the years 1989, 1999, 2009, 2012 and 2014. This study was carried out according to the principles of the post-structuralist theory of International Relations. Due to the particularities of post-structuralism, the discourse analysis performed used the instruments of the so-called phase three of the discourse analysis. At the end of the thesis, it was concluded that the construction of these identities occurs through the juxtaposition of the identity of "vulnerable" and "under development".

Keywords: Small Island Developing States; Climate Change; Discourse Analysis; Post Structuralism; Vulnerability; Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Desenho de Pesquisa proposto por Hansen (2006).....	29
Figura 2: Datas dos discursos coletados	31
Figura 3: Desenho da pesquisa	32
Figura 4: Média das importações de bens e serviços (% do PIB) dos SIDS membros da ONU x Global	52
Figura 5: Passos para a Execução da AD	63
Figura 6: A construção discursiva da diferenciação entre industrializados e não industrializados na Declaração de Malé	68
Figura 7: Utilização do termo SIDS na Declaração de Majuro	69
Figura 8: A construção discursiva dos SIDS como “membros mais vulneráveis” na Declaração de Majuro.....	72
Figura 9: Delimitação das identidades dos SIDS	79
Figura 10: A aproximação discursiva dos SIDS e dos LDCs Fonte: Formulado pela autora com base em AOSIS (1999) e AOSIS (2009)	81
Figura 11: A construção discursiva da ligação entre SIDS e LDCs na Declaração dos Líderes da AOSIS de 2012	84
Figura 12: A ligação e a diferenciação entre SIDS e países desenvolvidos	87
Figura 13: Relações de diferença no discurso sobre as transferências de recursos	93
Figura 14: Relação entre a construção dos <i>selves</i> na Declaração da AOSIS sobre a Mudança do Clima de 2009 e a construção dos países desenvolvidos em outras declarações	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: SIDS de acordo com a dimensão vulnerabilidade do ND-GAIN	38
Tabela 2: Emissão de CO2 pelos SIDS em 2018	40
Tabela 3: Lista dos SIDS membros da ONU.....	45
Tabela 4: SIDS classificados de acordo com sua renda per capita média	49

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

AD – Análise de Discurso

AD1 – 1ª fase da análise de discurso

AD2 – 2ª fase da análise de discurso

AD3 – 3ª fase da análise de discurso

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas

AIMS – Atlantic, Indian Ocean, Mediterranean and South of China Sea

AOSIS – Alliance of Small Island-States

BPOA – Barbados Program of Action

CARICOM – Comunidade do Caribe

COP – Conference of Parties

EUA – Estados Unidos da América

FD – Formação Discursiva

FMI – Fundo Monetário Internacional

GATT – General Agreement on Tariffs and Trade

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFI – Instituição Financeira Internacional

LDC – Least Developed Countries

MGC – Mudança Global do Clima

ND-Gain – Notre Dame-Global Adaptation Index

OMC – Organização Mundial de Comércio

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PIP – Países Insulares do Pacífico

SIDS – Small Island Developing States

RI – Relações Internacionais

RIMC – Regime Internacional de Mudança do Clima

UNCED – United Nations Conference on Environment and Development

UNCTAD – United Nations Conference for Trade and Development

UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change

UN-OHRLLS – United Nations Office of the High Representative for the Least Developed Countries, Landlocked Developing Countries and Small Island Developing States

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	11
2.	DISCURSOS E ESTABILIZAÇÃO DE IDENTIDADES	13
2.1.	O Pós-Estruturalismo e sua emergência das Relações Internacionais.....	13
2.1.1.	O Pós-Estruturalismo nas Relações Internacionais	16
2.2	A Construção das Identidades e a Política Externa como Prática Criadora de Fronteiras .	19
2.2.1	A política externa como formadora de fronteiras	21
2.3.	A Análise de Discurso como mecanismo investigativo	22
2.3.1.	As Formações Discursivas	24
2.3.2.	Modelo Intertextual	27
2.3.3.	Desenho de Pesquisa	30
3.	REGIME INTERNACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA E OS PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO.....	Erro! Indicador não definido.
3.1.	Pequenos Países-Ilha em Desenvolvimento no Regime Internacional de Mudança do Clima	Erro! Indicador não definido.
3.2.	Pequenos Países-Ilha em Desenvolvimento e o processo de desenvolvimento econômico	42
3.3	Consequências da mudança do clima para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento	57
3.3.1	A AOSIS e a busca por espaço dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento .	59
4.	LINHAS DE VULNERABILIDADE: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DOS SIDS..	61
4.1.	Modelo da análise	61
4.2	A Construção dos <i>selfs</i> : Vulneráveis e em desenvolvimento	63
4.2.1.	A ligação dos <i>selfs</i> com outras partes: casos especiais	79
4.3.	A Construção dos <i>others</i> : desenvolvidos e responsáveis	85
5.	CONCLUSÕES	97
6.	REFERÊNCIAS	99

1. INTRODUÇÃO

A Mudança Global do Clima, MGC, já ocupa um espaço relevante em agendas internacionais desde os anos finais do século XX e a partir do começo do século XXI é considerada, majoritariamente, o tópico principal dos debates internacionais (BOYKOFF, 2011). Assim, narrativas múltiplas sobre o fenômeno foram construídas em diversos discursos que tratam dele. Esses discursos se ligam principalmente aos debates sobre a MGC como ameaça (DALBY, 2013) e também sobre a relação entre a mudança do clima e o desenvolvimento (GRIST, 2008). Nesse cenário, foi criado um Regime Internacional de Mudança do Clima, uma arena internacional para negociações sobre o tema (DEPLEDGE; YAMIN, 2004).

O regime em questão é parte importante dessas narrativas, podendo ser considerado como uma formação discursiva nos termos de Foucault (2008), em que se pode estabelecer um conjunto semelhante de significados mobilizados nos discursos que se localizam no Regime Internacional de Mudança do Clima. Nesse cenário, os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) são categorizados como tal pela primeira vez em 1992 (SANTOS, 2018).

Os SIDS são pequenos países, normalmente caracterizados por ser vulneráveis social, ambiental e economicamente (UNEP, 2014). Esses países possuem dificuldades em se estabelecer nos regimes de comércio internacional e de desenvolvimento (LINDSAY, 2019), mas são frequentemente chamados de liderança no Regime Internacional da Mudança do Clima, mesmo com suas dificuldades de participação (BETZOLD, 2010). Sendo assim, esse trabalho se orientou através da seguinte pergunta problema: Como se observa a construção da identidade de principais vítimas da MGC pelos SIDS e seus representantes em atuação no Regime Internacional de Mudança climática (RIMC)?

O objetivo geral do trabalho é: Compreender as estratégias de construção de identidades mobilizadas pelos SIDS em discursos feitos no RIMC. Os objetivos específicos, por outro lado, são: 1. Mapear as representações associadas aos SIDS em discursos no RIMC; 2. Compreender os significados associados à tais representações; 3. Compreender como esses países constroem suas identidades discursivamente. Ressalta-se que o presente trabalho não se utiliza de uma hipótese, devido a sua natureza teórica pós-estruturalista.

Sendo assim, o trabalho se organiza em três capítulos, além desta Introdução e da Conclusão. O capítulo dois possui um foco na abordagem pós-estruturalista das Relações Internacionais, nele são apresentados os elementos do pós-estruturalismo e da crítica pós-estruturalista, assim como o desenho de pesquisa e os conceitos que serão mobilizados nos capítulos seguintes. O terceiro capítulo se ocupa de apresentar os termos a partir dos quais os SIDS são compreendidos em duas formações discursivas: o RIMC e a formação discursiva do desenvolvimento; nesse capítulo serão apresentadas as principais características associadas a eles nesses discursos que são: a vulnerabilidade e a falta de recursos econômicos. O quarto capítulo apresenta a análise de discurso que foi efetuada e em seguida, são expostas as conclusões de tais análises.

Assim, os principais elementos encontrados na análise para responder à pergunta problema foi a justaposição entre os elementos construídos na formação discursiva do RIMC, de vulnerabilidade à mudança do clima, e na formação discursiva do desenvolvimento, a falta de recursos desses países pequenos. Essa construção contrasta com a construção de países desenvolvidos como os *others*, que são menos vulneráveis e detêm mais recursos. Esses *others* são, então, colocados em uma posição de responsabilização pela mudança do clima e as ameaças que ela apresenta para os SIDS e outros países vulneráveis, de forma que passam a ter obrigações para com a proteção e o financiamento desses últimos.

2. DISCURSOS E ESTABILIZAÇÃO DE IDENTIDADES

Este capítulo tem a função de apresentar os alicerces teóricos e metodológicos em que o presente trabalho foi construído. É importante recuperar a pergunta problema que norteia o trabalho: Como se observa a construção da identidade de principais vítimas da MGC pelos SIDS e seus representantes em atuação no Regime Internacional de Mudança Climática (RIMC)? Para responder a pergunta problema, a teoria pós-estruturalista das Relações Internacionais será mobilizada de forma a orientar a execução de uma análise de discurso.

Sendo assim, este capítulo se organizará da seguinte maneira: no primeiro momento será feita uma breve contextualização da teoria pós-estruturalista, e, em seguida, serão apresentadas as principais premissas teóricas utilizadas aqui. O segundo momento se dedicará a explorar o processo de construção das identidades via discurso, nos termos informados pela seção anterior e a forma com que a política externa se constitui como um mecanismo de construção de fronteiras entre identidades. Para fechar o capítulo, será explorada a própria análise de discurso como método e há a apresentação do desenho de pesquisa utilizado na condução da análise de discurso executada aqui.

2.1. O Pós-Estruturalismo e sua emergência das Relações Internacionais

O Pós-Estruturalismo normalmente tem suas origens mapeadas junto à filosofia francesa dos anos de 1970, que pode ser conhecida especialmente por suas características críticas, e suas abordagens relativistas, que tratam do fim da utilização da ideia de um sujeito autocentrado e de uma pós-metafísica (DILLET; MACKENZIE; PORTER, 2013). Há uma forte ligação entre as premissas dessa linha de pensamento com a dos Estruturalistas dos anos de 1950 e 1960, cujos teóricos ficaram conhecidos pela *virada linguística*, que trouxe para o centro do debate filosófico e das ciências sociais a problemática da linguagem e da forma com que essa se estrutura (PETERS, 2000).

Apesar do que sugere o prefixo *pós* na expressão pós-estruturalismo, a teoria em questão não se apresenta como uma suplantação da antecessora, na verdade, as duas linhagens compartilham de várias premissas, como por exemplo a crítica à concepção iluminista da existência de uma consciência autônoma e universal, que consegue perceber o mundo em sua totalidade através da razão. Um outro ponto de encontro importante entre as duas abordagens vem da ideia de que a linguagem não possui nenhuma ligação com uma realidade metafísica,

de forma com que os significados são construídos através das relações entre os signos na estrutura dos discursos (PETERS, 2000).

Porém, é importante ressaltar que o pós-estruturalismo radicaliza as premissas estruturalistas e busca trazer uma reflexão sobre os limites do conhecimento positivista (DILLET; MACKENZIE; PORTER, 2013). Como parte dessa reflexão há a crítica à concepção iluminista da existência de uma consciência autônoma e universal, que consegue perceber o mundo em sua totalidade através da razão (PETERS, 2000). Para além disso, na teoria aqui apresentada argumenta pela morte do sujeito autoconsciente e pela ideia de que o eu é construído discursivamente em relação a um outro sujeito (LUMSDEN, 2013). Aqui, o sujeito passa a ser localizado histórica e culturalmente (PETERS, 2000).

A crítica ao positivismo e a radicalização do pós-estruturalismo em relação ao estruturalismo também trazem à tona a ideia de que é impossível existir estruturas e sistemas linguístico-sociais completamente pautados por uma lógica interna autônoma. Estes são compreendidos como construídos através de um arranjo entre dicotomias, que estão localizadas em relação à história e à cultura (GUTTING *apud* PETERS, 2000). Essas estruturas discursivas são responsáveis pela edificação das representações que serão chamadas de realidade.

A realidade passa a não ser mais compreendida como algo que existe de maneira externa à linguagem, isso porque é através desta última que são formadas as estruturas responsáveis pela atribuição de significado a qualquer elemento material. É possível pensar, por exemplo, que uma ferramenta pode ser considerada como tal através de seu uso (NABERS, 2015). Esta não é, por outro lado, uma negação da materialidade do mundo, mas a existência material toma a forma e significado quando colocada no interior de uma estrutura discursiva. Um tanque de guerra, por exemplo, assume significado em um determinado discurso sobre a forma de se pensar em disputas violentas (HANSEN, 2006).

Aqui, se faz necessário uma conceitualização do que chama-se de discurso na teoria pós-estruturalista e neste trabalho. Foucault (2008) define discurso como um: “[...] conjunto de enunciados efetivos (quer sejam falados ou escritos) em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um” (FOUCAULT, 2008, pg. 30). Assim, para o autor, um discurso é considerado como esse “conjunto de enunciados” (FOUCAULT, 2008, pg. 30) que trata de um conjunto de acontecimentos que são dotados de sentido em determinado recorte social, cultural e histórico (FOUCAULT, 2008). Mussalim (2004) expande sua compreensão de discurso para todo tipo de produção de linguagem em que há a criação de sentido. Isso

inclui imagens, obras literárias, documentos políticos ou peças de imprensa (MUSSALIM, 2004).

É possível que exista mais de um discurso sobre determinado objeto ou conjunto de objetos, o que pode ser chamado de narrativas em disputa. Nabers (2015) toma como exemplo a física moderna e a astrologia, dois discursos que versam sobre objetos similares, mas entram em conflito em relação ao que pode ser considerado verdade, porém coexistiram em um mesmo espaço temporal. Esses dois discursos diferentes são historicamente contingentes em relação a diferentes processos da vida social de um grupo em questão, sendo assim, é possível desestabilizar o conceito absoluto de verdade (NABERS, 2015).

Autores do pós-estruturalismo se baseiam na ideia de que é possível que haja a convivência de diferentes ontologias quando se pensa no estudo desse ambiente social em que as estruturas são construídas (NABERS, 2015). De acordo com Peters (2000), há, por parte dos pós-estruturalistas, a busca da substituição da ideia de ontologia por uma de genealogia.

A genealogia foi recuperada por Foucault (1984) da filosofia de Nietzsche. Essa expressão se refere a um processo que busca recuperar narrativas que “[...] substituem a ontologia, ou, para expressar a mesma ideia de uma forma diferente, as questões de ontologia se tornam historicizadas” (PETERS, 2000, pg. 39). A noção de genealogia, porém, se diferencia de uma ideia neutra de origem (FOUCAULT 1984).

Foucault (1984) diferencia as expressões utilizadas por Nietzsche em relação à história. Essas são: *ursprung*, ou origem, *herkunft*, a proveniência e *entstehung*, ou emergência. A ideia de origem, *ursprung*, traz um sentido da possibilidade de se traçar uma história de origem das coisas marcada pela neutralidade, uma “origem miraculosa” (FOUCAULT, 1984, pg.12) dos elementos estudados, que é compreendida de forma teleológica, como se os elementos da realidade social surgissem em algum momento da história com um propósito dado, inerente a si (FOUCAULT, 1984).

Em uma crítica a esses elementos, a genealogia percebe a história como permeada por processos de descontinuidade. Nesse ponto, os outros dois conceitos sobre origem se manifestam, *herkunft* e *entstehung*. A *herkunft*, a proveniência, descreve o processo de colisão de forças que vão criando desvios na forma e no significado dos corpos. A *entstehung*, a emergência, por outro lado, descreve as cenas em que as forças entram em conflito (FOUCAULT, 1984).

Através da utilização da genealogia, o pós-estruturalismo substitui a ontologia metafísica, por uma ideia de construção histórica, que é permeada por descontinuidade e por

processos de diferenciação (NABERS, 2015). Sendo assim, considera-se uma ideia de história que não é guiada por um propósito final, e sim, que é fruto de embates de forças, nas palavras de Foucault (1984): “O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate” (FOUCAULT, 1984, pg. 13).

Dessa forma, é possível considerar que uma análise genealógica se baseia em encontrar as diferenças que marcaram o processo de construção desses significados. Em contraste com a noção de uma ontologia fixa, possuidora uma história tautológica que busca encontrar causalidades para a existência de determinado termo ou significado, aqui busca-se uma história das contradições que permeiam certos termos para que assim, seja possível executar um processo de crítica sobre aquilo que está contido nos significados (PETERS, 2000).

Nessa discussão, como já apontado anteriormente, a ideia de um sujeito autocentrado, caracterizado pela consciência que tem da sua própria existência em uma realidade metafísica é substituída pela de um sujeito relacional. Isto é: o *selves* passam a se construir não mais no contexto de uma realidade material alheia à percepção e aos discursos que permeia determinado recorte sócio histórico, mas sim, através das relações que esse constrói em tal recorte. O sujeito existe em relação a um outro (PETERS, 2000). Sendo assim, os autores da teoria pós-estruturalista admitem uma interpretação das identidades que se dá através das construções de fronteiras entre o eu e o outro (ou o nós e os outros) conforme estes se relacionam por diferentes discursos (CAMPBELL, 1992).

2.1.1. O Pós-Estruturalismo nas Relações Internacionais

Nas Relações Internacionais (RI), o pós-estruturalismo se torna um movimento teórico mais forte a partir da década de 1980. Este momento é acompanhado por outras teorias críticas do campo, e coexiste com o período histórico em que as teorias ortodoxas enfrentam dificuldades para explicar um cenário internacional inesperado em que a Guerra Fria caminha para o fim (CALKIVIK, 2017).

Com a emergência do pós-estruturalismo nas RI, autores adeptos às teorias ortodoxas consideravam que autores dessa nova tradição não se ocupavam com a produção teórica, mas sim com a crítica das produções de membros de outras escolas. Porém, através da crítica, o pós-estruturalismo foi capaz de trazer novas perguntas sobre o internacional e,

através do método da desconstrução, lançar luz às contradições presentes em termos dados como naturais ao internacional (CALKIVIK, 2017). Esses autores pós-estruturalistas colocavam que: “[...] a política internacional não se dá no ambiente abstrato e isolado dos neorrealistas, mas através da mobilização de identidades culturais, raciais e políticas particulares” (SHAPIRO *apud* HANSEN, 2006, pg. 3, tradução livre)¹.

Uma das problemáticas que o pós-estruturalismo se propõe a criticar é a do poder. Ao contrário de uma ideia estática de poder como algo que existe centralizado em um tipo de instituição política, os autores se voltam para uma abordagem inspirada por Foucault (CALKIVIK, 2017). Para Foucault (2010), o poder exercido pelo Estado, a partir da sua consolidação como instituição detentora de poder político no século XVI, se assemelha ao poder pastoral, uma forma de exercício do poder originada nas igrejas cristãs.

Esse poder pastoral, pode se dividir entre dois aspectos, o eclesiástico religioso, que perdeu espaço desde o século XVIII e um segundo aspecto, da ampliação deste para outras arenas da vida social. Esse segundo aspecto permaneceu desde o período citado até a atualidade. Ainda que este tipo de poder seja voltado para um grupo social, também coloca o indivíduo sob sua vigilância. O poder do Estado, ao contrário do poder pastoral que se ocupa da salvação das almas no outro mundo, está voltado para assegurar um tipo de bem-estar prescrito por essa instituição (FOUCAULT, 2010).

O poder, aqui, não está relacionado à ideia de impedir que indivíduos façam alguma coisa, mas sim de definir a própria existência dessa coisa dentro do universo social. Essa concepção faz com que o Estado e suas instituições sejam totalizadoras, no sentido de que abrangem todo um grupo social, assim como são, também, individualizantes, pois o poder destas instituições é exercido na subjetividade dos indivíduos, determinando, assim, o que é possível e o que não é (FOUCAULT, 2010).

Sendo assim, relações de poder se encontram, também, nos níveis mais básicos de interações, de forma que as práticas das Relações Internacionais, sejam elas de tomada de decisão ou interações informais entre agentes, são marcadas por hierarquias e não existem em um ambiente neutro. Práticas como a diplomacia não são “[...] uma simples convenção para

¹ [...] held that foreign policies took place not in abstract disembodied neorealist space, but through the mobilization of particular cultural, racial, and political identities.

manejar as relações entre Estados mas uma prática cultural pela qual o estrangeiro e o estranho são mediados" (DER DERIAN apud HANSEN, 2006, pg. 3, tradução livre)².

O conceito central do campo, a soberania, também deve ser questionado, e ainda que ele tenha sido problematizado em outros momentos, por escolas diferentes das RI, busca-se aqui, trazer para o espaço da crítica a ideia de que a soberania existe como fronteira natural entre o Estado e o internacional. Para Walker (1993), todo conceito de soberania se baseia em uma dicotomia entre o *inside* e o *outside*, ou seja, o doméstico e o internacional. Esses dois elementos são normalmente compreendidos como antagônicos, mas, com um olhar crítico, é possível perceber que a naturalidade deste antagonismo também pode ser questionada (WALKER, 1993).

Desta forma, o doméstico, *inside*, seria caracterizado por possuir um sistema de hierarquias baseado na ideia da manutenção da ordem. No âmbito doméstico, os Estados são capazes de reforçar e manter as leis, criando um ambiente de previsibilidade entre aqueles que vivem sob sua égide. O *inside* possui um tempo evolutivo, em que o estado das interações entre os agentes progride em busca da resolução de conflitos existentes (HANSEN, 1997).

O internacional, ou o *outside*, por outro lado, é o ambiente da anarquia. Muitas vezes, para descrevê-lo são utilizadas analogias como a de Estado de Natureza, na filosofia de Hobbes, ainda que o autor tenha colocado que o Estado de Natureza entre os Estados é diferente do mesmo Estado entre homens. No internacional, encontram-se disputas e conflitos, além de ser o espaço do outro, do estranho. Desta forma, compreende-se que o *outside* seja o espaço do tempo cíclico, em que não existe uma ideia de evolução e sim da manutenção das relações (HANSEN, 1997).

A divisão entre o internacional e o doméstico, porém, não é natural da forma como se trata normalmente. Walker (1984) argumenta que o conceito de divisão entre duas arenas espaciais como algo atribuído ao termo soberania é especialmente localizado em um momento histórico. Em outros períodos, formas diferentes de soberania existiram e coexistiram (BARTELSON apud HANSEN, 1997). O conceito de soberania é muito mais um construto das interações entre agentes que necessariamente um elemento constitutivo da política (WALKER, 1993).

² [...] diplomacy was not simply a convention for managing interstate relations but a cultural practice through which the foreign and the strange were mediated.

O *inside* e o *outside*, desta forma, são mutuamente excludentes e explanatórios. A existência de um se baseia na contraposição com o outro, de forma que a existência de um também está intimamente ligada à existência do outro (HANSEN, 1997). A própria ideia de política externa (P.E.) sendo a prática responsável por versar sobre as decisões no ambiente internacional é também uma prática limiar, cuja existência é responsável por delimitar aquilo que pode ser chamado de política doméstica. Contrastando, assim, as práticas voltadas para o interno e para o externo, mesmo que muitas vezes essas se misturem (CAMPBELL, 1992).

Sendo assim, considerando a desnaturalização do conceito de soberania é possível se pensar que, para além de um conceito natural, a ideia de soberania é uma “[...] resposta extremamente elegante [...]” (HANSEN, 1997, pg. 343, tradução livre)³ para uma pergunta especialmente complexa: “quem somos?”. Ao dividir o espaço entre o que existe dentro e o que existe fora, as R.I. é possível responder quem são aqueles pertencentes à categoria “nós”, ou seja, aqueles que estão dentro das linhas da soberania, e aqueles que estão são parte da categoria “outros”, aqueles que estão do lado de fora (WALKER, 1993).

2.2 A Construção das Identidades e a Política Externa como Prática Criadora de Fronteiras

Tal como já tratado na seção anterior, na teoria pós-estruturalista, o analista compreende o sujeito como tendo sido formado através das suas interações com terceiros, com outros (PETERS, 2000). Isso significa que o que tal sujeito é se constrói diante de um processo de interação com algo que ele não é. Esse movimento é um de construção de fronteiras entre o *self* e o *other*, desta forma em um discurso, primeiro define quem é em relação à sua diferença para com o segundo (CAMPBELL, 1992).

De forma alternativa ao sujeito cartesiano, a consciência se constrói discursivamente, a partir dos elementos da estrutura social e cultural. Para além disso, há um retorno ao Outro como um elemento importante para a construção daquilo que se entende por identidade do *self*. Assim, esta última é compreendida por ser formada a partir das relações com outros indivíduos e com os discursos nos quais o agente está incluído (PETERS, 2000).

Da mesma forma com que o estruturalismo busca criticar a ideia de que existe algum tipo de lógica natural que atribui significado aos signos, é possível se pensar que a construção das identidades faz sentido quando no interior de uma estrutura social. A identidade e o

³ [...] an extremely elegant answer [...]

significado do *self* não possuem relação nenhuma com algum tipo de natureza externa às condições culturais e históricas. Em contraste, assim como significados são atribuídos de forma relacional, as identidades também são estabilizadas a partir das interações entre os agentes e os discursos nos quais estão incluídos (PETERS, 2000).

Uma vez que essas identidades são atribuídas de forma relacional, é possível se considerar que nenhum agente possui uma identidade pessoal única e nata. Sendo assim, essas são estabilizadas via discurso, mas também, é através dos exercícios de tais identidades que os discursos são reproduzidos. Sendo assim, discursos são constitutivos das identidades estabilizadas e constituídos por elas (HANSEN, 2006).

Essas identidades, portanto, são performadas pelos agentes e podem ser delimitadas com base nas estruturas de diferença entre si. Sendo assim, a performance identitária é capaz de constituir uma fronteira entre o que determinado corpo é e o que consiste como outro. De acordo com Campbell (1992): “[...] a constituição da identidade é alcançada através da inscrição de fronteiras que servem para demarcar um ‘dentro’ de um ‘fora’, um *self* de um *other*, um ‘doméstico’ de um ‘estrangeiro’” (CAMPBELL, 1992, pg. 9, tradução livre)⁴.

As fronteiras que demarcam uma determinada identidade, portanto, também são responsáveis por delimitar o que é caracterizado como seu outro. Quando se atribui certa característica a um *self*, forma-se uma dicotomia, que é marcada por um sentido hierárquico dentro de certo discurso. O *other*, sendo assim, passa a se ligar com a outra faceta dessa dicotomia (CAMPBELL, 1992).

Um agente, com uma identidade estabilizada, associa a si um conjunto de características, como por exemplo, racional e forte, este também compõe discursivamente um outro que possui características contrárias - irracional e fraco, por exemplo. A partir do ato de repetição dessas construções discursivas, elas se tornam cada vez mais estáveis e são tidas como naturais. Essas identidades estabilizadas via discurso são, também, reflexos da fronteira entre o natural e esperado dentro do arranjo social em questão e o que é não se encaixa nessas fronteiras e deve ser combatido (CAMPBELL, 1992).

O autor argumenta que, analogamente, não há algum tipo de *status* ontológico atribuído a um tipo de instituição política como o Estado. Não é possível recorrer a um tipo de natureza exterior para definir o Estado soberano, todas aquelas características atribuídas a ele

⁴ [...] the constitution of identity is achieved through the inscription of boundaries that serve to demarcate an “inside” from an “outside”, a “self” from an “other”, a “domestic” from a “foreign”.

são construídas através de um discurso que o delimita e também que delimita suas linhas de fronteira (CAMPBELL, 1992).

2.2.1 A política externa como formadora de fronteiras

Campbell (1992) afirma que a política externa possui um papel importante neste processo de construção das identidades e consequentemente do Estado da forma como é compreendida na atualidade. Para o autor, historicamente, o discurso da Igreja Católica sobre o medo da morte, que legitimava o poder da instituição em questão e que constituía uma identidade com base em um processo de “[...] negação da diferença” (CAMPBELL, 1992, pg. 61, tradução livre)⁵, foi transposto para a instituição Estado na Europa Ocidental. Esse passa a ser compreendido como o responsável por traçar as linhas que delimitavam o espaço em que esse poderia instituir a segurança e a ordem em relação ao espaço em que existiria a barbárie, ou o espaço do outro radical do Estado (CAMPBELL, 1992).

Sendo assim, a política externa ocupa, desde um período consideravelmente primevo do discurso constituidor do Estado, uma função de vinculadora do que o autor chama de “evangelismo do medo” (CAMPBELL, 1992, pg. 61, tradução livre)⁶. Essa verdade sagrada do Estado se vincula aos discursos feitos para aquele ambiente do qual este último quer se diferenciar, que o desenha como o promotor da segurança naquele espaço delimitado que é o *inside*. A política externa, então, coloca-se como um veículo para a emissão de um determinado discurso como também como um difusor do processo de repetição desse mesmo discurso.

Considera-se, portanto, que mais do que uma atribuição dos Estados, a política externa é um mecanismo de criação e manutenção das fronteiras entre o *inside* e o *outside* e de constituição da identidade destes. Isso porque é a partir desta prática que se dá a diferenciação entre os sujeitos. Essas práticas, então, constroem, a partir da vinculação da ameaça externa, aquilo que também caracteriza a identidade do Estado e um tipo especial de identidade que se tornou predominante a partir do século XIX e XX, a identidade nacional. Apesar de ser atribuída à identidade mencionada um caráter de naturalidade, a ideia de nação também é construída via discurso (CAMPBELL, 1992).

⁵ [...] negation of difference;

⁶ “evangelism of fear”

Independentemente de qual seja a ameaça estabilizada discursivamente para dotar de características o Estado em questão, ela sempre será construída como um tipo de caricatura, com os atributos considerados negativos sendo muito ressaltados. As características negativas atribuídas ao outro radical, quando realçadas, destacam também as características boas do *self* (CAMPBELL, 1992).

Para além disso, é importante ressaltar que os perigos e ameaças são construídos discursivamente e apelam para a percepção dos indivíduos. Isso significa que nem sempre os eventos destacados nos discursos para desenhar a identidade do *self* e, consequentemente, do outro radical são aquelas que mais abalam as comunidades (CAMPBELL, 1992). Campbell (1992) ressalta, que na década de 1990, fatores como terrorismo foram considerados pelos cidadãos dos Estados Unidos (EUA) como as maiores ameaças à segurança nacional, ainda que naquele momento poucos atentados tivessem acontecido no país.

2.3. A Análise de Discurso como mecanismo investigativo

Conforme as seções anteriores trataram, o pós-estruturalismo é uma teoria especialmente focada na forma com que processos de diferenciação feitos via linguagens com base em um conjunto de discurso são responsáveis por construir o *self*, o *other* e determinar significados para o que se compreende por materialidade. A linguagem é considerada aqui como um elemento social e político, que dá vazão aos exercícios de poder e além de tudo, como um elemento instável, capaz de “[...] gerar significado através de construções simultâneas de identidade e diferença” (HANSEN, 2006, pg. 17, tradução livre)⁷.

O processo de análise de discurso tem por o interesse é no texto em si, e não a busca de uma realidade para além da construção discursiva que pode ser alcançada pelo texto assim como não se concebe a linguagem como um mecanismo de comunicação transparente e neutro (GILL, 2015). Pelo contrário, a linguagem é um meio que dota de sentido os elementos com que se tem contato (LEITE, 2013). Esta, porém, não existe em um vácuo, em que os significados são distribuídos por uma estrutura lógica interna, eles são produzidos em determinadas condições de produção (MUSSALIM, 2004).

Mussalim (2004) separa em a AD em três fases, definidas de acordo com os procedimentos tomados para a análise e a forma como se define o objeto de estudo em cada uma. Essas diferenças em relação ao objeto têm como um dos principais focos a condição de

⁷ generate meaning through a simultaneous construction of identity and difference.

estabilidade da identidade do sujeito e a abertura para análises semânticas das expressões utilizadas em cada método.

A primeira fase, AD1, caracteriza-se por compreender as identidades do sujeito enunciador como mais estáveis. Nesse sentido, as condições de enunciação também são consideradas como estabilizadas e não há a noção de grandes variações de significado. Nesta fase, aplica-se o conceito de “máquina discursiva”, um conjunto de condições estáveis, organizados como uma estrutura ou instituição “[...] responsável pela geração de um processo discursivo [...] a partir de um conjunto de argumentos e de operadores responsável pela construção e transformação das proposições, concebidas como princípios semânticos que definem, delimitam um discurso” (MUSSALIM, 2004, pg. 130).

Essa máquina discursiva é tomada como uma estrutura fechada, que não sofre interferências de outras máquinas discursivas. Na segunda fase da AD2, porém, esse conceito “começa a explodir”, como diz Mussalim (2004), isto é: as estruturas sociais formadoras dos enunciados deixam de ser compreendidas como esses conjuntos fechados nas quais os significados de determinada formação não possuem influência nas outras. O conceito de máquina discursiva vai dando espaço a formação discursiva (MUSSALIM, 2004).

Uma formação discursiva (FD), nos termos de Foucault (2008), consiste em uma forma de enunciação do discurso, que tem por base um conjunto de regras sociais e culturais recortadas em determinado período temporal. Considera-se parte de uma FD um conjunto de enunciados que apresenta um recorte de temas e um conjunto de regularidades semânticas. Para o autor há uma formação discursiva quando “[...] se puder estabelecer um conjunto semelhante; se puder mostrar que ele pode dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem sem que ele próprio tenha que se modificar” (FOUCAULT, 2008, p. 50).

Essa segunda fase da AD, ao adotar o conceito de FD para a organização de seus termos, admite a ideia de que esse discurso está ligado às normas sociais de um recorte social e histórico que corresponde a um sistema de formação dos discursos. Esse sistema, porém, por mais que seus termos pareçam regulares e contínuos, eles são frutos de processos sociais descontínuos. Sendo assim, ainda que a FD à qual um discurso pertence tenha sua própria identidade e relação de significados, ela pode ser atravessada por uma outra FD (MUSSALIM, 2004).

Sendo assim, o trabalho na AD2 é o de compreender os processos de descontinuidade que levaram às condições de formação desse discurso. Para além disso, nesta segunda fase

busca-se também identificar se esses processos de descontinuidade podem se caracterizar por uma segunda FD que atravessa determinado discurso. A terceira fase da análise, por outro lado, elimina completamente qualquer ideia que remete à máquina discursiva. Aqui todo discurso está permeado pelo interdiscurso, ou seja, o espaço entre as FDs no qual podem ocorrer trocas de subjetividades e significados (MUSSALIM, 2004).

Nesta fase, toda FD está dominada pelo interdiscurso. Ou seja, ainda que um discurso pertença de forma clara à determinada FD, ele ainda possui ecos de outras FDs. Sendo assim, o espaço para a interpretação dos sentidos se torna mais amplo, visto que determinado enunciado pode pertencer a um universo de regularidades mas remete aos significados de uma segunda FD. O sujeito na AD3 é descentrado⁸ e quando fala, expõe os discursos aos quais está imerso e em que sua identidade foi construída (MUSSALIM, 2004).

A análise de discurso executada neste trabalho se localizará na AD3, de forma com que dois elementos da terceira fase da análise de discurso precisam ser explorados para que o desenho de pesquisa possa ser apresentado por inteiro: as formações discursivas e a intertextualidade. As próximas duas subseções do presente capítulo devem apresentar tais elementos.

As formações discursivas, tratadas na seção seguinte, podem ser consideradas como um conceito elaborado por Foucault (2008) para compreender o que levou à determinado discurso tomar forma em tal momento. Além disso, através da ideia de formação discursiva propõe-se criticar o porquê de determinado discurso ser desta forma e não de outra, e de que maneira aquilo que não é dito nesse discurso pode servir para mostrar os elementos de poder que o permeiam.

2.3.1. As Formações Discursivas

Diante da centralidade da linguagem e dos discursos para o pensamento pós-estruturalista, se faz necessário algum tipo de questionamento sobre o processo de formação destes. Como já colocado, a teoria em questão rompe com a ideia de uma existência metafísica para além dos significados, porém, esse rompimento indica não apenas de que os significados deixam de ser fixos, mas também, assume um novo processo de construção dos

⁸ A expressão “descentrado”, aqui, faz referência à ideia das teorias do inconsciente da psicanálise. Nesse sentido, a descentralização se dá devido ao fato que o indivíduo seria clivado, entre o seu consciente e o inconsciente. Assim, aquilo que é dito pelo consciente do sujeito possui, inevitavelmente, características do seu inconsciente, de forma que o inconsciente “fala” pelas entrelinhas do discurso consciente (MUSSALIM, 2004).

discursos e que haja algum elemento que dá unidade a eles. Como colocado por Nabers (2015), discursos não são frutos de pensamentos individuais.

Desta forma, Foucault (2008) propõe um questionamento sobre o quê pode levar o discurso a ter uma certa regularidade. Destaca-se que para o autor, significados são construídos com base nas estruturas sociais, políticas e culturais de uma determinada época. Nesse sentido, Foucault (2008) elabora quatro hipóteses para a regularidade de alguns enunciados mas também as refuta no processo de fundamentar a ideia de FD, porém, a construção deste argumento pode ajudar a compreender melhor do que se trata o conceito em questão.

A primeira hipótese é que o que une um conjunto de enunciados como um discurso consideravelmente regular é o fato de se juntarem em torno de um mesmo objeto, porém, um mesmo discurso pode tomar como objeto coisas diferentes conforme seu processo de formação. As duas próximas hipóteses estão relacionadas à forma como um discurso é enunciado, o que o autor chama de seu encadeamento, e os conceitos presentes em seu interior. Tanto os estilos ligados à enunciação de um discurso quanto o significado atribuído a um conceito podem variar conforme se dão as identidades e posições sociais daqueles que proferem o discurso em questão, o que elimina a possibilidade de que essas identidades sejam os elementos que criam a unidade do discurso (FOUCAULT, 2008).

E por último, o autor considera que o que une tais enunciados é a persistência da identidade de um tema. Mas um mesmo tema pode ter sua identidade consideravelmente estabilizada e estar presente em mais de um discurso; sendo assim, essa hipótese é descartada para explicar a regularidade de enunciados que constitui um discurso (FOUCAULT, 2008).

Uma vez que essas hipóteses não se aplicam, Foucault (2008) coloca que os elementos que dariam unidade a determinado discurso seriam as semelhanças presentes dos processos de diferenciação, ou os sistemas de dispersão dos enunciados. O reconhecimento de tais sistemas de dispersão, então, formularia uma FD. Na descrição do autor:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva [...] (FOUCAULT, 2008, pg. 43).

A ideia de FD tem seu foco muito maior nas discontinuidades que unem os enunciados do que em uma suposta busca pela continuidade dos termos que atravessa

períodos sócio-históricos (GIACOMONI; VARGAS, 2010). Por exemplo, tomando os discursos da política internacional, é possível dizer que esse discurso encontra sua unidade através da estabilização discursiva das diferenças entre o que se caracteriza como doméstico e o que se caracteriza como internacional. A partir desse processo de diferenciação outros elementos fundamentais desse discurso também tomam significado, como os conceitos de anarquia, conflito, cooperação, paz e guerra⁹.

A partir desse processo de formação de um discurso, esse passa a construir o objeto dos quais se fala. Para compreender o processo em questão, é necessário “demarcar as superfícies primeiras de sua emergência” (FOUCAULT, 2008, pg. 46). Isto é, delimitar os lugares sociais onde o discurso sobre esse objeto pode ter tomado lugar em um primeiro momento (MUSSALIM, 2004).

Seguindo, assim, para se formar um objeto também é preciso definir as “instâncias de delimitação”, isto é, quais os agentes ou instituições sociais possuem permissão, dentro do discurso sobre tal coisa, para delimitar o que pode se caracterizar como parte deste objeto e o que não pode. Em seguida, o objeto passa por um processo de subdivisão em “grades de especificação” (FOUCAULT, 2008, pg. 47), esses sistemas podem definir diferentes facetas desses objetos (MUSSALIM, 2004),

Além da formação do objeto, esse discurso construído na FD também define em seus enunciados quem pode falar e qual o status desse enunciadador. Isso porque as relações entre os agentes mobilizados não existem *a priori*, mas são também formadas pelo discurso. Essas relações, de enunciadadores, audiência e possíveis interventores também são instáveis e marcadas por descontinuidade, como dito pelo autor:

O discurso, assim concebido, não é a manifestação majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que diz: é, ao contrário um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação à si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos (FOUCAULT, 2008, pg. 61).

É nesse esquema de relações que os conceitos têm seus significados atribuídos. Porém, é importante pensar que os discursos são produzidos concomitantemente e que um discurso pode ser atravessado, tanto por outros discursos quanto por significados de diferentes

⁹ Esses termos foram os mais utilizados em artigos da revista norte-americana *International Relations*, de acordo com Muller, Behr e Steffek (2019) entre os anos de 1976 a 1985.

momentos temporais de um conceito mobilizado no interior do discurso em questão (FOUCAULT, 2008).

A execução da análise do presente trabalho se dá no encontro entre duas formações discursivas: a primeira é chamada de FD do Regime Internacional de Mudança do Clima; a segunda, por outro lado, será chamada de FD do desenvolvimento. Essas duas FDs são localizadas na segunda metade do século vinte e versam da forma com que sociedades se relacionam com a natureza e com processos econômicos e conceitos como pobreza. Essas formações discursivas e a forma com que o sujeito SIDS se localiza nelas serão apresentados no próximo capítulo.

Na AD 3 de Mussalim (2004), o emprego de duas FDs leva ao analista a buscar os significados entre elas, em a autora chama de um “espaço” do interdiscurso. Desta forma, a próxima seção tem como objetivo apresentar o modelo de compreensão desse interdiscurso, que irá orientar a metodologia deste trabalho, assim como seu desenho de pesquisa. Esse modelo será baseado no trabalho de Hansen (2006), e orientará a execução da análise de discurso proposta neste trabalho.

2.3.2. *Modelo Intertextual*

A linguagem possui um papel central e ontológico na construção dos significados para o pós-estruturalismo, porém, conforme explorado pela seção anterior, esses significados são presentes da forma como são e não de outros devido a um conjunto de fatores sociais, históricos e de poder que formam uma FD (FOUCAULT, 2008). Porém, é importante se considerar que uma mesma formação discursiva pode ser responsável por um conjunto de textos e discursos.

Estes textos são compostos por uma “[...] rede mais ampla de escritos” (HANSEN, 2006, pg. 56, tradução livre)¹⁰, de forma com que aquele conjunto de significados construídos ali são, também, compostos por significados que o autor já entrou em contato por outros textos e discursos. A partir desse mosaico de significados, identidades do *self* e do *other* são construídas através de um processo de ligação e diferenciação (HANSEN, 2006).

Desta forma, durante a leitura, o analista deve reconhecer quais as características ligadas à construção da identidade do *self* naquele texto, e a forma com que tais termos se diferenciam das características ligadas ao outro. Neste processo, deve-se reconhecer que essas

¹⁰ [...] wider web of writing

construções não são únicas a este material, mas sim, fazem referência explícita ou implícita a outros trabalhos, sejam eles parte da mesma FD ou não (HANSEN, 2006). Em seu trabalho, Hansen (2006), reconhece que a construção das identidades de “Ocidente” e “Balcãs” é feita na intersecção de dois discursos diferentes sobre o que são os povos balcânicos, provindos de duas formações discursivas diferentes: o primeiro sendo parte de uma FD iluminista, que via os balcãs como povos pouco desenvolvidos e civilizados mas que poderiam ser encaminhados à civilidade com a intervenção da Europa Ocidental; o segundo vindo de uma FD do pós-Primeira Guerra, que compreendia esses mesmos povos como naturalmente propensos a guerras e conflitos.

Nas pesquisas no campo de Relações Internacionais, Hansen (2006) destaca a possibilidade de construção de três desenhos de pesquisa principais. Esses desenhos levam em consideração o tipo de texto escolhido pelo pesquisador para executar sua análise de discurso. O Modelo 1 tem como objeto de pesquisa discursos oficiais, em que os membros de um determinado governo ou organização internacional constroem as fronteiras das identidades do *self* que representam e do *other* reconhecido por eles. O Modelo 2, por outro lado, trata do debate político expandido, e tem como objeto os discursos da oposição de determinado governo e os textos midiáticos cobrindo determinado acontecimento. Por último, o Modelo 3 trata de representações culturais e discursos políticos marginalizados, como os de movimentos sociais (HANSEN, 2006, pg. 64).

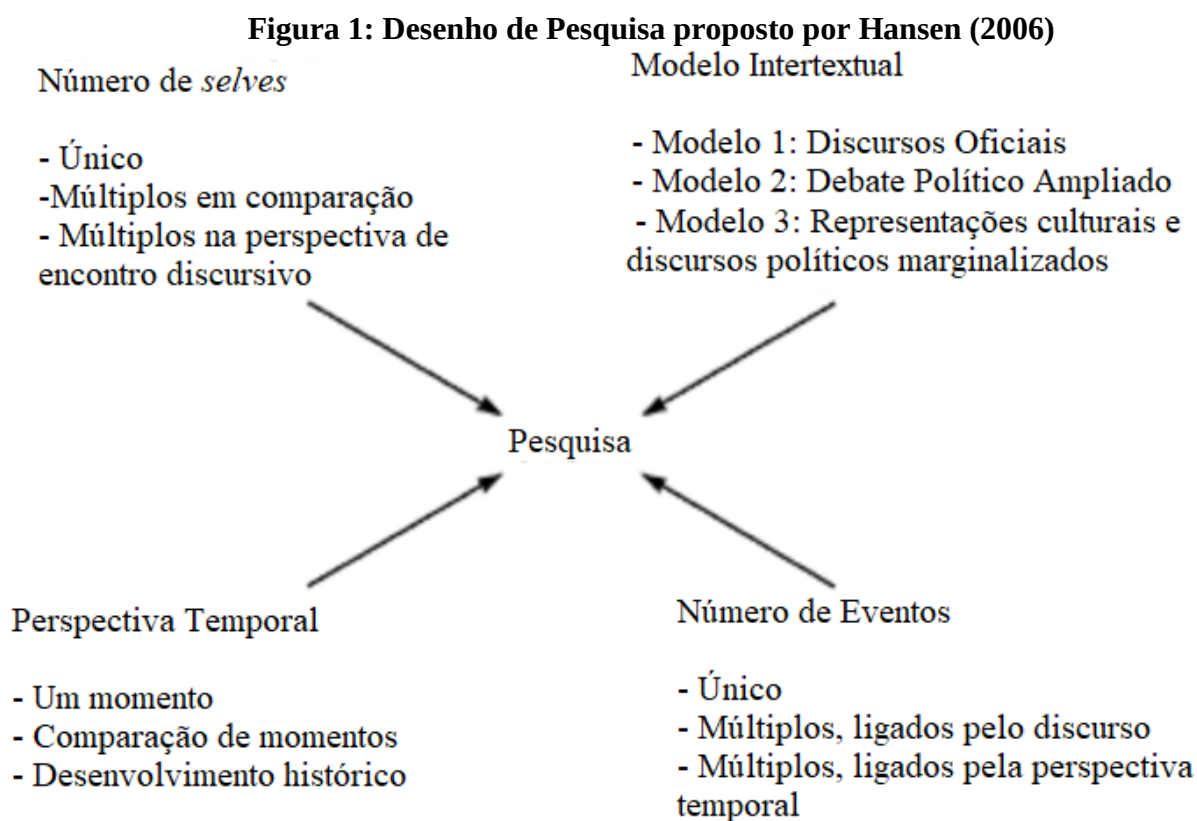
Em cada um desses três modelos, há também objetivos diferentes que serão alcançados no final da pesquisa: No Modelo 1 é compreender a construção e a estabilização das identidades feitas por essas instituições; No Modelo 2, o processo hegemônico desse discurso oficial e a “estabilidade interna dos discursos da mídia” (HANSEN, 2006, pg. 64, tradução livre)¹¹; e no Modelo 3, como se constroem as identidades culturais e de resistência e quais estruturas de poder elas podem elucidar (HANSEN, 2006).

Para aplicar os modelos apresentados aqui à uma pesquisa, Hansen (2006) formula, também, um modelo de pesquisa que envolve outros três fatores: a quantidade de *selves*, o recorte histórico temporal e os eventos listados para a coleta dos discursos e posterior análise. A quantidade de *selves*, aqui, é descrita como “[...] quantos Estados, nações, ou outros sujeitos da política externa deseja-se analisar” (HANSEN, pg.75, 2006, tradução livre)¹².

¹¹ Internal stability of media discourses

¹² [...] how many states, nations, or other foreign policy subjects one wishes to examine

Por outro lado, o recorte histórico, também chamado de “perspectiva temporal” (HANSEN, pg. 75, 2006, tradução livre)¹³ indica a forma com que os sujeitos serão analisados em relação aos recortes sociais e históricos. Uma pesquisa pode trabalhar com uma perspectiva comparativa de dois ou mais eventos, buscar compreender a construção dessas identidades em apenas um momento ou fazer uma análise de acordo com o desenvolvimento histórico de determinado *self* em determinado discurso (HANSEN, 2006). O desenho de pesquisa descrito acima pode ser visualizado na Figura 1:



Fonte: Adaptado de Hansen (2006)

Retomando o objetivo desta pesquisa, compreender as estratégias de construção de identidades mobilizadas pelos SIDS em discursos feitos no Regime Internacional de Mudança do Clima, optou-se por executar a análise através da utilização do Modelo 1. Sendo assim, os discursos analisados serão discursos oficiais dos SIDS, com o foco na construção apenas da identidade deste *self*. Já em relação à perspectiva temporal e ao número de eventos, os discursos coletados buscaram acompanhar o desenvolvimento histórico dessa construção do começo do regime supracitado até o ano de 2014, ano anterior à assinatura do Acordo de

¹³ Temporal perspective

Paris, em eventos múltiplos. A próxima seção irá apresentar esse desenho de pesquisa com mais detalhes.

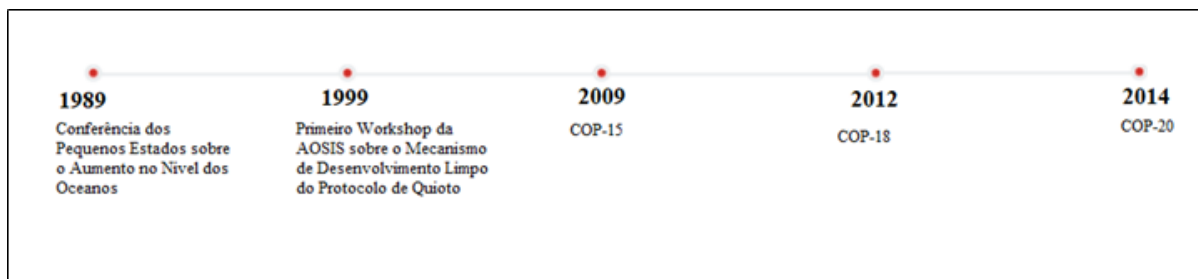
2.3.3. *Desenho de Pesquisa*

Com a intenção de cumprir o objetivo desta pesquisa, compreender as estratégias de estabilização de identidades mobilizadas pelos SIDS em discursos proferidos no RIMC, o presente trabalho analisar discursos produzidos pela Aliança dos Pequenos Estados-Ilha (AOSIS – em inglês *Alliance of the Small Island-States*) e os países que ocuparam a liderança do agrupamento em questão. De acordo com Hansen (2006), um modelo de execução de uma análise de discurso deve prever o número de sujeitos envolvidos, os modelos intertextuais, a perspectiva histórico-temporal e o número de eventos.

Para executar uma análise com os elementos da AD2 e da AD3, especialmente considerando o arcabouço teórico com base em Foucault (2008), Ferreira e Traversini apontam a necessidade de se fazer um recorte temporal que inclua espaço para que se perceba as continuidades e descontinuidades no discurso analisado. Sendo assim, considerando a criação da AOSIS no ano de 1989 (AOSIS, 2015) e a criação da Convenção Quadro das Nações Unidas para o Clima em 1992 (DEPLEDGE; YAMIN, 2005), se faz necessário um recorte temporal amplo, mas que ainda seja estratégico em relação aos principais documentos e tratados do Regime Internacional de Mudança do Clima (RIMC). Uma vez que essa seção tem a intenção de apresentar o desenho da pesquisa, o RIMC, a AOSIS e os SIDS serão apresentados no capítulo seguinte.

A perspectiva temporal escolhida foi a de um processo de desenvolvimento histórico dos discursos. Sendo assim, foram coletados discursos produzidos pelos SIDS, seja via AOSIS ou via lideranças dos países, em datas em que importantes documentos do RIMC foram adotados, datas esquematizadas na Figura 2.

Figura 2: Datas dos discursos coletados



Fonte: Elaborado pela autora com base em UN (2014), UNFCCC (s.d.b) e AOSIS (2017)

As datas que guiaram a coleta dos discursos se deram de tal forma com base na própria definição que os países da AOSIS atribuíram a “uma breve história da AOSIS dos debates do clima” (AOSIS, 2017, pg. 4, tradução livre)¹⁴. Sendo assim, são eventos que fazem parte da narrativa estabilizada pela aliança de luta para que os interesses de seus países membros se façam ouvidos em organizações internacionais. Essas datas foram associadas pela AOSIS a um processo de construção de capacidade de negociação internacional.

O recorte temporal inclui um período longo de tempo uma vez que a análise executada tem por objetivo buscar permanências e impermanências nos significados estabilizados pela aliança. De acordo com Ferreira e Traversini (2013), se faz necessário o recorte temporário capaz de mostrar que determinados significados são mantidos por um período robusto de atividade desses agentes sociais. Uma vez que a AOSIS executa reuniões anuais, os intervalos entre os anos têm por intenção dar espaço entre os eventos para que continuidades e discontinuidades nos significados mobilizados possam ser reconhecidas.

O ano de 1989 é sempre tomado como primeiro marco para concepção do que seria a AOSIS. Neste ano aconteceu a Conferência dos Pequenos Estados-Ilha sobre o Aumento no Nível dos Oceanos e como resultado desse encontro, foi produzida a Declaração de Malé (AOSIS, 2017). A Declaração de Malé, então, foi escolhida como o primeiro discurso para a análise.

Os próximos discursos estão relacionados a debates incluídos na Conferências das Partes (COP - sigla em inglês para *Conference of Parties*). Em 1999 a aliança se reuniu em Majuro, nas Ilhas Marshall, em um Workshop para tratar do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, criado no Protocolo de Quioto em 1997, na COP 3, e ao fim da reunião publicou o

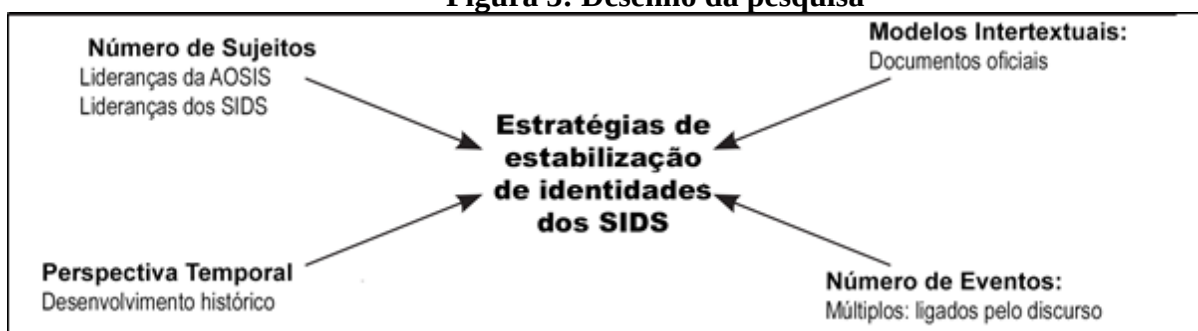
¹⁴ A brief story of AOSIS at climate talks

Majuro Statement on Climate Change. A AOSIS também aborda sua participação na produção do Protocolo de Quioto como um ponto importante da sua trajetória (AOSIS, 2017). O discurso escolhido no ano de 2009, a Declaração da Aliança dos Pequenos Estados-Ilha sobre a Mudança do Clima foi um documento feito para as pré-negociações da COP-15, em Copenhague (ONU, 2009). Esperava-se, em 2009, que na COP-15 fosse acordado um novo tratado sobre a mudança do clima (AOSIS, 2017).

Os discursos seguintes, localizados respectivamente nos anos de 2012 e 2014, são declarações das lideranças da AOSIS feitas no período anterior às COPs marcadas para os anos em questão, a COP-18 em 2012 e a COP-20 em 2014. Nesse período o RIMC se encontrava em um período de transição entre a entrada em vigor do Protocolo de Quioto e a formação de um novo acordo climático que o substituiria, o Acordo de Paris (AOSIS, 2017). Esses discursos, portanto, tendem a lidar com a posição dos SIDS no RIMC para um futuro próximo e foram utilizados para deixar clara as necessidades desses.

Sendo assim, a Figura 3 apresenta um resumo visual do planejamento da execução da AD baseado no proposto por Hansen (2006) e Leite (2013). Desta forma, para além da definição da perspectiva temporal, também esclarecem-se quais os modelos intertextuais devem ser utilizados, o número de eventos (que também foram apresentados na Figura 2) e o número de sujeitos, que aqui será o das lideranças desses Estados, compreendidos pelos lugares que ocupam no discurso do RIMC .

Figura 3: Desenho da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora com base em Hansen (2006) e Leite (2013)

Sendo assim, o próximo capítulo se ocupará de apresentar os SIDS em duas formações discursivas nas quais estão inseridos, o RIMC e o discurso sobre o desenvolvimento. É importante lembrar que esses dois discursos estão inseridos na FD da política internacional, o que faz com que elementos como aqueles apresentados na seção que abre este capítulo,

especialmente em relação à importância da segurança e do princípio da soberania como definidor das relações internacionais são, também, importantes para entender o processo de construção dessas narrativas.

3. REGIME INTERNACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA E OS PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO

Este capítulo tem por intenção mapear a forma com que o conceito de SIDS se encaixa em duas formações discursivas. Para isso, neste trabalho o Regime Internacional de Mudança do Clima e as regras internas a ele serão tomados como a primeira formação discursiva, enquanto a segunda FD será chamada de formação discursiva do Desenvolvimento, que implica nos elementos aceitos para se pensar o desenvolvimento econômico de determinado país em negociações internacionais.

Desta forma, no primeiro momento, os SIDS serão localizados na formação discursiva do RIMC, mostrando o surgimento da categoria e elementos que podem ser utilizados para caracterizá-la de acordo com legitimadas dentro desta FD. No tópico seguinte os SIDS serão localizados nos termos da FD do Desenvolvimento.

3.1. Pequenos Países-Ilha em Desenvolvimento no Regime Internacional de Mudança do Clima

Como evento político e social, a mudança global do clima está presente na forma como imaginários sociais presentes no mundo contemporâneo lidam com os elementos da natureza. Especialmente a partir do começo do Século XXI, a política sobre o clima passa a ser veiculada na mídia tradicional, atingindo ainda mais camadas sociais (BOYKOFF, 2011). De acordo com Boykoff (2011), com exceção da invasão do Iraque e do conflito subsequente, conhecido por Guerra ao Terror, os debates sobre o aquecimento global dominaram a agenda política internacional dos anos 2000.

A entrada da mudança do clima e outras pautas ambientais na agenda internacional se dá a partir de uma compreensão muito pontual da natureza, que pode ser localizada na segunda metade do século vinte. Tal compreensão se dá a partir da junção de um conjunto de fatores que será considerado aqui como uma FD. Entre esses fatores destaca-se dois maiores: um processo de fisicalização da natureza, em que essa passa a ser racionalizada e pensada através da ciência; o processo de compreensão do planeta como o ecossistema em que os humanos vivem, de forma com que as condições de sobrevivência da humanidade, dependem também do equilíbrio das relações entre seres humanos e a natureza (FRANK, 1997).

Frank (1997) coloca que este entendimento da natureza como parte do ambiente humano sucede formações discursivas que tratam os elementos naturais como completamente

separados da sociedade. O mundo natural era ou construído através de termos que possuíam conexões com discursos religiosos e espirituais ou através da construção de uma fronteira que determinava que o ambiente natural era completamente separado do humano e assim, abrigava perigos às comunidades políticas (FRANK, 1997).

Essas duas outras construções das relações entre sociedade e natureza não criavam muito espaço para que houvesse um debate político sobre tal. Porém, conforme o mundo natural passa a ser tratado como um elemento físico na modernidade, que possui características plausíveis de serem tratadas pela ciência e pela economia, começa-se a fomentar uma nova FD, que trata do mundo natural como subordinado à vontade humana. Esta abordagem, em contraste com as anteriores, permitia a criação de tratados políticos sobre a natureza, mas a maioria deles regulava a exploração e a posse de recursos naturais por dada comunidade política (FRANK, 1997).

A partir do século XX, as chamadas ciências naturais passaram a criar ligações entre a exploração da natureza, até então pensada como subordinada aos seres humanos, e um suposto crescimento na quantidade de desastres naturais. A partir de então, a construção da ideia de um ecossistema global, em que a exploração desmedida pode causar desequilíbrios que afetarão os seres humanos (FRANK, 1997). Para Frank (1997), essa narrativa cria um “*loop sistêmico*” (FRANK, 1997, pg. 418, tradução livre)¹⁵ em que os seres humanos prejudicam a natureza o que leva a um conjunto de consequências que futuramente prejudicam os seres humanos.

A partir da década de 1970, esse modelo de construção discursiva passa a ser proeminente nos debates políticos e internacionais sobre exploração de recursos naturais. Desde então, houve uma expansão na quantidade de tratados internacionais que tratam de objetos considerados como parte do debate ambiental (FRANK, 1997). As disputas políticas sobre as ações internacionais a serem tomadas sobre a mudança do clima se concentram no corpo¹⁶ político do Regime Internacional da Mudança do Clima (RIMC). Essa instituição tem como marco de criação o estabelecimento da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima no ano de 1992, na UNED, e a instauração de

¹⁵ system loop

¹⁶ Corpo entendido como: “ superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as idéias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização.” (FOUCAULT, 1984, pg. 12).

encontros anuais chamados Conferências das Partes com o intuito de atualizar os debates (DEPLEDGE; YAMIN, 2005).

Porém, antes da criação da UNFCCC, outras rodadas de negociação internacional já haviam tratado da relação entre natureza e sociedade. A ideia de mudança do clima surge com a primeira Conferência Global do Clima, em 1979. A reunião é categorizada como uma de caráter científico, mas teve como resultado uma declaração que pedia aos governos ação para impedir mudanças no clima do planeta causadas pela ação humana (UNFCCC, 2000).

Durante os anos subsequentes da década de 1980, diversas outras conferências de caráter científico sobre o clima aconteceram. Nas décadas de 1980 e 1990 eventos climáticos extremos como ondas de chuva ácida na Europa e América do Norte foram frequentes e influenciaram para o crescimento do debate político sobre o tema. Ainda na década de 1988, foi criado o Painel Intergovernamental sobre a Mudança Climática (IPCC - sigla em inglês para *Intergovernmental Panel on Climate Change*) com a intenção de fornecer informações técnicas que orientassem a tomada de decisão política (PATERSON; GRUBB, 1992).

A ideia da criação de uma convenção internacional que tratasse da mudança do clima já desponta em 1990, na AGNU. Entre 1990 e 1992, então, foram negociadas as bases para a criação de uma “convenção quadro que fornecesse as bases para um regime global sobre a mudança do clima”¹⁷ (DEPLEDGE, 2013, pg. 21). Em 1992 durante a UNCED foi assinada a UNFCCC, que se tornou a base do Regime Internacional de Mudança do Clima (DEPLEDGE, 2013).

Entre seus principais documentos, o RIMC tem, em um primeiro momento o Protocolo de Quioto e, após o ano de 2015, o Acordo de Paris. A própria UNFCCC foi responsável, dentre outros elementos, por registrar um tipo de separação acordada entre as partes que dividia os países participantes em três grupos com diferentes comprometicimentos: a) os países chamados de Não Anexo I, ou os países em desenvolvimento que não possuíam metas obrigatórias; b) os países industrializados, membros do Anexo I, que deveriam retornar os seus níveis de emissão de gases estufa para um nível anterior ao de 1990; c) os países industrializados membros da OCDE, ou seja, aqueles que não faziam parte das economias que estavam transacionando para o capitalismo naquele período e que deviam não apenas diminuir as emissões de GEEs como também auxiliar os países do Não Anexo I para o desenvolvimento sustentável (DEPLEDGE; YAMIN, 2005).

¹⁷ framework convention on climate change to provide the foundation for a global climate change regime.

Essa divisão tem como base o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. O princípio existe a partir do reconhecimento de que nem todas as partes contribuíram igualmente para a mudança global do clima, e conseqüentemente, para o aumento da temperatura global. Os países que reconhecidos como os mais responsáveis pelo fenômeno são os desenvolvidos, uma vez que estes vêm emitindo GEEs desde o começo do período de suas industrializações (DEPLEDGE; YAMIN, 2005).

As conseqüências mapeadas desse aumento da temperatura global também não são as mesmas para todos os países, visto que alguns são mais vulneráveis aos efeitos deste fenômeno que outros. O conceito de vulnerabilidade¹⁸ é central nesse trabalho pois é uma forma de categorizar países dentro da formação discursiva da política internacional do clima. A vulnerabilidade é compreendida pelo índice do ND-GAIN como “propensão ou predisposição de sociedades humanas sofrerem com efeitos negativos de eventos climáticos extremos” (CHEN et al., 2015, pg. 3, tradução livre)¹⁹. O ND-GAIN, ou Notre Dame-Global Adaptation Index, é um índice criado pela Universidade de Notre Dame que quantifica os níveis de vulnerabilidade dos países em relação à mudança do clima e a prontidão nos aspectos social, econômica e de governança (CHEN et al. 2015) e assim, pode ser pensado como uma materialização da divisão entre os países.

No ND-GAIN, quando considerando a dimensão da vulnerabilidade, são atribuídos para os países um índice numeral que indica que quanto mais perto de 1, mais vulnerável aos efeitos da mudança do clima o país é, e quanto mais perto do 0 menos²⁰. Sendo assim, é possível classificar os países de acordo com sua vulnerabilidade, de forma com que estes possam ser organizados entre aqueles com maiores níveis dessa variável e aqueles com níveis menores. Em comparação, Noruega possui o menor índice de vulnerabilidade, com 0,267, e a Somália o maior valor, 0,675 (ND-GAIN, 2020).

Entre os SIDS existem países que possuem classificações melhores em relação à vulnerabilidade, como Santa Lúcia, cujo valor atribuído é de 0,369, nota compartilhada com o Japão. Mas apenas outros quatro países do grupo possuem notas menores que 0,400. O desvio padrão dos valores de todos os países da categoria é de 0,07, mostrando que a maioria dos

¹⁸ A palavra vulnerabilidade aqui está sendo utilizada para se referir à vulnerabilidade aos efeitos da mudança do clima, ou seja, vulnerabilidade climática.

¹⁹ Propensity or predisposition of human societies to be negatively impacted by climate hazards

²⁰ O índice também se dispõe a categorizar os países em relação a prontidão. Neste caso, a forma de leitura se inverte, quanto mais próximo do 1, maior a capacidade de resposta aos eventos causados pela mudança do clima e, assim, maior prontidão, quanto mais próximo do 0, menor essa capacidade (CHEN et. al, 2015). Devido às características deste trabalho, será utilizado apenas o índice de vulnerabilidade.

países não estão distantes da média (ND-GAIN, 2020). Na Tabela 1, é possível ver a classificação dos SIDS de acordo com o ND-GAIN.

Tabela 1: SIDS²¹ de acordo com a dimensão vulnerabilidade do ND-GAIN

(continua)

SIDS	ND-GAIN
Santa Lúcia	0,369
Granada	0,381
Barbados	0,39
Trinidad e Tobago	0,393
Suriname	0,398
Singapura	0,401
Jamaica	0,427
República Dominicana	0,432
Cuba	0,436
Fiji	0,438
Dominica	0,441
Cabo Verde	0,445
Maurício	0,445
São Cristóvão e Nevis	0,453
Bahrein	0,454
Bahamas	0,464
Guiana	0,467
Belize	0,479

²¹ As informações dos seguintes países: Ilhas Marshall, Kiribati, Nauru, Palau, São Vicente e Granadinas e Tuvalu não estavam disponíveis.

Tabela 1: SIDS²² de acordo com o ND-GAIN**(conclusão)**

Antígua e Barbuda	0,481
Samoa	0,496
Seychelles	0,496
Timor Leste	0,51
Papua Nova-Guiné	0,523
Haiti	0,535
Comores	0,54
Maldivas	0,543
Vanuatu	0,553
Tonga	0,568
São Tomé e Príncipe	0,571
Ilhas Salomão	0,585
Estados Federados da Micronésia	0,62
Guiné-Bissau	0,62

Fonte: Formulado pela autora com base em ND-GAIN (2020)

Por outro lado, em relação à emissão de gases de efeito estufa, os SIDS se encontram entre os que menos emitem, sendo assim, estão categorizados como os que são menos responsáveis pela mudança global do clima. Na Tabela 1, é possível perceber que os SIDS foram responsáveis por menos de 0,8% de toda a emissão de CO₂ de todo o ano de 2018. Isso considerando que em 2018 foi contabilizada a emissão de 36,5 bilhões de toneladas de CO₂ (OUR WORLD IN DATA, 2020).

²² As informações dos seguintes países: Ilhas Marshall, Kiribati, Nauru, Palau, São Vicente e Granadinas e Tuvalu não estavam disponíveis.

Tabela 2: Emissão de CO2 pelos SIDS em 2018 divididos por região

(continua)

SIDS	Emissão de CO2 2018 (em toneladas)	% das emissões de CO2 em comparação com o total mundial
Oceano Atlântico, Índico, Mar Mediterrâneo e Mar do Sul da China		
Bahrein	31.060.000	0,0849330%
Cabo Verde	628.229	0,0017179%
Comores	218.415	0,0005973%
Guiné-Bissau	339.583	0,0009286%
Maldivas	1.520.000	0,0041564%
Maurício	4.850.000	0,0132622%
São Tomé e Príncipe	123.728	0,0003383%
Seychelles	655.244	0,0017918%
Cingapura	40.860.000	0,1117309%
Caribe		
Antígua e Barbuda	565.835	0,0015473%
Bahamas	1.810.000	0,0049494%
Barbados	1.280.000	0,0035001%
Belize	574.498	0,0015710%
Cuba	28.620.000	0,0782609%
Dominica	182,407	0,0000005%
Granada	270.590	0,0007399%
Guiana	2.430.000	0,0066448%
Haiti	3.000.000	0,0082034%
Jamaica	8.190.000	0,0223954%

Tabela 2: Emissões de CO2 pelos SIDS em 2018**(conclusão)**

República Dominicana	24.860.000	0,0679792%
Santa Lúcia	420.654	0,0011503%
São Cristóvão e Nevis	241.969	0,0006108%
São Vicente e Granadinas	223.356	0,0006108%
Suriname	1.790.000	0,0041564%
Trinidade e Tobago	43.480.000	0,1188953%
Pacífico		
Estados Federados da Micronésia	150.748	0,0004122%
Fiji	2.130.000	0,0058244%
Ilhas Marshall	150.748	0,0004122%
Ilhas Salomão	177.806	0,0223954%
Kiribati	69.576	0,0001903%
Nauru	50.249	0,0001374%
Palau	235.786	0,0006448%
Papua Nova-Guiné	7.840.000	0,0214383%
Samoa	258.978	0,0007082%
Timor Leste	521.821	0,0014269%
Tonga	135.287	0,0003699%
Tuvalu	11.596	0,0000317%
Vanuatu	154.614	0,0004228%
Total	209.899.492	0,60%

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base em Our World in Data (2020)

Como é possível ver na Tabela 1, estes países têm contribuições especialmente pequenas. Os países que possuem números mais expressivos, Bahrein, Cingapura e Trinidad

e Tobago não representam mais de 0,2% das emissões globais (OUR WORLD IN DATA, 2020). Tais países, então ocupam um espaço peculiar de ser os que mais sofrem com as consequências mapeadas da mudança global do clima, mas os que menos contribuíram para que esse fenômeno acontecesse (UNFCCC, 2005).

Esses países são de pequena extensão, normalmente com pequenas populações e recursos escassos. O aumento da temperatura global causa o aumento do nível dos oceanos, esses países podem perder parte dos territórios nacionais (UNEP, 2014). Além do mais, muitos dos SIDS possuem economias pequenas e pouco competitivas (CAMPLING, 2006). A próxima seção será destinada a apresentar as características peculiares desses países no RIMC.

3.2. Pequenos Países-Ilha em Desenvolvimento e o processo de desenvolvimento econômico

A categoria SIDS coloca entre os elementos que compõem seus membros o fator “em desenvolvimento”, porém, quando se pensa na forma com que esses países foram categorizados nas instituições econômicas internacionais, é possível perceber eles nem sempre foram agrupados da mesma forma. Na década de 1970, eram reconhecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) os Estados Insulares em Desenvolvimento. Esse agrupamento colocava em igualdade países-ilha de grande extensão ou com grandes arquipélagos, como Madagascar e a Indonésia, aos pequenos Estados Insulares (HEIN, 2004). A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (sigla em inglês UNCTAD, *United Nation Conference for Trade and Development*), nos primeiros anos da década de 1970, começou a utilizar dessa categorização e eles foram tema de um pequeno painel que buscava compreender os desafios especiais que esses países possuíam (UNCTAD, 1985). Em comparação aos países insulares, a categoria dos Países em Desenvolvimento sem Litoral, que normalmente acompanha os SIDS em escritórios e documentos de alguns órgãos das Nações Unidas, é utilizada desde antes da criação da UNCTAD, em 1964 (HEIN, 2004).

Os SIDS, foram reconhecidos como uma categoria específica de países em desenvolvimento a partir da UNCED em 1992. O grupo consiste em 38 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) e outros 20 não-membros, divididos em três regiões:

Caribe, Pacífico, do Atlântico/Índico/Mediterrâneo/Mar do Sul da China (agrupamento chamado de AIMS - em inglês *Atlantic, Indian Ocean, Mediterranean and South of China Sea*) (UN-OHRLLS, s.d.a.)

A categoria de Pequenos Estados, por outro lado, foi reconhecida em 2001 na Declaração Ministerial de Doha, que estabeleceu também um Programa de Trabalho da Organização Mundial do Comércio para as Pequenas Economias. Porém, aliar os SIDS a outros pequenos Estados aumenta o escopo do grupo, deixando-os entre economias maiores e mais bem consolidadas e que não lidam com os mesmos problemas de fragilidade a choques internacionais e distância. Para além disso, é importante ressaltar que a Organização Mundial do Comércio (OMC) nunca chegou a definir os indicadores de uma pequena economia (HEIN, 2004).

Em relação à participação dos SIDS nas instituições econômicas internacionais, no período de vigência do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (sigla em inglês GATT, *General Agreement on Tariffs and Trade*) eles tenderam a formar acordos bilaterais com países desenvolvidos. Mas com a criação da OMC, muitos desses acordos perderam espaço para acordos multilaterais (LINDSAY, 2019). Um exemplo é o dos países do Caribe, que perderam as tarifas preferenciais nas vendas de banana e açúcar para a Europa (ROBINSON, 2014) em especial com o fim das taxas preferenciais do Acordo de Lomé²³, decretado pela OMC em meados dos anos de 1990 (KASENALLY, 2011).

Em relação à OMC, nem todos os países categorizados como SIDS são parte da organização. Dos 38 SIDS membros da ONU, 29 são parte da OMC e 18 são classificados como Pequenas Economias Vulneráveis. Apesar disso, como já dito, não há critérios para a definição de uma pequena economia no âmbito da OMC ou da ONU. Os critérios de população, tamanho do PIB ou extensão geográfica são mobilizados arbitrariamente quando há a necessidade de justificar a categorização (LINDSAY, 2019).

²³ O Acordo de Lomé foi um tratado comercial entre países da África e do Caribe que criou condições facilitadas para o comércio de produtos agrícolas e minerais dos países citados para a antiga Comunidade Econômica Europeia (CEE) (ACP, s.d.)

Os elementos atribuídos ao conceito de desenvolvimento presentes na ideia de SIDS, por outro lado, estão intimamente ligados ao discurso sobre o que se caracteriza como desenvolvimento pelas instituições financeiras internacionais. Sendo assim, quando mobilizada a categoria de Países Insulares em Desenvolvimento pela UNCTAD na década de 1970, eram também mobilizadas as ideias de busca da superação da dependência desses países para com seus antigos colonizadores desenvolvidos e a eliminação das desigualdades sociais. Sendo assim, nesse período, a problemática dos Estados Insulares estava ligada ao conceito de terceiro mundo e a busca deste de se desvencilhar do campo altamente securitizado da política internacional bipolar (CAMPLING, 2004).

A partir da década de 1980, as associações entre pobreza e insegurança se tornaram o foco dos debates sobre desenvolvimento, inclusive nos Países Insulares em Desenvolvimento. Nesse período o foco na pacificação de ondas de violência em Comores e Seychelles dominou os assuntos relacionados às ilhas (CAMPLING, 2004). Além disso, a década de 1980 também foi um marco no começo dos processos de abertura econômica em Maurício (KASENALLY, 2011) e das economias do Caribe (ROBINSON, 2014).

Dos anos 1990 até a década de 2000, o foco no desenvolvimento sustentável trouxe a vulnerabilidade ambiental dos SIDS para o centro dos debates, mas para além disso, há também um aprofundamento dos processos de liberalização das economias (CAMPLING, 2004). Apesar disso, esse processo não abre espaço total para a participação de países pequenos e vulneráveis como os SIDS. Apesar de tentativas, os SIDS falharam em conseguir termos especiais para suas exportações no âmbito da OMC, como grupo também viram o crescimento de suas dívidas externas e também crescente dependência de empréstimos nas instituições financeiras internacionais (IFIs) (LINDSAY, 2019).

É importante para esse trabalho explorar quais os elementos utilizados para dar unidade aos SIDS, como dados relacionados à performance econômica desses países nos mercados internacionais. Na Tabela 3 estão descritos dados de tamanho do território, da população e dos PIBs dos SIDS e através desses dados é possível perceber que existem

assimetrias entre eles. Tomando de exemplo a questão da extensão territorial, países com menos de 500 km² de área total são classificados junto a países que possuem mais de 100.000 km².

Tabela 3: Lista dos SIDS membros da ONU

(continua)

SIDS	Área (km ²)	População 2018 (milhões)	% da população em relação à população mundial	PIB 2018 (US\$)	% do PIB em relação ao PIB mundial
Oceano Atlântico, Índico, Mar Mediterrâneo e Mar do Sul da China					
Bahrein	800	1,57	0,0207%	37.653.000.000	0,0436%
Cabo Verde	4.000	0,54	0,0071%	1.967.000.000	0,0023%
Comores	1.900	0,83	0,0109%	1.179.000.000	0,0014%
Guiné-Bissau	36.100	1,87	0,0246%	1.458.000.000	0,0017%
Maldivas	300	0,51	0,0067%	5.327.000.000	0,0062%
Maurício	2.000	1,26	0,0166%	14.182.000.000	0,0164%
São Tomé e Príncipe	1.000	0,211	0,0028%	492.300.000	0,0006%
Seychelles	500	0,1	0,0013%	1.586.000.000	0,0018%
Cingapura	700	5,64	0,0743%	373.217.000.000	0,4319%
Caribe					
Antígua e Barbuda	400	0,96	0,0126%	1.611.000.000	0,0019%

Tabela 3: Lista dos SIDS membros da ONU**(continua)**

Bahamas	13.900	0,38	0,0050%	12.425.000.00	0,0144%
Barbados	400	0,28	0,0037%	5.090.000.00	0,0059%
Belize	23.000	0,38	0,0050%	1.871.000.00	0,0022%
Cuba	109.900	11,34	0,1494%	100.023.000.000	0,1158%
Dominica	800	0,71	0,0094%	596.033.000	0,0007%
Granada	300	0,11	0,0014%	1.169.000.00	0,0014%
Guiana	215.000	0,78	0,0103%	3.879.000.00	0,0045%
Haiti	27.800	11,12	0,1465%	8.499.000.00	0,0098%
Jamaica	11.000	2,9	0,0382%	15.714.000.00	0,0182%
República Dominicana	48.700	10,6	0,1396%	85.555.000.00	0,0990%
Santa Lúcia	600	0,18	0,0024%	2.066.000.00	0,0024%
São Cristóvão e Nevis	300	0,05	0,0007%	1.011.000.00	0,0012%
São Vicente e Granadinas	400	0,11	0,0014%	811.300.000	0,0009%
Suriname	163.800	0,57	0,0075%	3.458.000.00	0,0040%
Trinidade e Tobago	5.100	1,14	0,0150%	23.808.000.00	0,0276%

Tabela 3: Lista dos SIDS membros da ONU

(conclusão)

Pacífico					
Estados Federados da Micronésia	700	0,11	0,0014%	400.932.000	0,0005%
Fiji	18.300	0,88	0,0116%	5.537.000.00 0	0,0064%
Ilhas Marshall	200	0,06	0,0008%	221.278.000	0,0003%
Ilhas Salomão	28.900	0,65	0,0086%	1.396.000.00 0	0,0016%
Kiribati	800	0,11	0,0014%	196.738.000	0,0002%
Nauru	20	0,01	0,0001%	124.021.000	0,0001%
Palau	500	0,02	0,0003%	283.322.000	0,0003%
Papua Nova-Guiné	462.800	8,6	0,1133%	23.412.000.0 00	0,0271%
Samoa	2.800	0,2	0,0026%	820.491.000	0,0009%
Timor Leste	14.900	1,3	0,0171%	1.569.000.00 0	0,0018%
Tonga	800	0,1	0,0013%	450.353.000	0,0005%
Tuvalu	26	0,1	0,0013%	47.271.000	0,0001%
Vanuatu	12.200	0,3	0,0040%	906.050.000	0,0010%
Total	1.211.64 6	66,581	0,88%	739.519.789. 000	0,86%

Fonte: Formulado pela autora com base nos dados do Banco Mundial (s.d. c)

Assim é possível perceber que os SIDS são países pequenos, que juntos, ocupam pouco menos do que 1,3 milhões de metros quadrados e possuem menos de 1% da população mundial, sendo as maiores populações as de Cuba, Haiti, República Dominicana e Papua Nova-Guiné; e os maiores territórios os de Papua Nova-Guiné, Suriname, Cuba e Guiana (BANCO MUNDIAL, s.d.c). Considerando esses dados em relação aos da dimensão vulnerabilidade do ND-GAIN, é possível perceber que os países com maiores populações têm índices próximos da média, 0,481, estando a menos de um desvio padrão da média enquanto os países com maiores territórios estão, a uma distância de 0,01 da média, mostrando que grandes territórios ou populações não necessariamente faz com que sejam mais ou menos vulneráveis que os outros SIDS.

A expressão SIDS surge na Agenda 21, no ano de 1992. A agenda é produto da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento que apresenta metas para o Século XXI, voltadas para o desenvolvimento sustentável dos países que a ratificaram. A partir deste documento, essa categoria especial de países passa a se tornar presente nos debates e planos sobre o desenvolvimento sustentável, especialmente no RIMC (UMEMURA, 2016). Na Agenda os SIDS são apresentados e tratados da seguinte forma:

17.123. Os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e as ilhas que abrigam pequenas comunidades são um caso especial tanto no que diz respeito ao meio ambiente como ao desenvolvimento. Ambos são ecologicamente frágeis e vulneráveis. Suas pequenas dimensões, seus recursos limitados, sua dispersão geográfica e o isolamento em que se encontram relativamente aos mercados colocam-nos em desvantagem do ponto de vista econômico e impedem que obtenham economias de escala. No caso dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento o oceano e o meio ambiente costeiro têm importância estratégica, constituindo valioso recurso para o desenvolvimento (UNCED, 1992, pg. 223).

Portanto, o cenário que esses países compartilham é o de serem especialmente vulneráveis com base na soma dos fatores: pequenas economias marcadas por processos de dominação colonial, limitação nos recursos naturais e humanos e a pequena extensão geográfica (UMEMURA, 2016). Se compararmos o cenário geral dos SIDS com os indicadores utilizados pelo ND-GAIN na construção de seu índice é possível encontrar pontos em comum, por exemplo, um ponto de sensibilidade em relação à segurança alimentar é a forte dependência de importações de alimentos (CHEN et al, 2015) o que Clark (2012) aponta como uma das características de unificação nos problemas de caráter econômico que afligem os países. Os SIDS também pontuam mal juntos nos indicadores populacionais, sendo países

em que grande parte da população vive em cidades e muito próximas à costa (UN-OHRLLS, 2015), o que também são áreas sensíveis para o índice utilizado (CHEN et al, 2015). Para além disso, tratando-se dos SIDS, a Agenda 21 coloca a necessidade de cooperação internacional para que tais Estados consigam efetuar planos de adaptação e desenvolvimento (UNFCCC, 1992).

Conforme descrito na Tabela 3, os SIDS são países que em sua maioria possuem populações pequenas, com menos de 1,5 milhões de pessoas, sendo Cuba, Haiti, República Dominicana os valores atípicos, estando a cerca de dois desvios padrões da média²⁴. Além de serem economias que juntas não representam 1% do PIB mundial. Na Tabela 3, é possível perceber que são países que possuem Renda Nacional Bruta per capita em níveis médios, com apenas dois países possuindo Renda Nacional Bruta média baixa. Entre os SIDS, porém, 9 são países que se enquadram como membros da categoria Países Menos Desenvolvidos²⁵. Outras características que esses países compartilham em média são as economias abertas, processos de deterioração das balanças comerciais e tendência ao crescimento das dívidas públicas (DAGHER, 2019).

Tabela 4: SIDS classificados de acordo com sua renda per capita média

SIDS	Renda Nacional Bruta per capita (US\$) - 2019	% da Renda Global per capita
Renda média alta		
Antígua e Barbuda	16.660,00	149,15%
Bahamas	31.780,00	284,51%
Bahrein	21.900,00	196,06%
Barbados	17.380,00	155,60%
Maurício	12.740,00	114,06%
Nauru	14.230,00	127,39%

²⁴ O desvio padrão calculado com base nos dados do Banco Mundial foi de 3,2 milhões de habitantes;

²⁵ Esses países são: Comores, Guiné-Bissau, Haiti, São Tomé e Príncipe, Ilhas Salomão, Timor-Leste, Tuvalu e Vanuatu (a previsão é que Vanuatu deixe de ser um dos Países Menos Desenvolvidos em dezembro de 2020) (UN-OHRLLS, 2018).

Tabela 4: SIDS classificados de acordo com sua renda per capita média**(continua)**

Palau	17.280,00	154,70%
São Cristóvão e Nevis	16.870,00	151,03%
Seychelles	59.590,00	533,48%
Cingapura	19.030,00	170,37%
Trinidade e Tobago	16.890,00	151,21%
Renda média média		
Belize	4.450,00	39,84%
Cabo Verde	3.630,00	32,50%
Comores	5.860,00	52,46%
Cuba	1.420,00	12,71%
Dominica	7.480,00	66,97%
Estados Federados da Micronésia	8.090,00	72,43%
Fiji	8.090,00	72,43%
Granada	5.180,00	46,37%
Guiana	5.250,00	47,00%
Ilhas Marshall	3.350,00	29,99%
Ilhas Salomão	9.650,00	86,39%
Jamaica	4.860,00	43,51%
Kiribati	3.400,00	30,44%
Maldivas	9.980,00	89,35%
Papua Nova-Guiné	2.780,00	24,89%
Republica Dominicana	4.180,00	37,42%
Samoa	1.960,00	17,55%
Santa Lucia	2.050,00	18,35%
São Tomé e Príncipe	11.020,00	98,66%
São Vicente e Granadinas	7.460,00	66,79%
Suriname	5.540,00	49,60%
Timor-Leste	1.890,00	16,92%
Tonga	4.300,00	38,50%

Tabela 4: SIDS classificados de acordo com sua renda per capita média**(conclusão)**

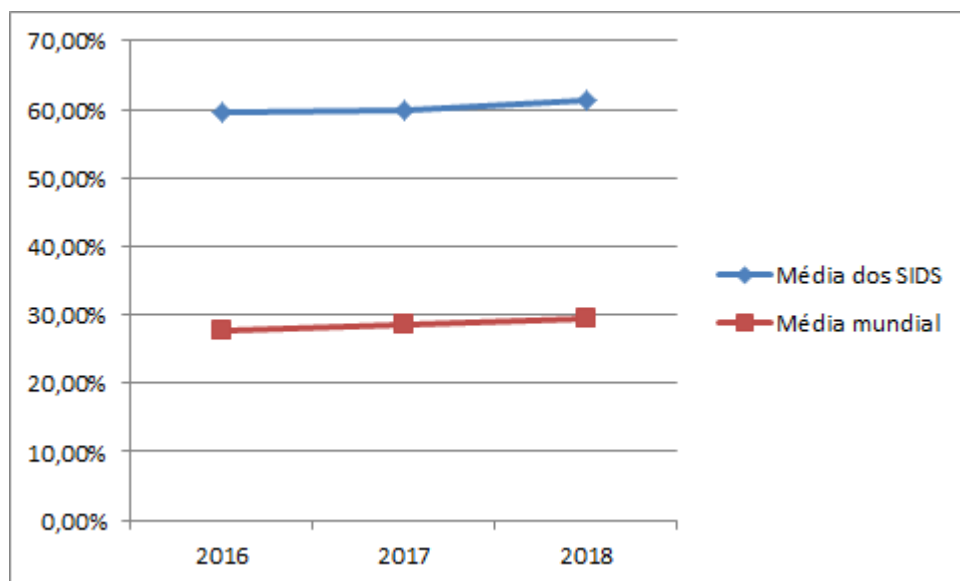
Tuvalu	5.620,00	50,31%
Vanuatu	3.170,00	28,38%
Renda Média Baixa		
Guiné-Bissau	820,00	7,34%
Haiti	790,00	7,07%
Média		51,39%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Banco Mundial (s.d.c)

A Tabela 4 apresenta os SIDS por um recorte de renda média. Separam-se, aqui, os SIDS entre aqueles que possuem renda média alta, ou de acordo com o Banco Mundial (s.d.c) a partir de U\$ 12.536 por ano *per capita*; renda média média, ou entre U\$ 996 e U\$ 12.055; e renda média baixa, menos que U\$ 1.035 *per capita* por ano. Em média, os SIDS são países de renda média, mas possuem expoentes nas outras faixas (BANCO MUNDIAL, s.d.c).

Estes pequenos países-ilha em desenvolvimento compartilham de um passado colonial que deixa marcas em seu processo de desenvolvimento econômico. Os SIDS, em sua maioria, são monoculturas que dependem economicamente dos antigos colonizadores. Para além disso, muitos dos SIDS ainda têm sua economia doméstica dominada por produtos desses mesmos países responsáveis por sua colonização (UMEMURA, 2016). Os membros dessa categoria, normalmente, não conseguem efetuar um processo consistente de substituição de importações, pois são muito pequenos para acomodar indústrias de grande porte. E como são, em sua maioria, monoculturas, também são extremamente dependentes de importações para provisão de bens de primeira importância (BECKER, 2012).

Figura 4: Média das importações de bens e serviços (% do PIB) dos SIDS membros da ONU x Global



Fonte: Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do World Bank Data (s.d.a)

Como mostrado na Figura 3, a média de gastos dos SIDS com importação de bens e serviços²⁶ nos anos de 2016, 2017 e 2018, é duas vezes maior que a média global. Esse cálculo inclui tanto os SIDS de renda alta quanto os de renda média e baixa, apresentados na Tabela 3. Alguns deles, como Cingapura, tiveram gastos com importação equivalentes a mais do total de seu PIB (WORLD BANK, s.d.a).

Isso mostra o alto grau de dependência desses países do mercado internacional, porém os SIDS são afetados pela tirania da distância²⁷. Isso é, o isolamento dessas pequenas ilhas, especialmente os SIDS da região do Pacífico, também é responsável por encarecer as importações de bens de primeira necessidade. E, além de impactar nas exportações, as dificuldades de transporte de cargas também afetam possíveis exportações que esses países possam ter, tornando-as menos competitivas em relação aos países que comercializam as mesmas mercadorias mas que não são necessariamente afetados por esses custos de transporte

²⁶ Por bens e serviços compreende-se todos os bens que foram importados pelos países assim como gastos com serviços de mercado como valores de fretes aéreos ou marítimos, outros custos de transportes, royalties, marketing e custos de licença; e outros serviços, como de comunicação e informação (pessoal ou de negócios), serviços financeiros e de construção civil (WORLD BANK, s.d.b)

²⁷ A expressão “tirania da distância” foi utilizada por Becker (2012) para se referir às dificuldades econômicas geradas pelo isolamento geográfico dos SIDS do Pacífico e faz referência ao livro *The Tyranny of Distance: How Distance Shaped Australia's History* de Geoffrey Blainey, publicado no ano de 1966 (BECKER, 2012).

(UMEMURA, 2016). Desta forma, parte considerável dos altos gastos de importação mostrados na Figura 1, se dá com serviços de frete e transporte.

As economias destes países são geralmente abertas, tendo como parte do grupo, países que possuem altos graus de abertura econômica, como Seychelles e as Maldivas. Esses fatores levam os SIDS a passarem por processos de deterioração dos mercados e déficits constantes em suas balanças de pagamento. Estes países, são, portanto, muito vulneráveis a crises e choques no mercado internacional (DAGHER, 2019). Dagher (2019), demonstra que, em sua maioria, os SIDS do Caribe são diretamente influenciados por recessões econômicas nos Estados Unidos, Canadá e Reino Unido.

Parte das razões para este alto grau de abertura econômica está nos ajustes estruturais efetuados depois de grandes empréstimos feitos em instituições de crédito internacional, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Esses empréstimos, muitas vezes, são tomados com a intenção de ajudar esses países a passar por crises econômicas e a se recuperar de desastres ambientais, como os tsunamis em Samoa no ano de 2009 (UMEMURA, 2016) e os furacões em Granada nos anos de 2000, 2004 e 2005 (DAGHER, 2019).

No ano de 2012, 12 dos 20 países com as maiores dívidas públicas do mundo eram SIDS, sendo que alguns deles possuíam dívidas que correspondiam a mais do que 100% do PIB de cada um (TENNANT, 2014). Esse cenário ainda é acentuado nos SIDS caribenhos. Entre esses últimos, a maioria possui renda alta ou média, mas esse dado mascara uma realidade de desigualdades (ROBINSON, 2014).

Os SIDS do Caribe de renda média possuem, em média, 50% de dívidas a mais que outras economias de renda média e 30% a mais que os SIDS de outras regiões. Essas dívidas são mescladas entre credores domésticos e externos. Os países em questão passaram por um processo de especialização da economia em turismo e serviços a partir da década de 1990, mas com esse processo, as dívidas, como tendência de todos os países dessa categoria, cresceram. De 2002 para 2003, a dívida externa cresceu em 89% e alguns países como Dominica e Jamaica possuem mais do equivalente de 100% de seus PIBs em dívidas (ROBINSON, 2014).

Essas dívidas cresceram muito devido à vulnerabilidade a choques externos. Robinson (2014) aponta que a partir dos dismantelamentos progressivos de acordos entre os SIDS caribenhos e a União Europeia na década de 1990, os setores agrícolas se tornaram cada vez mais enfraquecidos. Em São Cristóvão e Nevis, por exemplo, toda a indústria do açúcar foi

desmantelada em 2005, levando o governo a tomar empréstimos externos para amenizar as consequências para os trabalhadores do setor.

Nos anos 2000, os ataques terroristas aos Estados Unidos em setembro de 2001 influenciaram muito os setores de serviços dos países, mais especialmente o setor turístico, que perdeu 4% das entradas de pessoas do ano 2001 para 2002. A onda de aumento dos preços de combustíveis entre 2006 e 2008 também foi impactante para as economias dos SIDS caribenhos, devido à sua alta dependência de importações. A crise econômica de 2008 foi responsável por um grande número de consequências nas contas públicas, isso pelos choques nos fluxos de capitais nos bancos offshore, como também pelo crescimento dos valores de produtos importados e até mesmo o encolhimento ainda mais expressivo na chegada de turistas às ilhas do Caribe (ROBINSON, 2014). Dagher (2019) argumenta que, ao contrário de outros grupos de países em desenvolvimento, que sentiram as consequências da crise de 2008 mais tardiamente, os choques foram quase imediatos nos SIDS caribenhos.

Nos SIDS do Pacífico, também chamados de Países Insulares do Pacífico (PIP)²⁸, há um cenário diferente em relação às dívidas domésticas e externas, mas ainda assim, demonstra a volatilidade dessas economias e seus níveis de vulnerabilidade a choques. Os PIP, ao contrário dos SIDS do Caribe, são países com níveis medianos de endividamento. Em média, esses países possuem valores equivalentes a 30% de seus PIBs comprometidos com dívidas públicas, sendo as Ilhas Marshall o país mais endividado e Timor-Leste o menos (PRASAD; PRAKESH, 2014).

Esses países são classificados como economias de rendas médias (parte como rendas médias altas e parte como rendas médias baixas). São também, países que, em sua maioria, não pontuam bem no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sendo que apenas dois deles estavam acima da média global (0,694) e quatro acima da média dos SIDS (0,648) no ano de 2013 (PRASAD; PRAKESH, 2014).

Grande parte dos PIPs, apesar de não terem altos níveis de endividamento, são altamente dependentes de ajuda econômica internacional. Em 2004 esses países receberam o equivalente a 13% de seus PIBs em doações internacionais de dinheiro (FENNY; MCGILLIVRAY, 2010). Esses altos valores estão aliados a economias em processo de contração desde meados dos anos 1990, o que levou a grandes déficits em balanças correntes durante os primeiros anos da década de 2000 (PRASAD; PRAKESH, 2014).

²⁸ Termo utilizado por Prasad e Prakesh (2014), em inglês Pacific Island Countries (PIC).

Ainda que essas dívidas tenham caído em relação ao percentual dos PIBs nos primeiros anos no Século XXI, na segunda década deste, elas passaram a crescer em especial devido aos choques relacionados à dependência de países com economias grandes tais como Japão e EUA, que foram muito afetados pela crise econômica de 2008. Há, também, um crescimento das dívidas desses países ocasionadas por eventos climáticos extremos como os tsunamis que afetaram a região da Polinésia em 2009. Programas de adaptação à mudança do clima também influenciam na tomada de empréstimos internacionais por esses países, especialmente para a cobertura de custos de infraestrutura. Sendo assim, os SIDS do Pacífico se encontram em um ambiente onde dívidas crescentes se aliam à economias em contração (PRASAD; PRAKESH, 2014).

O terceiro subgrupo dos SIDS corresponde aos países do Oceano Atlântico, Oceano Índico e Mar do Sul da China. Esse grupo é o mais marcado por diversidade, já que engloba tanto países classificados como Menos Desenvolvidos (na sigla em inglês LDC, *Least Developed Countries*), como Comores, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe, como também os mais ricos do grupo, Cingapura e Bahrein (BARRETT; DAWSON; MCKENZIE, 2014).

Essas grandes diferenças em relação às características econômicas e sociais dos Estados parte do AIMS levam à uma gradação entre países altamente endividados, como Cingapura, que possui dívidas públicas equivalentes a mais de 200% de seu PIB, e países moderadamente endividados, como Bahrein e Maurício. Algumas características em comum dos AIMS, por outro lado, é o fato de terem conquistado suas independências depois da metade do Século XX e, com exceção de Cingapura cujas maiores exportações são de eletrônicos, são países exportadores de *commodities* com economias muito voltadas para o mercado externo (BARRETT; DAWSON; MCKENZIE, 2014).

Os países do AIMS, até 2008, apresentavam altas taxas de crescimento econômico e contração nas dívidas obtidas nos anos 1990 e 2000. Porém, os choques causados pela crise de 2008 e os aumentos em preços de alimentos e combustíveis nos anos de 2006, 2007 e 2008, impactaram muito nas economias domésticas. Os setores de turismo sofreram perdas significativas, especialmente devido ao fato de que além do Bahrein, que recebe muitos turistas da Arábia Saudita, os países do AIMS recebem muitos visitantes europeus, que foram gravemente afetados pela crise. As exportações também caíram em todo o grupo, possuindo números 8,3% menores em 2010 do que no ano anterior (BARRETT, DAWSON; MCKENZIE, 2014).

As economias destes também são muito impactadas por desastres naturais que acontecem em seus territórios. As chuvas fortes e inundações que atingiram Comores em 2012 custaram U\$ 20 milhões e o tsunami asiático de 2004 que atingiu os países do Índico, levou a quedas de 62% no PIB das Ilhas Maldivas. Um outro fator que leva à consequências econômicas na região dos AIMS é a instabilidade política de alguns Estados. O Bahrein, por exemplo, teve quedas em 70% nas entradas de turistas depois de períodos de escalada de violência em 2011 (BARRETT; DAWSON; MCKENZIE, 2014).

Devido a essas características de fragilidade a choques externos e dificuldade de crescimento nas economias dos SIDS, foi criado em 2001 um escritório com foco em países que possuem alto índice de vulnerabilidade social e econômica, segundo as Nações Unidas, o Escritório de Alta Representação para os Países Menos Desenvolvidos, Países em Desenvolvimento sem Litoral e os Pequenos Países Ilha em Desenvolvimento (sigla em inglês: UN-OHRLLS, *United Nations Office of the High Representative for the Least Developed Countries, Landlocked Developing Countries and Small Island Developing States*) (UMEMURA, 2016). O UN-OHRLLS tem por objetivo auxiliar os órgãos executivos da ONU na aplicação de projetos direcionados à essas categorias de países (UN-OHRLLS, s.d. b).

Em 1994, o Programa de Ação de Barbados para o Desenvolvimento Sustentável dos SIDS (sigla em inglês BPOA, *Barbados Programme of Action*) foi adotado na primeira Conferência Global sobre o Desenvolvimento Sustentável dos SIDS (UMEMURA, 2016). O BPOA consiste em 14 pontos que identificam áreas prioritárias e apresentam cursos de ação a serem implementados. Para além do BPOA, foi adotado em 2005 a Estratégia de Implementação de Maurício (sigla em inglês MSI, *Mauritius Strategy for Implementation*), que renova os compromissos do BPOA e adota novos três pontos prioritários (POLIDO; JOÃO; RAMOS, 2014). Em 2014, na terceira Conferência Internacional sobre os SIDS, foi adotado o documento internacional mais recente sobre os países em questão, o SAMOA Pathway, que anunciou uma coalizão intergovernamental para monitorar e estimular programas e parcerias que visam o desenvolvimento sustentável dos SIDS (SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS, 2019).

A maioria dos países que integram os SIDS são também membros da AOSIS, que se apresenta como “entidade diplomática” (SANTOS, 2012, pg. 93) e é reconhecida como tal pela ONU. A AOSIS atua especialmente em arenas específicas do Regime Internacional de Mudança do Clima, como uma coalizão entre os SIDS membros da ONU. É importante frisar

que, de acordo com os próprios documentos da AOSIS, a aliança teve sua primeira reunião antes dos primeiros usos do termo SIDS, ainda em 1989, quando se reuniram em Malé, nas Maldivas, com a intenção de planejar uma atuação conjunta destes países na Segunda Conferência Mundial do Clima em Genebra no ano seguinte, momento em que a aliança teve sua “estreia” como uma entidade política (AOSIS, 2015).

3.3 Consequências da mudança do clima para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento

Uma das principais consequências do aquecimento do planeta para os SIDS é o crescimento dos níveis do oceano. De acordo com o IPCC (2014), entre os anos de 1993 e 2013, os níveis dos oceanos subiram entre 2,8 e 3,6 milímetros por ano, um aumento grande considerando que durante o século XX, esse crescimento era em média de 1,3 e 1,7 milímetros por ano. Esse processo levou à maior recorrência de eventos como enchentes, que são especialmente danosas quando considera-se que essas atingem os poucos reservatórios de água potável de algumas das ilhas (IPCC, 2014).

Os SIDS, como apresentados na primeira parte deste capítulo, são considerados economias pequenas, cuja soma total de seus PIBs representa um pouco menos que 1% do PIB global. Isso por si só já representa um fator que dificulta a adaptação desses países à mudança do clima, mas há também um outro fator importante ligado a tal, a maior parte das infraestruturas de países SIDS está na costa (UN-OHRLLS, 2015).

Esse crescimento dos níveis do oceano poderia levar a um efeito cascata na economia desses países que pode causar perdas em até 22 bilhões de dólares até o ano de 2050. Isso devido à grande importância do turismo nessas economias, especialmente considerando a possibilidade levantada pela UN-OHRLLS (2015) de que 29% dos resorts dos países da Comunidade do Caribe (CARICOM) poderiam ser alagados. É importante lembrar que alguns dos SIDS possuem mais de 88% de seus territórios a apenas 5 milímetros acima do nível do oceano (UN-OHRLLS, 2015).

Já no ano de sua criação, em 1989, a AOSIS já citava, na Declaração de Malé, o aumento dos níveis do oceano. Ainda em 1987, as Maldivas, um dos países com grande parte do território há apenas 5 milímetros acima do oceano, já havia registrado enchentes recordes em sua capital. Já nesse período, a AOSIS possuía como uma das pautas a criação de uma convenção sobre o clima no âmbito da ONU. Assim, a aliança também ressalta a importância da construção de estruturas resilientes (AOSIS, 2015).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a mudança do clima pode trazer ainda mais desafios à saúde pública dos SIDS. Isso porque muitos desses países possuem sistemas de saúde fragilizados, especialmente devido às restrições orçamentárias relacionadas aos pequenos PIBs e altos níveis de endividamento. Ainda assim, os SIDS foram o primeiro grupo de países a trazer o tema saúde e mudança do clima para as agendas políticas internacionais, ainda nos anos 2000 (OMS, 2020).

A mudança do clima, e consequentemente o aumento do nível dos oceanos causado por ela, pode atingir hospitais e outros estabelecimentos médicos que se localizam próximos à costa, em especial quando considerando os Estados com menores territórios. Além de danos à infraestrutura hospitalar, a mudança do clima pode trazer um aumento na quantidade de doenças transmitidas pela água ou por vetores, como mosquitos e outros insetos. Também é previsto o crescimento no número de zoonoses e doenças pulmonares causadas por poluentes nos próximos 20 anos (OMS, 2018).

Para se adequar às demandas que esses fenômenos trazem, os SIDS precisam tomar medidas que, em diversos casos, exigem ajuda financeira internacional. Entre essas medidas encontram-se a manutenção da qualidade da água potável, uma vez que as fontes de água doce em países insulares são escassas e normalmente estão localizadas em áreas de baixo relevo, muito susceptíveis à contaminação por água salgada em casos de enchentes. Outro ponto importante é a garantia da segurança alimentar da população, o que também pode ser considerado desafiador uma vez que, como colocado nas seções anteriores, a maioria dos SIDS são importadores de alimentos. Além disso, os SIDS também precisam estar preparados para criar mecanismos para lidar com as necessidades da população no pós-eventos climáticos extremos, uma vez que esses tendem a se tornar cada vez mais frequentes (OMS, 2018).

Com a intenção de suprir as demandas dos SIDS para a adaptação à mudança do clima e também trazer mais ênfase em políticas fortes de mitigação, foi criada a AOSIS no fim da década de 1980. A aliança é, muitas vezes, chamada de caso de sucesso como representação de países que, como delegações individuais não seriam capazes de participar da mesma forma das agendas políticas internacionais (BETZOLD, 2010). Sendo assim, será apresentada a trajetória da AOSIS e a forma com que se documenta a atuação do bloco na busca de espaço para os SIDS.

3.3.1 A AOSIS e a busca por espaço dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento

A AOSIS fez sua primeira participação em uma conferência internacional na Segunda Conferência Internacional sobre o Clima, em Geneva no ano de 1990 (BETZOLD, 2010). Já nessa cúpula, os países membros da aliança deixaram claro suas posições favoráveis à criação de um tipo de convenção internacional sobre o clima e a necessidade de que debates sobre a adaptação de países pequenos e em desenvolvimento aos eventos climáticos intensos que, de acordo com as previsões, podem ser agravados pela mudança no clima (AOSIS, 2015).

A posição da aliança em seus documentos oficiais sempre busca trazer atenção ao fato de que pequenos Estados como os SIDS tem dificuldade em trazer suas demandas para as arenas internacionais. Isso porque a forma como a burocracia dos órgãos internacionais se organiza exige das partes grande quantidade de recursos sociais e humanos para a participação efetiva. As delegações de SIDS, por outro lado, muitas vezes são formadas por menos de uma dezena de pessoas, enquanto países desenvolvidos chegam a empregar delegações com mais de cem participantes (AOSIS, 2017).

Sendo assim, desde a sua criação, a AOSIS se ocupou com a criação de capacidade, tanto em relação às políticas de adaptação quanto em recursos para a participação de fóruns internacionais. Esse processo se deu através da busca de parceria com Organizações Não Governamentais (ONGs) e com outros países (AOSIS, 2017). Através da participação ativa e coordenada no RIMC e em fóruns voltados para o debate de questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável, os SIDS foram capazes de construir uma estratégia discursiva que os colocava no centro dos debates do clima. De acordo com Betzold (2010), esses países contaram com uma construção discursiva que os deixava no papel de vítimas inocentes e que se apoiava no princípio do poluidor pagador (BETZOLD, 2010).

Apesar da participação ativa da AOSIS na produção do Protocolo do Quioto, o princípio do poluidor pagador não entrou no resultado final. Ao invés disso, o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas se tornou parte importante do documento, que refletia alguns dos interesses trazidos pela AOSIS. Ainda assim, logo nos primeiros anos do RIMC, a AOSIS conseguiu uma vitória importante em ter um assento reservado para um dos membros na diretoria das COPs, em um caso único em toda a organização institucional do regime. Em contraste, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo buscou um espaço parecido, mas não obteve o mesmo resultado (BETZOLD, 2010).

A partir dos anos finais do Protocolo de Quioto, com a percepção de que este tinha falhado em alcançar os seus objetivos, a AOSIS começou a preparar o campo político para um próximo acordo que buscasse limitar o aumento da temperatura média do planeta. Os discursos feitos pela AOSIS no RIMC estão marcados por ser sempre embasados em pesquisas científicas muito recentes. De acordo com Betzold (2010), a manutenção de um discurso muito alinhado com as principais instituições internacionais de pesquisa sobre o clima, como o IPCC, foi importante para manter a credibilidade e a legitimação das suas falas.

Com a perspectiva do fim do Protocolo de Quioto em cumprir seus objetivos, no ano de 2007, a AOSIS fez parte do processo de formulação do *Bali Roadmap*, documento firmado na COP-13 na Indonésia. O *Roadmap* trouxe de volta os Estados Unidos para o debate sobre mitigação e novos pontos importantes em relação aos países mais vulneráveis à mudança do clima, assim como “[...]novos compromissos no Protocolo de Quioto [...]” (AOSIS, 2015, p. 8, tradução livre)²⁹. Em 2009, apesar da falha na criação de um novo acordo, a AOSIS agiu de forma ativa, trazendo o objetivo claro de limitação do aumento da temperatura média em 1,5°C com o *slogan* “1,5° to stay alive” (AOSIS, 2015, p. 8, tradução livre).

Sendo assim, o próximo capítulo tem por intenção efetuar uma análise de cinco textos, escolhidos de acordo com o evento em que foram feitos. Esses eventos são: A formação da AOSIS no ano de 1989; a criação da UNFCCC durante a UNCED; a adoção do Protocolo de Quioto na COP-3, em 1997; a adoção do *Bali Road Map* na COP-13 em 2007; a falha na produção de um novo acordo em 2009, na COP-15. Esses eventos foram escolhidos considerando também uma janela temporal considerável para que se possa perceber as regularidades nos discursos, e também, os momentos em que essa é quebrada.

²⁹ [...] new commitments under the Kyoto Protocol[...]

4. LINHAS DE VULNERABILIDADE: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DOS SIDS

Este capítulo apresenta a análise dos textos definidos no capítulo 2 deste trabalho. Esses textos passaram por um processo de análise pós-estruturalista do discurso. Portanto, entendendo que os significados são construídos através das relações formadas no interior de um discurso, esses significados não possuem existência metafísica e independente ou são construídos por algum tipo de estrutura social anterior ao discurso (PETERS, 2000). Dessa maneira, esse capítulo analisa as estratégias discursivas estabilizadas pelos SIDS.

Como colocado no capítulo anterior, a forma de se compreender essa categoria de países, os SIDS, normalmente se dá entre duas formações discursivas: a da política do clima e a do desenvolvimento econômico. Os discursos definidos, porém, são majoritariamente marcados por termos e expressões da FD da política internacional do clima. Isso não significa que nesses discursos existem apenas significados relacionados à formação discursiva em questão. A análise de discurso será feita através da AD3 descrita no capítulo 2, significando que o presente trabalho se ocupa justamente desse espaço subjetivo entre as FDs, no qual acontecem trocas de significados entre elas (MUSSALIM, 2004).

4.1. Modelo da análise

No segundo capítulo, foi construído um modelo teórico-metodológico que orientou a AD que será apresentada aqui. Porém, para que seja possível criar uma ponte entre a analista e o leitor, se faz necessária uma breve contextualização de como se deu a análise dos discursos escolhidos para essa pesquisa aqui apresentada.

Este trabalho foi executado a partir da análise de cinco documentos, escolhidos de acordo com o recorte feito pelos SIDS via a AOSIS como de momentos importantes da atuação desses no regime de mudança do clima. Orlandi (2001) escreve sobre como o referencial teórico funciona como uma forma de colocar o leitor no lugar do analista, e assim, compreender a maneira como o leitor que tiver acesso ao texto irá entender a relação que existe entre os significados presentes nos escritos e o fenômeno analisado

É importante compreender que o presente trabalho se trata de uma análise dos discursos escolhidos feita por meio do referencial teórico do pós-estruturalismo. Significando que, como analista, não houve uma procura pela compreensão de como os significados presentes nos textos levantados se ligam com uma realidade exterior aos discursos. Aqui,

compreende-se que os elementos tomam sentido a partir das relações que cumprem entre si (NABERS, 2015).

Deste modo, quando feita a leitura de termos como “vulnerabilidade” ou “desenvolvimento”, é possível pensar que esses termos não são reflexos de processos materiais únicos e alheios ao discurso, mas que são construídos através do encadeamento com outros signos dentro de determinado texto. Quando há um conjunto de sistemas de dispersão de significados, há uma formação discursiva. Portanto, um mesmo termo pode existir em formações discursivas diferentes, e assim, possuir significados diversos (FOUCAULT, 2008).

Na AD3, existe um foco na construção de sentido através das relações intertextuais e entre FDs (MUSSALIM, 2004). Por isso, ainda que a maior parte dos termos utilizados nos discursos remetam à FD do Regime Internacional de Mudança do Clima, é possível que tais expressões assumam outras conotações quando estabilizadas na construção de certas estratégias discursivas.

Com base nesses elementos, foram feitas três leituras dos discursos selecionados, como apresentado na Figura 4. A primeira leitura é um processo de reconhecimento dos textos. Nela é feita uma distinção inicial dos temas gerais, das expressões e significados que são utilizados. Durante esse processo, buscou-se perceber quais os termos mais utilizados para descrever o agente e quais se repetem com mais frequência.

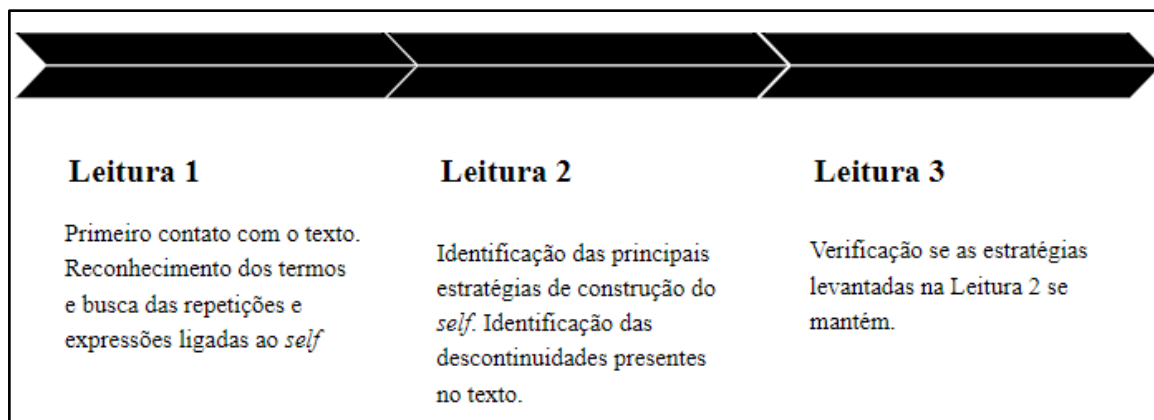
A segunda leitura dos textos se deu com o objetivo de identificar as estratégias de estabilização do *self* e, conseqüentemente, as estratégias de estabilização do *other*. Durante esse passo se faz um estranhamento do texto, isso é: lê-se os enunciados escolhidos com a visão de que tais asserções poderiam ser expressas de múltiplas maneiras. Isso se faz importante para que haja o questionamento dos motivos pelos quais tais textos foram escritos da forma em que foram encontrados (ORLANDI, 2001).

É nesse passo que são delimitadas as características que o *self* estabiliza para si e como são as ocorrências dessas. Seja por um processo de ligação com outros elementos reconhecidos na formação discursiva em que o discurso se localiza, por um processo de criação de contraste com um *other* ou os dois (NABERS, 2020). Com base nesse reconhecimento das estratégias, também se percebe os elementos que foram silenciados no discurso, as chamadas: descontinuidades. Assim, podemos afirmar que essas descontinuidades são importantes, porque trazem elementos dos quais os *selves* querem se distanciar.

A terceira leitura é feita com a intenção de questionar os detalhes percebidos durante a análise. Dessa forma, nesse terceiro passo, o analista volta aos discursos escolhidos para

tentar encontrar possíveis inconsistências nas observações tomadas anteriormente. Essa é a fase final da análise e é importante para questionar as continuidades e discontinuidades presentes na redação.

Figura 5: Passos para a Execução da AD



Fonte: Formulado pela autora

Dito isso, na próxima seção explorará a construção dos *selfs* através da delimitação presente nos documentos analisados.

4.2 A Construção dos *selfs*: Vulneráveis e em desenvolvimento

Nesta subseção será apresentado como se dá o processo de construção dos *selfs* e quais os principais termos utilizados nesse processo. Para isso, será apresentada uma breve reexposição de elementos teóricos que foram utilizados no processo da análise. Com o objetivo de facilitar o processo de compreensão da análise, serão expostos trechos dos documentos analisados e a forma com que o processo de construção dessas identidades acontece nessas frases e parágrafos.

Retomando o segundo capítulo do presente trabalho, é importante se pensar que a linguagem é o veículo pelo qual os significados são construídos. Porém, também se faz necessário lembrar que ela não se trata de um elemento transparente e apolítico pelo qual se alcança uma realidade exterior, mas sim que é dotada de elementos políticos e de poder, sendo um ‘sítio’ de produção e reprodução de subjetividades e identidades particulares [...]” (HANSEN, 2006, pg. 18, tradução livre)³⁰. Campbell (1992), argumenta que a construção de identidades nacionais se dá através da demarcação de um diferente, um outro. Esse *self* e

³⁰ [...] a site for the production and reproduction of particular subjectivities and identities [...]

other são construídos por uma teia de identidades e através da justaposição de elementos excludentes (HANSEN, 2006). Essa seção tem por objetivo apresentar a forma como é feita a construção das identidades dos SIDS nos documentos analisados.

Esses documentos são quatro declarações feitas por organizações compostas por membros dos SIDS: a Declaração de Malé, de 1989, escrita em um período anterior à primeira utilização do termo, mas feita por países que mais tarde seriam parte da categoria SIDS; a Declaração de Majuro sobre a Mudança do Clima, de 1999; a Declaração da Aliança dos Pequenos Estados Insulares sobre a Mudança do Clima de 2009; e as Declarações de Líderes da AOSIS de 2012 e 2014.

Os SIDS, nesses discursos, são construídos com base na união de duas justaposições principais: a de vulneráveis em relação aos menos vulneráveis; e de em desenvolvimento, em relação aos desenvolvidos. Dessa forma, esses países se voltam a estratégias de construção das suas identidades em torno de termos que invoquem a ideia de vulnerabilidade e falta de recursos para a execução de processos que a amenizem. Ressalta-se que, como colocado no Capítulo 3, a categorização dos países que compõem os SIDS da forma como são conhecidos surge junto com o próprio Regime Internacional da Mudança do Clima, em 1992. Nos documentos acordados na UNCED, a UNFCCC e a Agenda 21, a ideia de pequenos países insulares nesses textos também está ligada à vulnerabilidade em relação às consequências da mudança do clima e à necessidade de financiamento. Enquanto na UNFCCC o conceito de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento ainda não aparece, na Agenda 21 é onde o termo será utilizado pela primeira vez.

Na citação em que a categoria SIDS é apresentada, as ideias que trazem unidade ao conceito são a de vulnerabilidade, tanto em relação às consequências da MGC, quanto em relação ao desenvolvimento. Nas palavras utilizadas na própria Agenda 21: “Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e as ilhas que abrigam pequenas comunidades são um caso especial tanto no que diz respeito ao meio ambiente como ao desenvolvimento” (UNCED, 1992, pg. 223). No texto da Agenda 21, o processo de desenvolvimento sustentável dos SIDS consta como um tópico dessa agenda (UNCED, 1992).

Na Convenção Quadro das Nações Unidas para a Mudança do Clima, por outro lado, a expressão Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento não aparece. Ainda assim, nas menções à países insulares, estes são tratados como países extremamente vulneráveis, o que pode ser visto na seguinte citação do texto da UNFCCC:

Reconhecendo ainda que países de baixa altitude e outros pequenos países insulares, os países com zonas costeiras de baixa altitude, regiões áridas e semi-áridas ou regiões sujeitas a inundações, seca e desertificação, bem como os países em desenvolvimento com ecossistemas montanhosos frágeis são particularmente vulneráveis aos efeitos negativos da mudança do clima [...] (UNFCCC, 1992b, s.p.)

A segunda vez que a expressão países insulares é utilizada está ligada à necessidade de financiamento por países membros do Anexo II da UNFCCC. No texto aparece que::

8. No cumprimento dos compromissos previstos neste Artigo, as Partes devem examinar plenamente que medidas são necessárias tomar sob esta Convenção, inclusive medidas relacionadas a financiamento, seguro e transferência de tecnologias, para atender as necessidades e preocupações específicas das Partes países em desenvolvimento resultantes dos efeitos negativos da mudança do clima e/ou do impacto da implementação de medidas de resposta, em especial:

- a) nos pequenos países insulares;
- b) nos países com zonas costeiras de baixa altitude;
- c) nos países com regiões áridas e semi-áridas, áreas de florestas e áreas sujeitas à degradação de florestas;
- d) nos países com regiões propensas a desastres naturais;
- e) nos países com regiões sujeitas à seca e desertificação;
- f) nos países com regiões de alta poluição atmosférica urbana;
- g) nos países com regiões de ecossistemas frágeis, inclusive ecossistemas montanhosos; (UNCED, 1992b, s.p.).

Outros agrupamentos já foram feitos colocando grande parte dos países membros dos SIDS em outras arenas de negociações internacionais (HEIN, 2004). Esses outros grupos foram formados diante de um conjunto de significados diferentes e fazem parte de outras formações discursivas, de forma mais marcante, a FD do desenvolvimento. Campling (2006) coloca que a definição de quem são esses pequenos países insulares está intimamente ligada ao próprio conceito de desenvolvimento percebido ao longo da história.

A Declaração de Malé sobre o Aquecimento Global e o Aumento do Nível dos Oceanos, que foi assinada durante a Conferência dos Pequenos Estados sobre o Aumento do Nível dos Oceanos em 1989, ou seja, antes da estreia da categoria SIDS em algum documento internacional. Ainda assim, essa conferência contou com a participação de 14 países insulares que passaram a ser classificados como SIDS a partir de 1992 (SMALL STATES CONFERENCE..., 1989b). Nesse documento, os chamados “pequenos Estados”³¹ que

³¹ Esses pequenos Estados se organizavam por regiões muito similares àquelas que viriam ser as regiões dos SIDS, sendo elas o Caribe, o Mediterrâneo, o Sul do Pacífico e o Oceano Índico (SMALL STATES CONFERENCE..., 1989b), enquanto as regiões utilizadas para organizar os SIDS atualmente são o Caribe, o Pacífico e a AIMS (UN-OHRLLS, s.d.a)

compunham a conferência³² se definiam como os “os mais vulneráveis à mudança do clima”, como pode ser visto no trecho:

Chama por todos os Estados da família mundial de nações para tomar medidas imediatas e efetivas de acordo com sua capacidade e meios disponíveis, para controlar, limitar ou reduzir as emissões de gases de efeito estufa e considerar formas e meios de proteger os pequenos Estados do mundo, que são os mais vulneráveis ao aumento no nível dos oceanos (SMALL STATES CONFERENCE..., 1989a, pg. 3, tradução livre, grifo da autora)³³.

Aqui, a condição de “vulneráveis” dos, então, pequenos Estados também os coloca em posição de serem “protegidos” pelos outros, no caso, os menos vulneráveis. Isso porque a existência de um conjunto de países “[...] mais vulneráveis ao aumento no nível dos oceanos” (SMALL STATES CONFERENCE..., 1989a, pg. 3 tradução livre)³⁴, através do não discurso, coloca outros países em uma condição de menor vulnerabilidade, podendo cumprir com seu papel de protetores desses países.

Chama-se a atenção, também, para outro trecho desse mesmo discurso em que os pequenos Estados apontam os países industrializados como a causa do aumento da temperatura global e da mudança do clima e, em seguida, criam uma relação de responsabilidade. Essa relação coloca os países industrializados, também chamados de desenvolvidos, em uma posição na qual têm obrigação de ocupar a liderança da ação política internacional para a mudança do clima. No trecho:

Paradoxalmente, o catalisador do estado perturbador do ambiente global foi o rápido desenvolvimento da industrialização que teve por intenção levar ao progresso material. Tendo em vista o fato que a sobrecarga da atmosfera por gases de efeito estufa aconteceu primeiramente pela ação das nações industrializadas durante os últimos duzentos anos, essas nações atualmente possuem a obrigação moral de começar, em caráter de urgência, ações internacionais para estabilizar e subsequentemente reduzir as emissões globais de gases de efeito estufa e com prioridade, patrocinar um programa de ação mundial para combater as implicações sérias da mudança do clima, o aquecimento global e o aumento do nível dos oceanos. Adicionalmente,

³² Os países presentes na Conferência dos Pequenos Estados sobre o Aumento no Nível dos Oceanos de 1989 foram: Fiji, Kiribati, Tonga, Maurício, Vanuatu, Brunei, Chipre, Antígua e Barbuda, Maldivas, Malta, Trinidad e Tobago, Grenada, Barbados e Tuvalu (SMALL STATES CONFERENCE..., 1989b) (ISLAND VULNERABILITY, s.d.)

³³ Call upon all States of the world family of nations to take immediate and effective measures according to their capabilities and the means at their disposal, to control, limit or reduce the emission of greenhouse gases and to consider ways and means of protecting small States of the world which are most vulnerable to sea level rise.

³⁴ are most vulnerable to sea level rise

recursos e tecnologia devem ser disponibilizados pelas nações industrializadas, especialmente para os Estados mais vulneráveis, que podem não ter os meios financeiros e técnicos para resolver esses problemas (SMALL STATES CONFERENCE..., pg. 2, 1989, tradução livre, grifo da autora)³⁵.

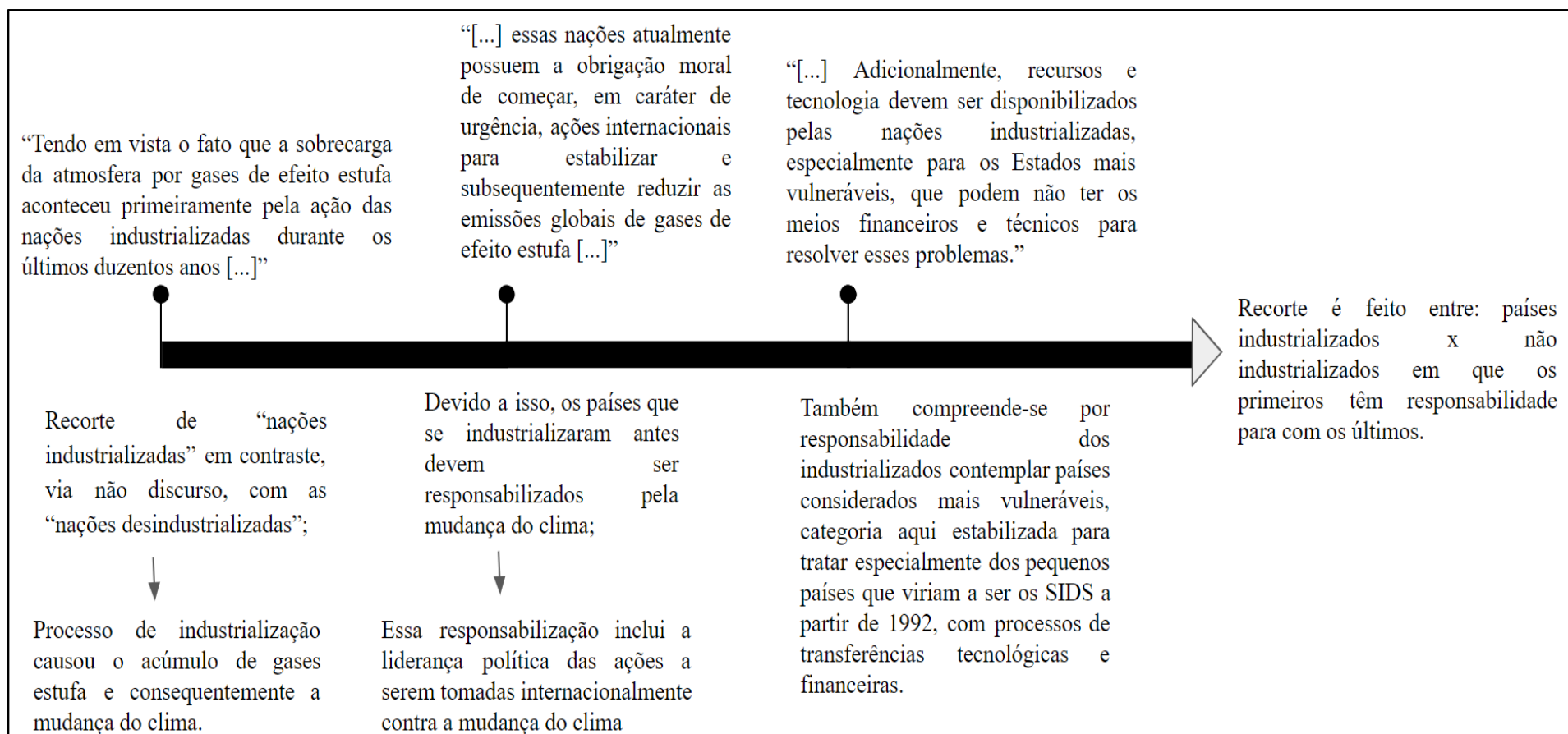
Percebe-se que há uma cisão entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento em relação à responsabilidade atribuída aos primeiros como causadores da MGC. De forma com que o recorte entre essas duas categorias seja feito com base nas ideias de que os países desenvolvidos são responsáveis pela mudança do clima devido aos seus processos de industrialização precoces. Processos esses que os fizeram desenvolvidos e, portanto, detentores de recursos para financiar aqueles países que não possuem as mesmas condições e recursos.

Destaca-se a utilização da ideia de “[...] obrigação moral [...]” (SMALL STATES CONFERENCE..., pg. 2, 1989, tradução livre)³⁶ em liderar a ação política internacional em relação à mudança do clima e à transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento, ligada aos desenvolvidos. A utilização do elemento moralidade, aqui, traz à construção discursiva sobre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento um elemento de justiça. Esse elemento é expresso, também, na cobrança dos países em desenvolvimento por financiamento vindo das partes desenvolvidas. Assim, delimitam-se outros dois lugares nesse discurso: países desenvolvidos/industrializados, que são menos vulneráveis, transferem recursos aos países em desenvolvimento, em especial aqueles que são muito vulneráveis como os SIDS. Na Figura 5 podemos ver a exposição para a construção desse discurso.

³⁵ Paradoxically, the catalyst in this disturbing state of the global environment has been the rapid development of industrialization that was intended to lead to material progress. In view of the fact that the overloading of the atmosphere with greenhouse gases occurred primarily through the actions of the industrialized nations during the past two hundred years, these nations now have a moral obligation to initiate on an urgent basis, international action to stabilize and subsequently reduce emissions of greenhouse gases and to sponsor as a matter of priority an urgent worldwide programme of action to combat the serious implications of climate change, global warming and sea level rise. In addition, resources and technology should be made available by the industrialized nations, particularly to the most vulnerable States, which may not have the financial and technical means to address these problems.

³⁶ [...] moral obligation [...]

Figura 6: A construção discursiva da diferenciação entre industrializados e não industrializados na Declaração de Malé



Fonte: Formulado pela autora de acordo com Small States Conference... (1989)

Seguindo para o próximo discurso, em 1999, as lideranças da AOSIS se encontram nas Ilhas Marshall para um workshop sobre o mecanismo de desenvolvimento limpo do Protocolo de Quioto onde emitiram a Declaração de Majuro sobre a Mudança do Clima. Nessa declaração, a expressão SIDS é usada diretamente três vezes: uma se referindo a como são países especialmente vulneráveis entre os países em desenvolvimento; outra tratando de um processo de cooperação entre os próprios SIDS para “[...] lidar mais efetivamente com o processo de *capacity building* e as necessidades de adaptação dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento” (AOSIS, 1999, s.p. tradução livre)³⁷; e uma terceira vez, aludindo a um programa internacional que visa o desenvolvimento sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. A Figura 6 ilustra essas três menções.

Figura 7: Utilização do termo SIDS na Declaração de Majuro

Enfatiza que os países em desenvolvimento, [...] os <u>Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento</u> entre eles, <u>devido a sua vulnerabilidade</u> aos efeitos adversos da mudança do clima e a exposição à desastres naturais, <u>requerem iniciativas especiais de <i>capacity-building</i></u>	Decidiram trabalhar juntos para coordenar as atividades de doadores e as prioridades domésticas para <u>lidar mais efetivamente com</u> o processo de <u><i>capacity building</i> e as necessidades de adaptação dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento</u>	Pede para a AOSIS [...] levar essa Declaração para atenção da comunidade internacional, em particular [...] para a revisão do Programa de Ação de Barbados para o desenvolvimento sustentável dos SIDS.
Tratamento das necessidades especiais dos SIDS, que existem devido à uma condição de grande vulnerabilidade	Resolução em relação a tratar das necessidades de adaptação às consequências da mudança do clima	Pedido para que o que foi enunciado nesse documento seja levado para os debates dos programas de desenvolvimento sustentável focados nos SIDS

Fonte: Formulado pela autora com base em AOSIS (1999)

Ressalta-se que todas as menções feitas aos SIDS os constroem como países que precisam efetuar processos de adaptação e de desenvolvimento para lidar com as consequências da mudança do clima, o que os circunscreve em uma posição de vulnerabilidade e não preparo. Em outro trecho, os enunciadores reconhecem a importância da reunião ter se dado em um país de baixo relevo, uma vez que isso faz as Ilhas Marshall especialmente vulnerável às consequências da mudança do clima, condição essa que pode ser estendida aos outros Estados membros da AOSIS. O trecho em questão é o seguinte:

Tendo reconhecido a importância do primeiro workshop da AOSIS, e o significado de fazê-lo em um Estado de baixo relevo, já que as Ilhas

³⁷ [...] more effectively address capacity building and adaptation needs of small island developing States

Marshall são reconhecidas por serem especialmente vulneráveis aos impactos e consequências da mudança do clima pelos estudos do Painel Intergovernamental sobre a Mudança do Clima (IPCC). Eles também reconhecem que a situação e a vulnerabilidade das Ilhas Marshall refletem as condições de outros pequenos Estados insulares, e assinala a urgência e seriedade das preocupações dos países da AOSIS (AOSIS, 1999, s.p., tradução livre, grifo da autora)³⁸.

Na construção desse discurso, a condição inicialmente particular das Ilhas Marshall se estende aos outros SIDS. Dessa maneira, o discurso se faz importante para delimitar o espaço onde esses Estados se encaixam. Levando em consideração o discurso anterior, esse espaço é: a) como parte de um grupo maior que possui relações próximas, de uma “[...] família mundial de nações [...]” (SMALL STATES..., 1989, pg. 3, tradução livre)³⁹; b) como os membros desse grupo em situação mais delicada, os mais vulneráveis em contraste com os menos. O *self*, então, se delimita em relação aos outros países, menos vulneráveis e com mais recursos.

Essa identidade de muito vulneráveis e com poucos recursos é construída de forma a justificar a existência de condições especiais para a angariação de recursos. Isso pode ser visto no seguinte trecho:

Enfatiza que os países em desenvolvimento, em particular os Países Menos Desenvolvidos e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento entre eles, devido a sua vulnerabilidade aos efeitos adversos da mudança do clima e a exposição à desastres naturais, requerem iniciativas especiais de capacity-building (AOSIS, 1999, s.p., tradução livre)⁴⁰;

A identidade dos SIDS está ligada à posição de vulnerabilidade e à sua categoria de país em desenvolvimento, que os leva à necessidade de condições especiais. Essa necessidade se dá como uma consequência da própria identidade construída no discurso. Como colocado por Orlandi (2001), parte do processo de análise se dá através de um tipo de estranhamento do texto lido, de forma a entender que as coisas escritas ali não estão dispostas da única forma possível. Sendo assim, é importante ressaltar que o trecho poderia ter sido redigido outras maneiras, porém, por escolha dos agentes, há a construção de um enunciado que cria uma

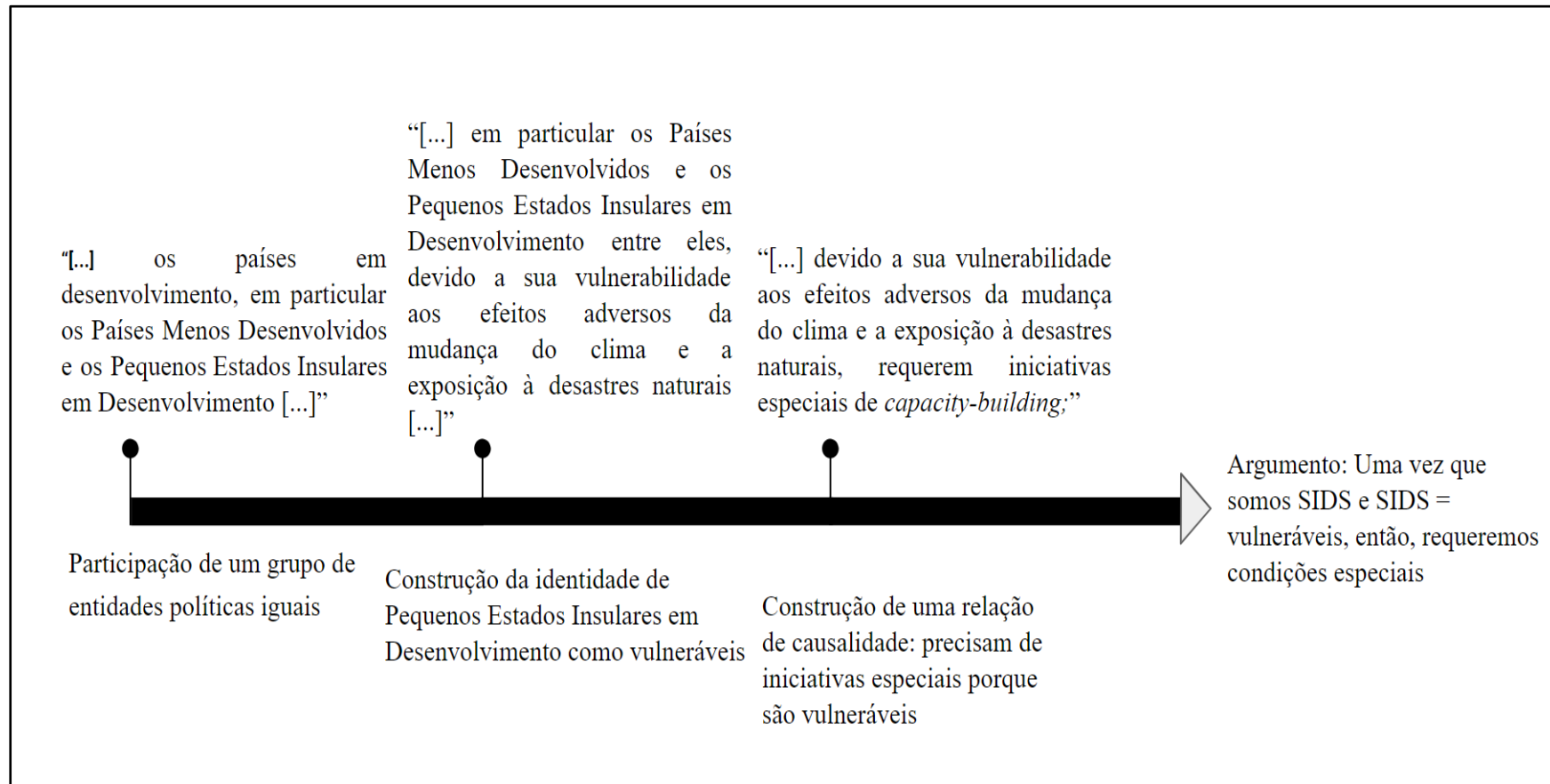
³⁸ Recognized the importance of this first AOSIS workshop, and the significance of holding it in a low-lying small island state, noting that the Marshall Islands is acknowledged in studies by the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) to be especially vulnerable to the impacts and consequences of climate change. They also recognized that the situation and vulnerability of the Marshall Islands reflected the condition of other small island States, and underlined the urgency and seriousness of the concerns of the AOSIS countries;

³⁹ [...] world family of nations [...]

⁴⁰ Stressed that the developing countries, in particular the least developed and small island developing states among them, because of their vulnerability to the adverse effects of climate change and exposure to natural disasters, require special capacity-building initiatives;

suposta relação de causalidade entre a construção de uma identidade de “membros mais vulneráveis de um conjunto de países” e a necessidade de condições especiais. Essas relações são ilustradas pela Figura 7.

Figura 8: A construção discursiva dos SIDS como “membros mais vulneráveis” na Declaração de Majuro



Fonte: Formulado pela autora com base em AOSIS (1999)

Na Declaração da Aliança dos Pequenos Estados Insulares sobre a Mudança do Clima, de 2009, a ligação entre SIDS e vulnerabilidade pode ser encontrada junto a uma crítica à postura dos outros países, em relação às ações de mitigação da mudança do clima. É possível perceber um recorte entre aqueles que deverão ter os fardos mais pesados, e estão preocupados com o crescimento de emissões, e os que não terão que lidar com consequências tão radicais. No trecho abaixo, é possível notar a construção de uma relação entre os particularmente vulneráveis e aqueles que sofrerão menos:

Muito preocupados que, apesar dos compromissos de mitigação feitos pelas partes na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) e em seu Protocolo de Quioto, especialmente aqueles feitos pelos países desenvolvidos, as emissões globais continuam aumentando, levando a uma rápida aceleração dos impactos, acompanhados por custos e fardos que estão além da capacidade de muitos, especialmente dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e outros países particularmente vulneráveis, em controlar (AOSIS, 2009, s.p., tradução livre, grifo da autora)⁴¹;

Aqui, destaca-se que o processo de diferenciação entre os países desenvolvidos e aqueles particularmente vulneráveis que não serão capazes de lidar com as consequências da mudança do clima. O não cumprimento dos compromissos dessas partes (os países desenvolvidos) leva a consequências diretas aos países especialmente vulneráveis.

Em 2009, aliada ao processo de construção de fronteiras entre desenvolvidos e em desenvolvimento, e não vulneráveis e vulneráveis, estabelece-se também a ideia os países membros das duas primeiras categorias (que são responsáveis pela mudança do clima e têm a obrigação de liderar as políticas de mitigação) não estão cumprindo com seus compromissos. Isso implica no crescimento das consequências negativas da MGC, que se tornam também responsabilidade desses países desenvolvidos.

No trecho a seguir essas estratégias podem ser vistas:

Muito perturbados que apesar dos compromissos de mitigação feitos pelas partes para a Conferência Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) e seu Protocolo de Quioto, as emissões globais continuam

⁴¹ Greatly disturbed that despite the mitigation commitments made by Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) and its Kyoto Protocol, especially those of the developed countries, global emissions continue to increase, leading to rapidly accelerating impacts, accompanied by costs and burdens that are beyond the ability of many, but, especially the small island developing states (SIDS) and other particularly vulnerable countries, to control;

a subir, especialmente dos países desenvolvidos, emissões globais continuam crescendo levando a uma aceleração rápida dos impactos, acompanhada por custos e obrigações que estão acima da capacidade de muitos, especialmente os pequenos estados insulares em desenvolvimento (SIDS) e outros países particularmente vulneráveis, controlar (AOSIS, s.p, 2009, tradução livre)⁴²;

O trecho está localizado logo na abertura do documento, sendo este o quarto preâmbulo da Declaração da AOSIS sobre a Mudança do Clima. É importante destacar que aqui há uma ligação dos SIDS com a ideia de países particularmente vulneráveis aos efeitos onerosos da mudança do clima, ainda que os outros países particularmente vulneráveis não sejam citados de maneira direta.

Seguindo no mesmo discurso, existe também a cobrança da participação desses países desenvolvidos na liderança das ações de mitigação e no financiamento dos projetos de adaptação dos outros países, no caso, os SIDS e outros que também se encaixam na categoria de vulneráveis, que não são citados:

[...] nós chamamos pela comunidade internacional, com os países desenvolvidos liderando, para agir de forma urgente, ambiciosa e decisiva para reduzir de forma significativa todos os gases de efeito estufa, incluindo estratégias de ação rápida para apoiar os SIDS e outros países particularmente vulneráveis, em seus esforços de adaptação aos impactos adversos da mudança do clima, incluindo pela provisão de níveis crescentes de recursos financeiros e tecnológicos (AOSIS, s.p, 2009, tradução livre)⁴³.

Destaca-se, também, que o tipo de recurso que deve ser ofertado pelos países desenvolvidos para a execução dos “[...] esforços de adaptação [...]” (AOSIS, s.d., 2009, tradução livre)⁴⁴. E estes recursos precisam ser: financeiros ou de transferência tecnológica.

Outra estratégia que se repete na Declaração da AOSIS sobre a Mudança do Clima e estava presente na Declaração de Majuro é a construção dos SIDS como membros de uma comunidade que precisam da proteção dos outros membros. Ao enunciar que estão “Muito

⁴² Greatly disturbed that despite the mitigation commitments made by Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) and its Kyoto Protocol, especially those of the developed countries, global emissions continue to increase, leading to rapidly accelerating impacts, accompanied by costs and burdens that are beyond the ability of many, but, especially the small island developing states (SIDS) and other particularly vulnerable countries, to control;

⁴³ [...] we, call upon the international community, with the developed countries taking the lead, to undertake urgent, ambitious and decisive action to significantly reduce emissions of all green house gases, including fast action strategies, and to support SIDS, and other particularly vulnerable countries, in their efforts to adapt to the adverse impacts of climate change, including through the provision of increased levels of financial and technological resources.

⁴⁴ [...] efforts to adapt [...]

desapontados com a aparente falta de ambição das negociações internacionais sobre a mudança do clima em proteger os SIDS e outros países particularmente vulneráveis, seus povos, sua cultura, sua terra e seus ecossistemas dos impactos da mudança do clima” (AOSIS, 2009 s.p. tradução livre)⁴⁵, os SIDS voltam a construir para si a identidade dos membros vulneráveis, sem recursos e que precisam da proteção das outras partes.

Na Declaração dos Líderes da Aliança dos Pequenos Estados Insulares de 2012, a construção dos SIDS em torno da vulnerabilidade à mudança do clima segue presente. Além disso, destaca-se também o retorno do discurso que os trata como “caso especial”, que já tinha sido utilizado na Declaração de Majuro:

Reafirmando que os SIDS continuam um caso especial para o desenvolvimento sustentável tendo em vista nossas vulnerabilidades particulares e únicas, que incluem nosso pequeno tamanho, distância, poucos recursos e base baseada em exportações, e exposição aos desafios ambientais globais e choques econômicos externos, incluindo um grande número de impactos da mudança do clima e desastres naturais mais frequentes e intensos (AOSIS, 2012, pg. 1, tradução livre)⁴⁶.

Neste trecho, a relação dos SIDS com a vulnerabilidade se expande para além dos termos normalmente ligados à FD do RIMC, e se liga a termos cujos significados vêm de uma FD do desenvolvimento. Aqui, a vulnerabilidade dos SIDS está também relacionada a um conjunto de dificuldades econômicas. Retornando aos termos explicitados no capítulo 3 deste trabalho, a partir daqui a construção do significado de vulnerabilidade se dá explicitamente através do enlace entre duas formações discursivas.

Os SIDS, portanto, são países que precisam ser considerados casos especiais e precisam ser protegidos por outros países não apenas devido a sua vulnerabilidade aos efeitos climáticos extremos e as consequências da mudança do clima, mas também por suas características econômicas pontuais. Além disso, o discurso trata de dificuldades em executar um processo de desenvolvimento e, também, em se inserir em um mercado econômico internacional.

⁴⁵ Profoundly disappointed by the lack of apparent ambition within the international climate change negotiations to protect SIDS and other particularly vulnerable countries, their peoples, culture, land and ecosystems from the impacts of climate change.

⁴⁶ Reaffirming that SIDS remain a special case for sustainable development in view of our unique and particular vulnerabilities, including our small size, remoteness, narrow resource and export base, and exposure to global environmental challenges and external economic shocks, including to a large range of impacts from climate change and more frequent and intense natural disasters;

Na Declaração dos Líderes da Aliança dos Pequenos Estados Insulares de 2014, há continuidade nos elementos que ligam SIDS à vulnerabilidade e ao desenvolvimento, delimitando-os, então, em relação às partes que são menos vulneráveis e mais desenvolvidas. O documento abre com uma versão resumida do mesmo trecho destacado no documento do ano de 2012: “Reafirmando que os SIDS continuam sendo um caso especial para o desenvolvimento sustentável tendo em vista nossas vulnerabilidades particulares e únicas” (AOSIS, 2014, pg. 1, tradução livre)⁴⁷, mas não segue explicitando a relação da vulnerabilidade a fatores econômicos da mesma maneira que anteriormente.

É importante ressaltar que a declaração de 2014 é subdividida em tópicos temáticos e o primeiro deles versava sobre a nova agenda de desenvolvimento para o período pós-2015. Neste tópico eles fazem muitas menções às plataformas de desenvolvimento construídas internacionalmente para tratar do processo de desenvolvimento dos SIDS. Esses programas e plataformas são tidos como uma parte necessária para a configuração dessa nova agenda sobre o desenvolvimento, pois tratam das particularidades dos SIDS. No trecho: “Afirma que as prioridades para os SIDS precisam ser incorporadas no design da agenda de desenvolvimento pós-2015, que deve ser construída de acordo com o S.A.M.O.A Pathway” (AOSIS, 2014, pg. 2, tradução livre)⁴⁸.

Neste documento, a relação entre a posição de casos especiais e muito vulneráveis e os SIDS se expande para incluir também, de forma explícita, a questão da prevenção de desastres. Nas palavras presentes na declaração para descrever pontos necessários para outros processos que tomariam forma no pós-2015, os SIDS também precisam ter sua vulnerabilidade a desastres naturais tratada de forma especial internacionalmente, como pode ser lido no trecho: “Reconhece as negociações correntes para um acordo do clima em 2015 dentro da UNFCCC e na *framework* pós-2015 para redução do risco de desastres, em que ambas devem levar em consideração o caso especial e as vulnerabilidades particulares dos SIDS” (AOSIS, 2014, pg. 5, tradução livre)⁴⁹.

⁴⁷ Reaffirming that SIDS remain a special case for sustainable development in view of our unique and particular vulnerabilities;

⁴⁸ Affirm that the priorities for SIDS need to be incorporated in the design of the post-2015 development agenda, which should build on the S.A.M.O.A Pathway

⁴⁹ Acknowledge the on-going negotiations for a 2015 climate agreement under the UNFCCC and on the post-2015 framework for disaster risk reduction, which must both take into account the special case and particular vulnerabilities of SIDS."

Além disso, nessa mesma declaração, volta-se a cobrar dos países desenvolvidos a liderança em relação às medidas de mitigação da mudança do clima. No trecho a seguir, também é possível perceber mais uma vez o sentimento de que as ações tomadas até aquele momento não são o suficiente.

Reiterando que a mudança do clima é um desafio global, mas a ação internacional para lidar com a mudança do clima continua grosseiramente inadequada, e emissões de gases de efeito estufa continuam a crescer globalmente em uma velocidade preocupante. Nós chamamos pela cooperação mais ampla possível entre todos os países, com os países desenvolvidos liderando, e participando da resposta internacional de forma efetiva e apropriada, tendo em vista a aceleração da redução global de emissões de gases de efeito estufa com base na igualdade e de acordo com suas responsabilidades comuns porém diferenciadas e suas respectivas capacidades (AOSIS, pg. 4, 2014, tradução livre)⁵⁰.

Neste enunciado, os SIDS reiteram a divisão entre desenvolvidos e em desenvolvimento não apenas na utilização do não discurso que ressalta a necessidade dos primeiros em liderar, o que também implica na isenção dos segundos de um tipo de responsabilidade sobre a liderança na tomada de decisão, mas também através da utilização do princípio das Responsabilidades Comuns Porém Diferenciadas.

O Princípio das Responsabilidades Comuns Porém Diferenciadas se baseia na ideia de que ainda que a mudança do clima precise ser uma preocupação central para todas os países, as capacidades desses devem ser levadas em conta durante as distribuições dos compromissos firmados no RIMC (DEPLEDGE; YAMIN, 2004). Isso significa que países em desenvolvimento não terão cobranças tão grandes quanto os desenvolvidos, porém, a mobilização do princípio nesta porção do discurso também ressalta o contrário: países desenvolvidos, com mais capacidades, devem ter compromissos maiores.

Em outro trecho, a AOSIS aponta a necessidade de que esses países desenvolvidos contribuam com financiamento e transferência tecnológica. É importante se lembrar que as ações cobradas desses países são parte da convenção, mas que aqui, são destacadas pelos

⁵⁰ Reiterate that climate change is a global challenge, but international action to address climate change remains grossly inadequate, and emissions of greenhouse gases continue to rise globally at a distressing rate. We call for the widest possible cooperation by all countries, with developed countries taking the lead, and their participation in an effective and appropriate international response, with a view to accelerating the reduction of global greenhouse gas emissions on the basis of equity and in accordance with their common but differentiated responsibilities and respective capabilities.

SIDS como compromissos que não estão sendo cumpridos e os afetam de maneira direta. Ainda na Declaração dos Líderes da AOSIS de 2014, é possível encontrar o trecho seguinte:

Chama por mobilização de recursos novos e adicionais que sejam adequados, previsíveis e confiáveis para apoiar as ações de mitigação nacionalmente apropriadas, medidas de adaptação, transferência e desenvolvimento tecnológico e de *capacity building* nos SIDS para o período pré-2020 e pós-2020, incluindo através do cumprimento dos compromissos feitos pelos países desenvolvidos para a UNFCCC com o intuito de mobilizar de forma conjunta 100 bilhões de dólares anualmente até 2020 para a operacionalização completa do Fundo Verde através da sua capitalização o quanto antes (AOSIS, 2014, pg. 4, tradução livre)⁵¹.

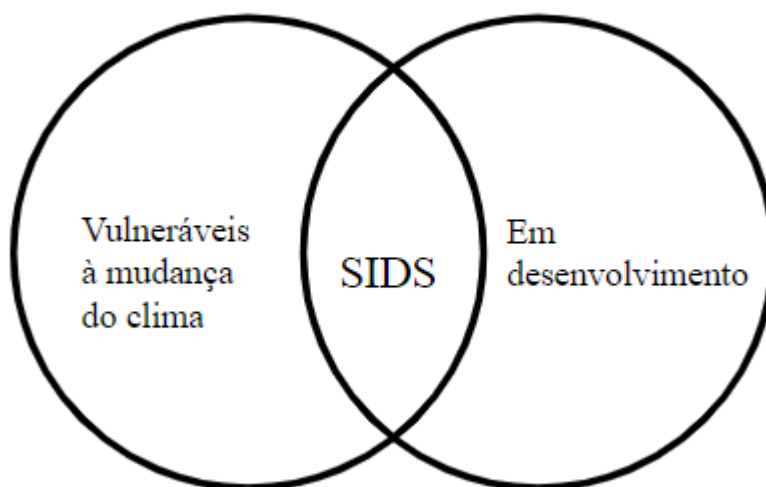
Aqui é possível perceber mais uma vez a estratégia discursiva de fazer o recorte entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, e em seguida ligá-los à ideia de que: a) países desenvolvidos, que detêm recursos, devem financiar os países em desenvolvimento; b) países em desenvolvimento precisam receber recursos para efetuar seus projetos de adaptação e mitigação.

Esse recorte também segue os contornos da divisão entre anexos da UNFCCC, de forma com que os países desenvolvidos estão alocados nos Anexos I e II, enquanto os países em desenvolvimento são parte de um grupo chamado Não Anexo (DEPLEDGE; YAMIN, 2004). Sendo assim, é de suma importância se pensar que essa divisão é construída nos discursos dos SIDS para determinar sua própria identidade. Isso porque a partir desse processo de recorte entre países desenvolvidos que detêm recursos e são responsáveis pela MGC e países em desenvolvimento que precisam de recursos, os SIDS se ligam ao último grupo.

Assim, é possível perceber nos documentos escolhidos, um processo de continuidade no discurso que circunscreve uma identidade que tem por base a união do ser “muito vulnerável” e ser um país em desenvolvimento. Essas linhas de vulnerabilidade criam um lugar para os SIDS que existe em contraste com os países desenvolvidos e também com outros países em desenvolvimento, já que eles possuem essas duas características combinadas, como exposto na Figura 8.

⁵¹ Call for mobilization of adequate, predictable, reliable, new and additional resources to support nationally appropriate mitigation actions, adaptation measures, technology development and transfer and capacity building in SIDS for the pre-2020 and post-2020 period including through the fulfilment of the commitments undertaken by developed country Parties to the UNFCCC to a goal of mobilizing jointly USD100 billion annually by 2020 for the full operationalization of the Green Climate Fund through its capitalization as soon as possible.

Figura 9: Delimitação das identidades dos SIDS



Fonte: Formulado pela autora com base em Small States Conference..., AOSIS (1999), AOSIS (2009), AOSIS (2012), AOSIS (2014)

A construção dessas identidades dentro dos discursos cria um conjunto de características e relações. Desta forma, a próxima seção terá por objetivo explorar a adjetivação dos *selves* nos discursos em questão e como esse processo leva a ligação dessas identidades com outros elementos no discurso.

4.2.1. A ligação dos selves com outras partes: casos especiais

Essa seção tem como objetivo apresentar a adjetivação dos *selves* como “casos especiais do RIMC” e a forma com que isso se dá através do processo de aliar os SIDS a outros grupos também construídos como extremamente vulneráveis à MGC. Esses grupos, normalmente, não têm seus nomes levantados, são tratados apenas como “outros países particularmente vulneráveis” (AOSIS, 2009, s.p, tradução livre) (AOSIS, 2012, pg. 3, tradução livre)⁵²

⁵² other particularly vulnerable countries

A estratégia de ligar os SIDS com um grupo especialmente vulnerável a vários fenômenos se alia à utilização de uma ligação deles com outros países que também podem ser considerados vulneráveis, em especial os LDCs. Esse argumento está ligado à ideia de vulnerabilidade climática e se organiza através de um processo de diminuição de escopo, em que a) a mudança global do clima deve trazer consequências; b) os países em desenvolvimento serão mais afetados que os desenvolvidos; c) entre os países em desenvolvimento, alguns ainda serão mais afetados pois são mais vulneráveis e entre eles estão os SIDS e os LDCs.

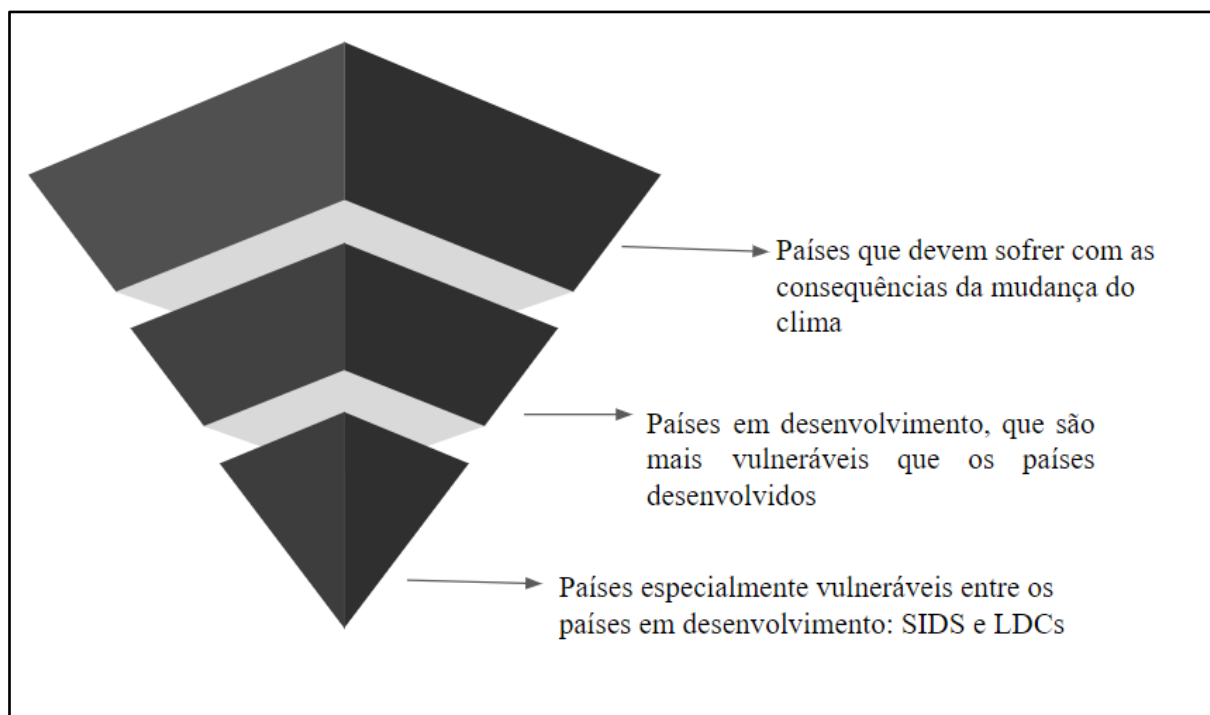
Na Figura 9, explora-se um trecho da Declaração de Majuro sobre a Mudança do Clima em que é criada uma suposta relação de causa e efeito entre ser os mais vulneráveis e ter mais financiamento internacional. Neste mesmo trecho estudado a AOSIS coloca os LDCs ao lado dos SIDS, utilizando-se da mesma estratégia descrita acima. Nas palavras utilizadas na Declaração de Majuro:

Enfatiza que os países em desenvolvimento, em particular os Países Menos Desenvolvidos e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento entre eles, devido a sua vulnerabilidade aos efeitos adversos da mudança do clima e a exposição à desastres naturais, requerem iniciativas especiais de *capacity-building* (AOSIS, 1999, s.p., tradução livre)⁵³;

O trecho está localizado na formação discursiva do RIMC e da política internacional do clima, de forma com que a ideia de que a mudança do clima existe e deve trazer consequências negativas a todos os países está presente em todo o texto. Sendo assim, o trecho segue tratando dos países em desenvolvimento de forma a afunilá-los naqueles que são descritos por suas vulnerabilidades: Os SIDS e também os LDCs. A Figura 9 ilustra o processo tratado aqui e nos parágrafos anteriores:

⁵³ Stressed that the developing countries, in particular the least developed and small island developing states among them, because of their vulnerability to the adverse effects of climate change and exposure to natural disasters, require special capacity-building initiatives;

Figura 10: A aproximação discursiva dos SIDS e dos LDCs



Fonte: Formulado pela autora com base em AOSIS (1999) e AOSIS (2009)

Na Declaração dos Líderes da AOSIS de 2012 os LDCs voltam a ser citados ao lado dos SIDS como os membros particularmente vulneráveis de uma coletividade de países. Aqui o tema principal é a garantia de financiamento vindo dos países desenvolvidos. De acordo com o documento:

D. Um compromisso dos países desenvolvidos para garantir que não haja lacunas na escala de provisão, financiamento novo, adicional, previsível e adequado para os países em desenvolvimento após o fim do período do financiamento *fast-start*, levando em consideração as necessidades imediatas e urgentes dos países em desenvolvimento que são particularmente vulneráveis aos efeitos adversos da mudança do clima, em particular os SIDS, LDCs e países da África (AOSIS, 2012, pg. 4, tradução livre, grifo da autora)⁵⁴.

O trecho deixa clara a ideia de necessidade urgente de financiamento para os países em desenvolvimento, e mais uma vez tendo os LDCs e o SIDS em destaque, agora acompanhados

⁵⁴ A commitment by developed countries to ensure that there is no gap in the provision of scaled-up, new and additional, predictable and adequate climate finance to developing countries after the end of the fast start finance period, taking into account the urgent and immediate needs of developing countries that are particularly vulnerable to the adverse effects of climate change, in particular SIDS, LDCs, and Africa

por países africanos⁵⁵. Desta forma, há certa continuidade nessa estratégia destacar um outro grupo, no caso os LDCs, junto com os SIDS, entre aqueles que são chamados de particularmente vulneráveis.

A ideia de uma categoria que unifica os países com os menores índices de desenvolvimento entre os países em desenvolvimento surge na UNCTAD em 1964, ainda na primeira sessão da conferência. O tema volta a surgir na segunda seção da UNCTAD em 1968 e em seguida segue para a Assembleia Geral das Nações Unidas, de onde parte um pedido para o Secretariado Geral da ONU para a criação de uma metodologia que examinasse quais seriam esses países menos desenvolvidos entre os países em desenvolvimento (ONU, s.d.a).

Logo nos dois primeiros anos da década de 1970 foram estabelecidos os critérios iniciais para a classificação dos países como LDCs e também a primeira lista de 25 países considerados como os menos desenvolvidos do mundo. Nessa primeira formação de 25 LDCs, três países que seriam parte da classificação de SIDS se encaixavam, eram eles as Maldivas, o Haiti e a Samoa. No ano de 1991, quando a categoria SIDS se consolidou, eram onze países que compartilhavam da condição de SIDS e LDCs (ONU, s.d.a).

Entre os SIDS existem alguns países que também compartilham da condição de LDC. No final de 2020 estes eram oito países, mas durante a produção desses documentos, nos anos de 1999 e 2012 havia respectivamente onze SIDS que também eram considerados LDCs e em 2014 dez SIDS que também eram considerados LDCs⁵⁶. É importante ressaltar que em 2012 a Samoa estava em seu antepenúltimo ano na categoria de Menos Desenvolvidos, já que o país se graduou em 2014 (ONU, s.d.c). Sendo assim, ainda que alguns países dos SIDS também sejam considerados LDCs, eles não representam a maioria dos trinta e oito países membros da primeira categoria.

De toda forma, dentro da condição de LDCs há a prerrogativa de um país se graduar, isso é, superar os indicadores que os classificam como tal através de um processo de desenvolvimento socioeconômico dos próprios países (SOLARZ; WOJTASZCZYK, 2016). Um total de seis países se graduou da condição de LDC até o ano de 2020, e desses seis, quatro também são SIDS: Cabo Verde, Maldivas, Samoa e Vanuatu (ONU, s.d.a). Ainda assim, o discurso faz uma construção dessas duas categorias como iguais, como companheiras no *status* de vulneráveis.

⁵⁵ O discurso não elabora sobre quais países africanos estão sendo citados.

⁵⁶ A Samoa se graduou da condição de LDC em 2014.

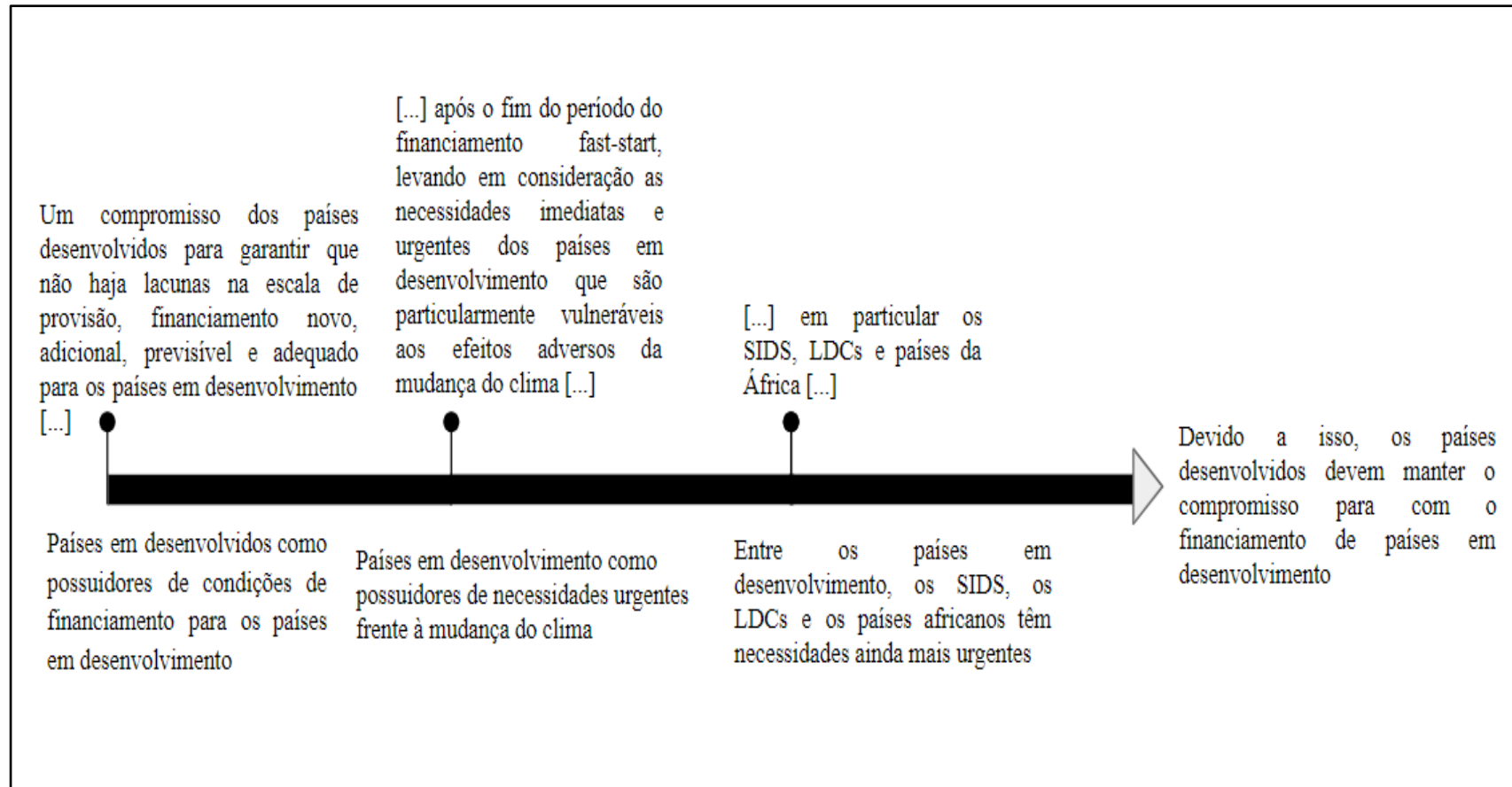
No trecho destacado da Declaração de Majuro sobre a Mudança do Clima na Figura 9, é criada uma relação entre a existência desses países (os SIDS e os LDCs) que é marcada pela vulnerabilidade aos efeitos da MGC e a necessidade de financiamento sem necessariamente colocar no texto de onde viria tão financiamento. Mas é importante se ter em mente que o documento em questão foi produzido em um *Workshop* sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (AOSIS, 1999).

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo é um dispositivo presente na UNFCCC que prevê que países desenvolvidos, presentes no Anexo I e II da convenção, invistam em países em desenvolvimento como prerrogativa para ganhar créditos de redução de emissões (UNFCCC, s.d.a.) (DEPLEDGE; YAMIN, 2004). No documento em questão, há, inclusive, menções de agradecimento à participação de alguns países desenvolvidos no trecho: “Dá boas vindas à presença de importantes países desenvolvidos parceiros, às Nações Unidas e às organizações regionais. A AOSIS expressa grande apreço por sua generosidade e suporte ao workshop” (AOSIS, 1999, s.p., tradução livre)⁵⁷. Esses países desenvolvidos parceiros podem ser lidos, quando considerando a F.D. em que o discurso está incluído aqui, como possíveis investidores e financiadores via Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

A menção dos SIDS junto aos LDCs no discurso de 2012, por outro lado, deixa clara uma diferenciação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento no qual: a) a primeira categoria se encontra em condição de financiar políticas de adaptação; b) na segunda categoria se encontram aqueles países que são mais afetados pela mudança do clima e que não possuem recursos para se adaptar às consequências de tal; c) a necessidade desses países em sem adaptar é urgente. Na Figura 10 há uma figura que ilustra essa construção.

⁵⁷ Welcomed the presence at the workshop of important developed country partners, the United Nations and regional organizations. AOSIS expressed deep appreciation for their generosity and support for the workshop.

Figura 11: A construção discursiva da ligação entre SIDS e LDCs na Declaração dos Líderes da AOSIS de 2012



Fonte: Formulado pela autora com base em AOSIS (2012)

Sendo assim, com base na AD executada, nota-se que a identidade dos SIDS é construída nos discursos em torno da relação de desenvolvidos e em desenvolvimento, se encaixando na última categoria. Essas categorias estão presentes na UNFCCC e fazem parte do RIMC, e os SIDS as estabilizam para construir para si uma identidade e um espaço: a identidade de um grupo de países em desenvolvimento consideravelmente homogêneo que é muito vulnerável à mudança do clima. Essa identidade também relaciona eles à necessidade de financiamento vindo dos *others*, isto é, dos países desenvolvidos.

Dessa forma, tão importante quanto explorar o processo de adjetivação dos *selves*, é explorar as adjetivações dos *others*. A construção do *other* se dá em torno do recorte entre desenvolvidos e em desenvolvimentos, em que os *others* são os países desenvolvidos, países que possuem um tipo de responsabilidade moral para com os *selves* estabilizados. Essas identidades serão exploradas na próxima seção.

4.3. A Construção dos *others*: desenvolvidos e responsáveis

A seção anterior descreveu como os SIDS constroem suas identidades no discurso com base na dicotomia de desenvolvidos e em desenvolvimentos. Assim, através de suas estratégias discursivas nos discursos, esses países estabelecem para si a identidade de países em desenvolvimento particularmente vulneráveis à mudança do clima. É importante se considerar, também, que o processo de criação de linhas e fronteiras que demarcam o *self*, também demarcam o *other* (CAMPBELL, 1992).

Esse outro, estrangeiro, que não pertence à mesma categoria que o agente é tão importante quanto a identidade do agente em si. Isso porque esse processo de construção do *self* é um processo de estabelecimento de fronteiras baseado na diferença (CAMPBELL, 1992). Sendo assim, a existência dos SIDS nesses discursos, como os países em desenvolvimento vulneráveis, demarca também a existência de outros agentes, desenvolvidos e pouco vulneráveis ao fenômeno da mudança do clima e suas consequências negativas.

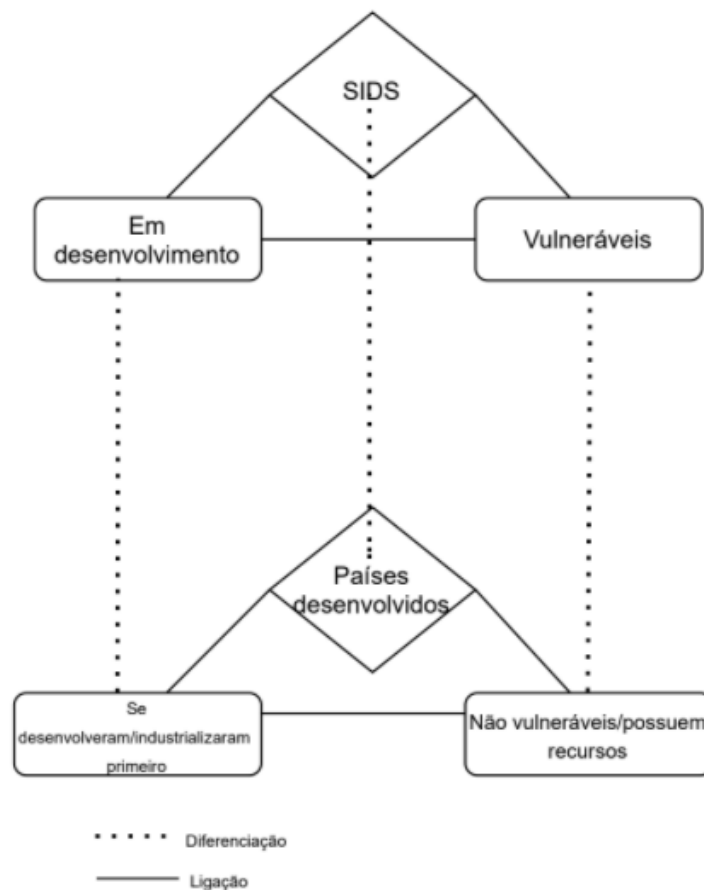
A identidade estabilizada para o *other* não necessariamente precisa incluir uma construção de um outro radical e estrangeiro que seja ligado a uma ideia de perigo para o *self*. As identidades podem ser estabilizadas através de uma “teia de identidades” (HANSEN,

2006, pg. 40, tradução livre)⁵⁸ relacionadas por um processo de ligação e diferenciação. Isto é, o *self* se constrói de acordo com o contraste com as características opostas à que são construídas para o *other* (HANSEN, 2006).

No caso dos SIDS, na Figura 11 as relações de ligação e diferenciação são ilustradas. Essas relações funcionam da seguinte forma: Os SIDS constroem para si uma identidade de países vulneráveis e em desenvolvimento, em que essas duas características estão ligadas no discurso durante o processo da criação da identidade de países mais vulneráveis entre os países em desenvolvimento; e esse processo de adjetivação está ligado por linhas de diferenciação a um outro que é desenvolvido. O *other*, os países desenvolvidos são aqueles que executaram seu processo de desenvolvimento antes dos outros países, e que possuem muitos recursos, de forma a não serem tão vulneráveis à MGC, essas duas características são ligadas de maneira a criar para eles a identidade dos países responsáveis pela ação política no RIMC e por auxiliar os SIDS.

⁵⁸ [...] web of identities [...]

Figura 12: A ligação e a diferenciação entre SIDS e países desenvolvidos



Fonte: Formulado pela autora com base em Smalls States Conference...(1989), AOSIS (1999), AOSIS (2009), AOSIS (2012), AOSIS (2014)

Na Declaração de Malé, de 1989, há um processo de diferenciação muito forte entre os então chamados Pequenos Estados (países presentes na Conferência dos Pequenos Estados sobre o Aumento no Nível dos Oceanos, que se tornaram SIDS em 1992), que define os países desenvolvidos como os responsáveis morais pela mudança global do clima. Os processos de desenvolvimento precoce desses países são construídos nesse discurso como os culpados pela mudança do clima e suas consequências negativas, ao mesmo tempo em que são esses processos que definem os países desenvolvidos como tal. No trecho seguinte, que já foi analisado com intenção de compreender a construção da identidade dos *selves*, essa relação é explicitada:

Paradoxalmente, o catalisador do estado perturbador do ambiente global foi o rápido desenvolvimento da industrialização que teve por intenção levar ao progresso material. Tendo em vista o fato que a sobrecarga da atmosfera por

gases de efeito estufa aconteceu primeiramente pela ação das nações industrializadas durante os últimos duzentos anos, essas nações atualmente possuem a obrigação **moral** de começar, em caráter de urgência, ações internacionais para estabilizar e subsequentemente reduzir as emissões globais de gases de efeito estufa e com prioridade, patrocinar um programa de ação mundial para combater as implicações sérias da mudança do clima, o aquecimento global e o aumento do nível dos oceanos (SMALL STATES CONFERENCE..., pg. 2, 1989, tradução livre, grifo da autora)⁵⁹.

A construção dos países desenvolvidos aqui se dá em um primeiro momento por ligar o “[...] rápido desenvolvimento da industrialização [...]” (SMALL STATES CONFERENCE..., pg. 2, 1989, tradução própria) à causa da mudança do clima. Uma vez que é esse processo de desenvolvimento e industrialização que também os caracteriza como desenvolvidos, é importante se pensar que há, assim, a construção de uma ligação direta entre países desenvolvidos e a mudança do clima. Essa ligação direta é compreendida como uma suposta relação de causa e consequência que gera uma forma de responsabilização desses países.

Essa responsabilização é feita em termos de moralidade, o posicionamento deles é descrito como mais do que um tipo de posicionamento estratégico para a efetivação de medidas políticas de mitigação ou adaptação, mas como uma necessidade, uma obrigação, desses países para com os outros. A responsabilidade desses *others* para com os *selves* se expressa via a cobrança de financiamento e transferência tecnológica como pode ser lido no restante do parágrafo: “Adicionalmente, recursos e tecnologia devem ser disponibilizados pelas nações industrializadas, especialmente para os Estados mais vulneráveis, que podem não ter os meios financeiros e técnicos para resolver esses problemas” (SMALL STATES CONFERENCE..., pg. 2, 1989, tradução livre)⁶⁰.

Em contraste, na Declaração de Majuro, documento de 1999, o recorte entre países desenvolvidos e em desenvolvimento é feito para adjetivar os SIDS, porém, a construção do *other* aqui é feita com um tom diferente. Quando colocados para contrastar os SIDS com um

⁵⁹ Paradoxically, the catalyst in this disturbing state of the global environment has been the rapid development of industrialization that was intended to lead to material progress. In view of the fact that the overloading of the atmosphere with greenhouse gases occurred primarily through the actions of the industrialized nations during the past two hundred years, these nations now have a moral obligation to initiate on an urgent basis, international action to stabilize and subsequently reduce emissions of greenhouse gases and to sponsor as a matter of priority an urgent worldwide programme of action to combat the serious implications of climate change, global warming and sea level rise.

⁶⁰ In addition, resources and technology should be made available by the industrialized nations, particularly to the most vulnerable States, which may not have the financial and technical means to address these problems.

outro, compreende-se esse outro como um país pouco vulnerável e que não precisam de iniciativas de *capacity building* como pode ser percebido no seguinte trecho, já trabalhado na seção anterior:

Enfatiza que os países em desenvolvimento, em particular os Países Menos Desenvolvidos e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento entre eles, devido a sua vulnerabilidade aos efeitos adversos da mudança do clima e a exposição à desastres naturais, requerem iniciativas especiais de *capacity-building* (AOSIS, 1999, s.p., tradução livre)⁶¹;

As menções diretas aos países desenvolvidos, ao contrário do discurso anterior, os estabilizam como parceiros, países que se dispõem ajudar no processo de adaptação dos SIDS e nas medidas de mitigação que podem se tornar necessárias. Isso pode ser visto no trecho: “Damos boas vindas à presença de importantes países desenvolvidos parceiros ao *workshop*, às Nações Unidas e organizações regionais. A AOSIS expressa um grande apreço por sua generosidade e suporte ao *workshop*” (AOSIS, 1999, s.d., tradução livre, grifo da autora)⁶². Aqui, os países desenvolvidos são agrupados com organizações regionais e a Organização das Nações Unidas como possíveis aliados em negociações. Ressalta-se que enquanto a construção dos países desenvolvidos na Declaração de Malé é feita em torno de termos como moralidade, aqui ela é feita em torno de termos como parceria e generosidade.

Esse tratamento das identidades dos países desenvolvidos como parceiros generosos que podem auxiliar os SIDS em seus processos de adaptação e suas políticas não volta a se repetir nos discursos subsequentes. Na Declaração da AOSIS sobre a Mudança do Clima de 2009, já no seu preâmbulo, há uma referência aos países em desenvolvimento, mas não como parceiros e aliados, mas como países que não cumpriram com uma responsabilidade em relação à mitigação da mudança do clima.

Aqui, a AOSIS se posiciona com frustração em relação à falta de compromisso das partes com a mitigação da mudança do clima e a diminuição das emissões GEEs. No trecho a seguir pode se perceber que essa frustração é especialmente direcionada aos países desenvolvidos.

⁶¹ Stressed that the developing countries, in particular the least developed and small island developing states among them, because of their vulnerability to the adverse effects of climate change and exposure to natural disasters, require special capacity-building initiatives;

⁶² Welcomed the presence at the workshop of important developed country partners, the United Nations and regional organizations. AOSIS expressed deep appreciation for their generosity and support for the workshop.

Muito perturbados que apesar dos compromissos de mitigação feitos pelas partes para a Conferência Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) e seu Protocolo de Quioto, especialmente dos países desenvolvidos, as emissões globais continuam crescendo levando a uma aceleração rápida dos impactos, acompanhada por custos e obrigações que estão acima da capacidade de muitos, especialmente os pequenos estados insulares em desenvolvimento (SIDS) e outros países particularmente vulneráveis, controlar (AOSIS, s.p, 2009, tradução livre)⁶³;

A inação das partes, em especial dos países desenvolvidos, cria um cenário em que as consequências da MGC se tornam além da capacidade de adaptação dos SIDS. Essa construção cria um cenário em que se estabiliza a identidade dos *selves* como países em desenvolvimento ainda mais vulneráveis que a maioria e que precisam de ajuda externa.

Nesse mesmo documento, os SIDS voltam a tratar desses países desenvolvidos de uma forma quase complementar ao abordado no trecho acima. Aqui, os países desenvolvidos são chamados para um lugar de responsabilidade. O lugar é o da liderança na tomada de ação política e essa tomada de ação não deve incluir apenas a redução de emissões, mas também, o apoio financeiro e tecnológico dos países que são incluídos na categoria de “mais vulneráveis”, adjetivação utilizada pelos SIDS para se descrever. Isso pode ser percebido no trecho:

Agora, nós chamamos a comunidade internacional, com os países desenvolvidos liderando, para tomar ações urgentes, ambiciosas e decisivas para reduzir as emissões de todos os gases de efeito estufa, incluindo ações rápidas para apoiar os SIDS, e outros países particularmente vulneráveis, em seus esforços para se adaptar aos impactos adversos da mudança do clima, incluindo pela provisão crescente de financiamento e recursos tecnológicos (AOSIS, 2009, s.p., tradução própria, grifo da autora)⁶⁴.

O discurso chama os países desenvolvidos para aceitar uma responsabilidade: a da liderança no RIMC. O papel de líder, aqui, engloba também a provisão de recursos para os SIDS, ação que detém a mesma importância que a redução das emissões de GEEs.

⁶³ Greatly disturbed that despite the mitigation commitments made by Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) and its Kyoto Protocol, especially those of the developed countries, global emissions continue to increase, leading to rapidly accelerating impacts, accompanied by costs and burdens that are beyond the ability of many, but, especially the small island developing states (SIDS) and other particularly vulnerable countries, to control;

⁶⁴ Now therefore, we, call upon the international community, with the developed countries taking the lead, to undertake urgent, ambitious and decisive action to significantly reduce emissions of all greenhouse gases, including fast action strategies, and to support SIDS, and other particularly vulnerable countries, in their efforts to adapt to the adverse impacts of climate change, including through the provision of increased levels of financial and technological resources

Seguindo o discurso da Declaração dos Líderes da AOSIS de 2012, é possível reconhecer essa mesma estratégia. Com a intenção de reiterar o chamado feito na Declaração da AOSIS sobre a Mudança do Clima de 2009, a Declaração dos Líderes da AOSIS de 2012 repete o mesmo trecho destacado acima, o que indica continuidade na construção discursiva que estabiliza os países desenvolvidos como aqueles países dotados de responsabilidade sobre a liderança do regime, cuja liderança também inclui financiamento e transferência tecnológica (AOSIS, 2012).

Em outros dois trechos seguintes, a AOSIS volta a chamar os países desenvolvidos para a liderança em outros dois trechos. No primeiro momento, todos os países são cobrados por mais esforço nas ações de mitigação, porém, os países desenvolvidos são destacados aí como aqueles que devem ter uma postura de liderança nesse processo: “Nós demandamos um esforço global combinado de todos, com os países desenvolvidos tomando a liderança, para enriquecer suas ambições de mitigação [...]” (AOSIS, 2012, pg. 3, tradução livre)⁶⁵. Evidencia-se que no discurso pede para que haja um esforço para que as ambições dos compromettimentos dos países com a mitigação sejam maiores, o que mostra um tipo de insatisfação com as ações feitas até o momento.

No segundo trecho destacado, a AOSIS volta a cobrar pelo financiamento e a transferência tecnológica. Estes são tratados como elementos necessários para que os processos de adaptação e mitigação sejam efetuados, de forma com que são construídos como essenciais para a própria participação dos SIDS nas políticas de mitigação. O trecho analisado é o seguinte:

Nós enfatizamos a necessidade dos países desenvolvidos em prover recursos de financiamento, tecnologia e *capacity building* adicionais, previsíveis, entregues a tempo e de forma transparente para capacitar países em desenvolvimento, em particular os SIDS, a implementar suas ações de mitigação nacionalmente apropriadas (NAMAS) e alcançar suas necessidades de adaptação (AOSIS, 2012, pg. 3, tradução livre, grifo da autora)⁶⁶.

Além dos pontos já colocados, também é importante destacar a forma com que, além de atribuir aos países desenvolvidos a necessidade da transferência desses recursos, o discurso

⁶⁵ We demand a concerted global effort from all, with developed countries taking the lead, to enhance their mitigation ambition

⁶⁶ We emphasize the necessity for developed countries to provide new, additional and predictable financial resources, technology and capacity building, delivered in a timely and transparent manner to enable developing countries in particular SIDS to implement their NAMAs and meet their adaptation needs.

também descreve a forma com que esses recursos devem ser transferidos, o que pode denotar algum tipo de insatisfação com os antigos procedimentos de tal processo.

Na Declaração dos Líderes da AOSIS de 2014, essa mesma estratégia pode ser encontrada, mais uma vez, mostrando a continuidade do discurso que define os países desenvolvidos como dotados de responsabilidade de liderança no RIMC. Neste documento, também há uma construção muito próxima à do documento anterior, em que há uma cobrança para que todas as partes se comprometam mais com as medidas de mitigação, e em seguida, a chamada dos países desenvolvidos à liderança. Isso pode ser visto no trecho a seguir:

Reitera que a mudança do clima é um desafio global, mas a ação internacional continua muito inadequada, e as emissões de gases de efeito estufa continuam crescendo globalmente a uma taxa alarmante. Nós chamamos pela cooperação mais ampla possível por todos os países, com os países desenvolvidos tomando a liderança, e a participação deles em uma resposta internacional efetiva e apropriada, tendo em vista acelerar a redução global de gases de efeito estufa com base na equidade e de acordo com suas responsabilidades comuns porém diferenciadas e suas respectivas capacidades (AOSIS, 2014, pg. 4, tradução livre, grifo da autora)⁶⁷.

Destaca-se também, no trecho, a estabilização do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. É importante lembrar que o princípio em questão, dentro da FD do Regime Internacional da Mudança do Clima, normalmente se liga à ideia de que os países em desenvolvimento não possuem as mesmas capacidades para executar processos de mitigação e adaptação que os países em desenvolvimento (DEPLEDGE; YAMIN, 2004).

Assim, com a mobilização do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, há também um reforço do recorte entre países desenvolvidos e em desenvolvimento que é estabilizado pelos SIDS. Quando escrevem que a ação precisa ser “efetiva e apropriada” (AOSIS, 2014, pg. 4, tradução livre)⁶⁸ ao mesmo tempo em que precisa respeitar as “[...] responsabilidades comuns, porém diferenciadas e suas respectivas capacidades” (AOSIS, 2014, pg. 4, tradução livre)⁶⁹, os enunciadores propõem que a ação seja

⁶⁷ Reiterate that climate change is a global challenge, but international action to address climate change remains grossly inadequate, and emissions of greenhouse gases continue to rise globally at a distressing rate. We call for the widest possible cooperation by all countries, with developed countries taking the lead, and their participation in an effective and appropriate international response, with a view to accelerating the reduction of global greenhouse gas emissions on the basis of equity and in accordance with their common but differentiated responsibilities and respective capabilities.

⁶⁸ effective and appropriate

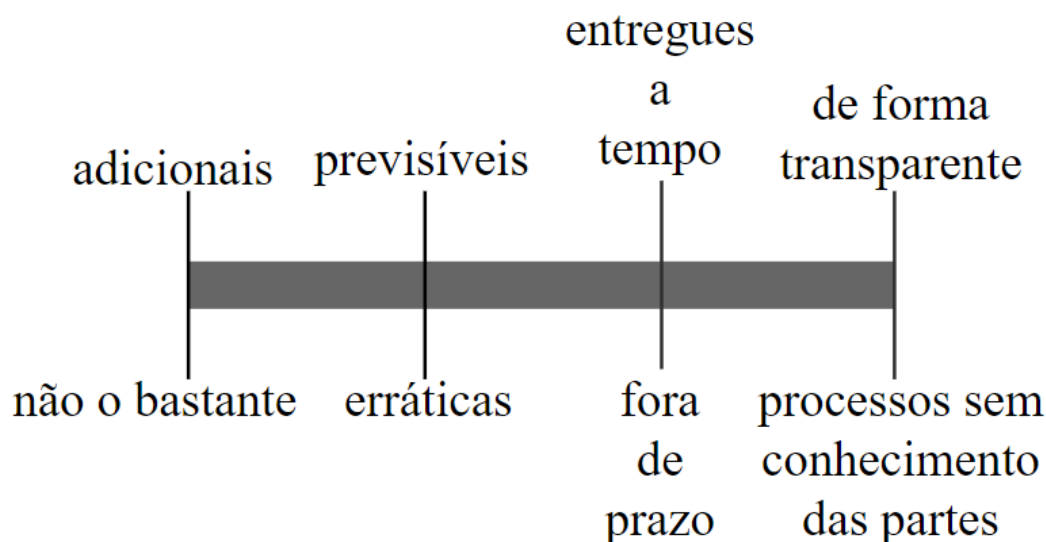
⁶⁹ [...] their common but differentiated responsibilities and respective capabilities.

tomada principalmente por esses países desenvolvidos, dotados de mais capacidades e que possuem a responsabilidade de liderar o RIMC.

Porém, ainda que essa seja uma responsabilidade atribuída aos países desenvolvidos, os discursos dos SIDS também demonstram insatisfação com as ações deles. Isso pode ser percebido nas construções discursivas feitas sobre os financiamentos e a transferência de recursos, em que os SIDS descrevem como esses devem ser feitos, como em: “tecnologia e *capacity building* adicionais, previsíveis, entregues a tempo e de forma transparente” (AOSIS, 2012, pg. 3, tradução livre)⁷⁰.

A necessidade de ressaltar a forma com que essa transferência de recurso deve ser, cria, através de relações linguísticas de diferença, um quadro da forma não ideal, que precisa ser mudada. É importante ressaltar que a análise aqui, busca conhecer o texto através do questionamento de elementos que não estão nele (NABERS, 2015). Na Figura 12 essas relações são ilustradas.

Figura 13: Relações de diferença no discurso sobre as transferências de recursos



Fonte: Formulado pela autora com base em Nabers (2015) e AOSIS (2012)

⁷⁰ new, additional and predictable financial resources, technology and capacity building, delivered in a timely and transparent manner.

No discurso, a estabilização da expressão “adicional” tem uma relação de diferença com expressões como “não o bastante” de forma com que é possível se pensar que a necessidade de recursos adicionais implica a que os recursos não são o bastante para cumprir com as necessidades dos receptores. Esse mesmo tipo de relação se estende às outras expressões destacadas na Figura 12, em que ao colocar que o processo de transferência desses recursos precisa seguir os princípios das expressões da parte superior da figura, compreende-se que este está sendo feito de acordo com as expressões da parte inferior da figura.

Há também uma outra estratégia estabilizada nas declarações de 2009 e 2014 que demonstra insatisfação com os países desenvolvidos, que é baseada em evidenciar como que, apesar de suas limitações, buscam executar todos os compromissos feitos dentro do RIMC. Com isso, os discursos mais uma vez estabilizam a identidade dos SIDS de países em desenvolvimento e especialmente vulneráveis devido a sua carência de recursos, mas incluem aqui um novo processo de adjetivação: como aqueles que levam as regras e compromissos do regime a sério, em contraste com os outros países, desenvolvidos e detentores de recursos, que não têm o mesmo engajamento com as ações de mitigação do regime.

Essa estratégia pode ser vista no trecho a seguir:

Nós salientamos que ainda que os SIDS são os que menos contribuíram para as emissões globais, e tem recursos humanos, financeiros e técnicos limitados, nossas nações continuam a tomar ações significativas para a redução de nossas emissões, incluindo através de iniciativas energéticas regionais e inter-regionais (AOSIS, 2009, s.p, tradução livre)⁷¹

Aqui, não há menção direta ao *other*, mas há uma construção clara da identidade dos SIDS, eles são construídos como os países menos responsáveis pela mudança do clima, mas também, aqueles que se esforçam para cumprir com todas as obrigações instituídas pelo RIMC. Esse *self* se constrói em contraste com um *other* que: a) contribuiu mais com as emissões globais; b) possui recursos humanos, financeiros e técnicos abundantes; c) mas que não tomam ações significativas para a redução de emissões.

Essas características associadas ao *other* via não discurso são também, características associadas aos países desenvolvidos em outros momentos da Declaração da AOSIS sobre a Mudança do Clima de 2009 ou em outras declarações analisadas aqui. Quando voltando aos

⁷¹ We underscore that while SIDS contribute the least to global emissions, and have limited human, financial and technical resources, our nations continue to take significant actions towards the reduction of our own emissions including through regional and inter-regional energy initiatives.

documentos de períodos anteriores, há a construção dos países desenvolvidos como os maiores emissores de GEE's devido a sua industrialização prévia na Declaração de Malé. Tanto na Declaração da AOSIS sobre a Mudança do Clima quanto nas Declarações dos Líderes da AOSIS de 2012 e 2014, há cobranças por transferências de recursos por parte dos países desenvolvidos, o que implica que eles são detentores de tais. Na própria Declaração da AOSIS sobre a Mudança do Clima há também trechos em que os países desenvolvidos são descritos como partes que não estão cumprindo com seus compromissos. A Figura 13 ilustra as relações descritas acima com os trechos citados de cada uma das declarações.

Figura 14: Relação entre a construção dos *selfs* na Declaração da AOSIS sobre a Mudança do Clima de 2009 e a construção dos países desenvolvidos em outras declarações

Adjetivação dos <i>selfs</i>	Documento de origem da adjetivação do <i>other</i>	Adjetivação do <i>other</i>
[...] menos contribuíram para as emissões globais [...]	Declaração de Malé	[...] a sobrecarga da atmosfera por gases de efeito estufa aconteceu primeiramente pela ação das nações industrializadas durante os últimos duzentos anos [...]
[...] tem recursos humanos, financeiros e técnicos limitados [...]	Declaração de líderes da AOSIS de 2012	[...] necessidade dos países desenvolvidos em prover recursos de financiamento, tecnologia e <i>capacity building</i> adicionais [...]
[...] nossas nações continuam a tomar ações significativas para a redução de nossas emissões [...]	Declaração da AOSIS sobre a Mudança do Clima de 2009	Muito perturbados que apesar dos compromissos de mitigação feitos pelas partes [...] especialmente dos países desenvolvidos, as emissões globais continuam crescendo [...]

Fonte: Formulado pela autora com base em Small States Conference... (1989), AOSIS (2009) e AOSIS (2012)

Na Declaração dos Líderes da AOSIS de 2014 o mesmo trecho citado acima está presente. No documento, a presença desse trecho se dá com a expressão “Enfatiza [...]” (AOSIS, 2014, pg. 2, tradução livre)⁷² abrindo o tópico em que esse se encontra, o que indica a ideia de que o que está sendo dito é conhecido pelos leitores e que deve ser dada a devida atenção. Isso indica que há uma continuidade nesse discurso e mobilização dessa identidade do *self* como uma parte comprometida com o RIMC ainda que sem recursos e do *other* como partes que possuem capacidade de cumprir com suas responsabilidades mas não o faz.

Nesse mesmo documento, logo antes do trecho destacado anteriormente, a AOSIS declara que os SIDS, ainda que fossem países muito vulneráveis às consequências da MGC,

⁷² Emphasize [...]

estão ocupando uma posição forte de liderança em direção da tomada de ação rápida e efetiva. O trecho é o seguinte: “Salienta que os SIDS são extremamente vulneráveis à mudança do clima e têm demonstrado forte liderança na chamada por ação urgente e ambiciosa para endereçar a mudança do clima” (AOSIS, 2014, pg. 3, tradução livre, grifo da autora)⁷³. Esse trecho destaca-se que há uma estabilização da identidade dos SIDS como os países muito vulneráveis à MGC e essa estabilização é seguida por uma frase que remete à ideia frequente de que os países desenvolvidos são responsáveis pela liderança do RIMC.

Sendo assim, é possível ver nos discursos dos SIDS um conjunto de construções discursivas que define o *other* como os países desenvolvidos, que não estão contribuindo tanto com o RIMC quanto deveriam. Destaca-se que esses discursos são bem localizados na formação discursiva do RIMC, muitas vezes se utilizando das divisões entre anexos presentes na própria UNFCCC durante as construções da diferença entre o nós e os outros, assim como alguns princípios, a exemplo do princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas.

Porém, é importante salientar que o discurso de 1999, a Declaração de Majuro sobre a Mudança do Clima, possui um discurso contraditório sobre os países desenvolvidos. Nesse documento, eles são tratados como parceiros generosos, dispostos a apoiar o processo de adaptação e mitigação dos SIDS. Ressalta-se que o documento em questão não contradiz apenas discursos feitos posteriormente, mas também entra em conflito com a forma com que a Declaração de Malé de 1989 constrói os desenvolvidos: como os responsáveis pela MGC e que moralmente precisam de liderar a ação contra a mudança do clima.

Sendo assim, é possível dizer que a construção do *other* como os países desenvolvidos e causadores da MGC é livre de contradição nos discursos dos SIDS. Essa identidade passa por um processo de estabilização diferente em discursos diferentes. As duas identidades atribuídas a esses países são, de certa forma, até mesmo antagônicas, uma vez que em alguns discursos estes são opositores aos SIDS e em outros aliados.

⁷³ Underscore that SIDS are extremely vulnerable to climate change and have demonstrated strong leadership in calling for ambitious and urgent action to address climate change

5. CONCLUSÕES

Este trabalho foi orientado pela seguinte pergunta de pesquisa: como se observa a construção da identidade de principais vítimas da MGC pelos SIDS e seus representantes em atuação no Regime Internacional de Mudança Climática (RIMC)? E teve como objetivo geral: Compreender as estratégias de construção de identidades mobilizadas pelos SIDS em discursos feitos no RIMC. Para concluir este objetivo e responder à pergunta problema foi executada uma análise de discurso pós-estruturalista de cinco documentos sobre o aumento do nível dos oceanos, produzidos pela Conferência dos Pequenos Estados Insulares e pela AOSIS.

Desta forma, através da análise foi possível perceber que a identidade dos SIDS é construída em torno da ideia de vulnerabilidade e seu *status* de países em desenvolvimento. Não há nos discursos momentos em que esses países são chamados explicitamente de “as grandes vítimas” da mudança do clima, mas os discursos criam uma relação entre os *selves*, que são construídos como vulneráveis e em desenvolvimento, e os *others*, que são construídos como desenvolvidos e detentores de recursos, que envolve um tipo de responsabilidade moral desses últimos sobre a segurança dos primeiros.

Isso se dá da seguinte forma: os SIDS, em seus discursos, apropriam-se de uma narrativa que faz parte da formação discursiva do RIMC, informada pelo IPCC e outros órgãos científicos, que trata da MGC como um fenômeno causado pelo acúmulo de GEEs na atmosfera. Este acúmulo foi gerado por processos de industrialização e os países incluídos nas categorias de desenvolvidos são os que executaram esses processos primeiro e, a partir disso, se desenvolveram e se tornaram mais ricos.

Com base nessa construção, é criada uma relação de causalidade e de injustiça: os países desenvolvidos, então, são os causadores da mudança do clima, mas também são aqueles que detêm as condições de executar processos de adaptação às consequências do fenômeno em questão. Sendo assim, nesse discurso, o processo que deixou esses países em uma situação minimamente confortável para responder aos desafios causados pela MGC, é o mesmo que causou esses desafios.

Sendo assim, os *others*, são responsáveis indiretos pela ameaça em questão, mas mesmo assim, são tratados como agentes que possuem obrigações para com os *selves*. Tais obrigações são descritas nos discursos dos SIDS, e as especificações delas apresentam continuidade desde o primeiro discurso analisado, a Declaração de Malé de 1989, e são: a

obrigação em disponibilizar financiamento para os países em desenvolvimento, a obrigação de transferir tecnologia para os países em desenvolvimento e a obrigação de tomar a posição de liderança no RIMC.

Nos três últimos discursos analisados, que foram escritos nos anos de 2009, 2012 e 2014, os SIDS demonstram insatisfação com os *others* em relação às responsabilidades atribuídas a eles nos discursos. Para além de serem dotados de responsabilidades, os discursos também constroem um cenário em que esses países ainda não cumprem com aquilo lhes que foi atribuído. Destaca-se que essas responsabilidades são construídas como deveres morais na Declaração de Malé de 1989 (SMALL STATES CONFERENCE..., 1989). Considerando a continuidade das construções feitas nesse discurso (a Declaração de Malé), é possível se compreender que o não cumprimento dessas atribuições leva aos países desenvolvidos a se tornarem agentes caracterizados por faltar com sua moralidade.

Essa insatisfação é aumentada quando os SIDS ainda colocam que, apesar de suas dificuldades, eles estão buscando executar seus processos de mitigação. Quando se pensa que grande parte dos elementos sobre essa construção de *selves* e *others* possui certa continuidade (mesmo que permeado por contradições, como pôde ser visto na Declaração de Majuro, quando os países desenvolvidos foram tratados como parceiros, em contraste com os outros discursos), é possível inferir que os elementos que ligam os países desenvolvidos a uma responsabilidade moral para com os em desenvolvimento ainda estão presentes.

Se for considerado que a MGC é tratada como uma ameaça existencial para os SIDS, pode ser possível pensar em uma narrativa em que esses elementos de responsabilidade e moralidade se entrelaçam ainda mais. Nesse sentido, a MGC é uma ameaça à integridade territorial e aos povos e culturas dos SIDS que foi causada justamente pelo processo que levou ao enriquecimento dos países dos quais eles dependem para financiamento e transferência tecnológica, localizando grande parte dos esforços para a manutenção desses países no internacional, ou o *outside*, porém, essas questões devem ser exploradas em pesquisas futuras.

6. REFERÊNCIAS

ACP. **The Lomé Convention**. s.d. Disponível em: <<http://www.acp.int/content/lome-convention>>. Acesso: 02/06/2020.

AOSIS. **Alliance of Small Island States: 25 Years of Leadership at the United Nations**. Online, 2015, 22pg. Disponível em: <http://aosis.org/wp-content/uploads/2015/12/AOSIS-BOOKLET-FINAL-11-19-151.pdf?bcsi_scan_cabb249f18b09402=0&bcsi_scan_filename=AOSIS-BOOKLET-FINAL-11-19-151.pdf> Acesso: 05/05/2020

AOSIS. **Alliance of Small Island States' Leaders Declaration, 2012**. 2012. Disponível em: <<https://www.aosis.org/wp-content/uploads/2012/09/2012-AOSIS-Leaders-Declaration-.pdf>> Acesso 07/01/2020.

AOSIS. **Alliance of Small Island States' Leaders Declaration, 2014**. 2014. Disponível em: <<http://mfaft.gov.jm/jm/images/AOSIS-Leaders-Declaration-1-September-2014.pdf>> Acesso 07/01/2020.

AOSIS. **Alliance of Small Island States Declaration on Climate Change**. 2009. Disponível em: <<http://unohrlls.org/UserFiles/File/SIDS%20documents/AOSIS%20Summit%20Declaration%20Sept%2021%20FINAL.pdf>> Acesso: 04/01/2021

AOSIS. **Majuro Statement on Climate Change**. 1999. Disponível em: <<https://enb.iisd.org/crs/aosis/statement.htm>> Acesso: 28/12/2020

AOSIS. **Rising Tides, Rising Capacity: Supporting a sustainable future for Small-Island Developing States**. Online, 2017, 24 pg. Disponível em: <<https://www.undp.org/content/dam/undp/library/Sustainable%20Development/Rising%20Tides%20Rising%20Capacity-Supporting%20a%20Sustainable%20Future%20for%20Small%20Island%20Developing%20States.pdf>> Acesso: 17/09/2020

BARRETT, Kaymara; DAWSON, Altricia; MCKENZIE, Sidonia. The Debts Experience of the SIDS in Atlantic, Indian Ocean, Mediterranean and South China Sea. IN: TENNANT, David F. KING, Damien (ed). **Debt and Development in Small Island Developing States**. Londres: Palgrave Macmillan, 2014, pg. 97-134.

BECKER, Chris. Small Island States in the Pacific : the Tyranny of Distance [Working Paper n. 12/223, pg. 3-26]. **IMF Working Papers**. 2012. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2016/12/31/Small-Island-States-in-the-Pacific-the-Tyranny-of-Distance-26253>> Acesso: 23/02/2020.

BETZOLD, Carola. 'Borrowing' Power to Influence International Negotiations: AOSIS in the Climate Change Regime, 1990–1997. **Politics**. Thousand Oaks: vol. 30, n.3, 2010, pg. 131-148.

BOYKOFF, Maxwell T. **Who Speaks for the Climate**. Cambridge: Cambridge University

Press, 2011.

CALKIVIK, Asli. Poststructuralism and Postmodernism in International Relations. IN: MARLIN-BENNET, Renée (ed). **Oxford Research Encyclopedias: International Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2017. Disponível em: <<https://oxfordre.com/internationalstudies/view/10.1093/acrefore/9780190846626.001.0001/acrefore-9780190846626-e-102>>. Acesso: 20/01/2020.

CAMPBELL, David. **Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

CAMPLING, Liam. A critical Political Economy of the Small Island Developing States Concept: South-South Cooperation for the Island-Citizens?. **Journal of Developing Societies**. Nova York: vol. 22, n. 3, 2006, pg. 235-285.

CHEN, C. et al. **University of Notre Dame Global Adaptation Index: Country Index Technical Report**. 2015. Disponível em: <https://gain.nd.edu/assets/254377/nd_gain_technical_document_2015.pdf>. Acesso: 04/05/2020.

DAGHER, Ruby. **Policy space under a constraining combination – open economies, austerity and small island states**. *Third World Quarterly*. Abingdon-on-Thames: vol. 40, n. 6, 2019, pg. 1040-1063.

DALBY, Simon. Biopolitics and climate security in the anthropocene. **Geoforum**. Amsterdã: vol. 49, n.1, 184-192, 2013a.

DALBY, Simon. The geopolitics of climate change. **Political Geography**. Amsterdã: vol.37, n.1, pg. 38-47, 2013b.

DEPLEDGE, Joanna; YAMIN, Farhana. **The International Climate Change Regime: A guide to Rules, Institutions and Procedures**. Nova York: Cambridge University Press, 2005.

DEPLEDGE, Joanna. **The Organization of Global Negotiations: Constructing the Climate Change Regime**. Londres: Earthscan, 2013.

DERRIDA, Jacques. **A Escritura e a Diferença**. São Paulo: 2002.

DILLET, Benoît; MACKENZIE, Iain; PORTER, Robert. Introduction. IN: DILLET, Benoît (ed); MACKENZIE, Iain (ed); PORTER, Robert (ed). **The Edinburgh Companion to Poststructuralism**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2013, pg.1-22.

FERREIRA, Maurício dos Santos; TRAVERSINI, Clara Salete. A Análise Foucaultiana do Discurso como Ferramenta Metodológica de Pesquisa. **Educação&Realidade**. Porto Alegre: vol. 38, n.1, 2013, pg. 207-226.

FENNY, Simon; MCGILLIVRAY, Mark. Aid and Growth in SIDS. **Journal of Development Studies**. Abingdon: vol. 46, n. 5, pg. 897-917, 2010.

FRANK, David John. Science, Nature, and the Globalization of the Environment, 1870-1990. **Social Forces**. Oxford: vol. 76, n. 2, pg. 409-435, 1997.

FOUCAULT, Michael. **Arqueologia do Saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, pg. 231-249.

GIACOMONI, Marcello Paniz. VARGAS, Anderson Zalewski. Foucault, a Arqueologia do Saber e a Formação Discursiva. **Veredas – Revista de Estudos Linguísticos**. Juiz de Fora: vol. 14, n. 2, 2010, pg. 119-129.

GILL, Rosalind. Análise de Discurso. IN: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um manual prático**. 13ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015, 244-270.

GRIST, Natasha. Positioning Climate Change in Sustainable Development Discourse. **Journal of International Development**. Hoboken: n. 20, vol. 1, 2008, pg. 783–803.

HANSEN, Lene. R.B.J.Walker and International Relations: deconstructing a discipline. IN: NEUMANN, Iver B.; WÆVER, Ole. **The Future of International Relations**. Londres: Routledge, 1997, p.339-360.

HANSEN, Lene. **Security as practice: Discourse analysis and the Bosnia War**. New York: Routledge, p. 15-92, 2006.

HARRIS, Paul G. Introducion. IN: HARRIS, Paul G. (ed). **Routledge Handbook of Global Environmental Politics**. Abingdon: 2014, pg. 1-16.

HEIN, Philippe. Small Island Developing States: origin of the category and definition issues. IN: UNCTAD. **Is a special treatment of small island developing States possible?**. pg. 1-22, 2004, disponível em: <https://unctad.org/en/Docs/ldc20041_en.pdf>. Acesso: 22/02/2020.

ISLAND VULNERABILITY. **Small States Conference on Sea Level Rise 14-18 November 1989 Male, the Maldives**. Disponível em: <<http://www.islandvulnerability.org/slr1989.html>>. Acesso: 22/12/2020.

IPCC, **Special Report: Global Warming of 1,5° - Summary for Policymakers**. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/sr15/chapter/spm/>> Acesso: 20/07/19.

IPCC, **Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change - Summary for Policymakers**. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/ar4-wg2-spm-1.pdf>> Acesso: 20/07/19.

IPCC, Small Island. IN: IPCC, **AR5 Climate Change 2014: impacts, adaptation and vulnerability**. Online, 2014, pg. 1613-1354. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/WGIIAR5-Chap29_FINAL.pdf> Acesso: 20/07/19.

IPCC, **Climate Change 2007: synthesis report**. Online, 2007, 112 pg. Disponível em:

<https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/ar4_syr_full_report.pdf> Acesso: 20/07/19.

IVANOVA, Maria. Politics, Economy and Society. IN: KLEIN, D. et al. (ed). **The Paris Agreement on Climate Change: Analysis and Commentary**. Oxford: Oxford University Press, 2017, pg. 17-26.

KASENALLY, Roukaya. Mauritius: paradise reconsidered. **Journal of Democracy**. Baltimore: vol. 22, n.2, 2011, pg.160-169.

LEITE, Lucas Amaral Batista. Linguagem e Identidade nas relações internacionais. IN: LEITE, Lucas Amaral Batista. **A Construção do Inimigo nos Discursos Presidenciais Norte-Americanos do Pós-Guerra Fria**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013, pg. 21-36.

LINDSAY, Courtney. Norm rejection: Why small states fail to secure special treatment in global trade politics. **Small States & Territories**. Msida: vol. 2, n. 1, 2019, pg. 105-124.

LUMSDEN, Simon. Poststructuralism and Modern European Philosophy. IN: DILLET, Benoît (ed); MACKENZIE, Iain (ed); PORTER, Robert (ed). **The Edinburgh Companion to Poststructuralism**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2013, pg. 23-46.

MULLER, Marcus; BEHR, Hartmut; STEFFEK, Jens. The discursive formation of key terms in International Relations. IN: SIMONNÆS, Ingrid; ANDERSEN, Øivin; SCHUBERT, Klaus. **New Challenges for Research on Language for Special Purposes**. Berlin: Frank & Timme, 2019, pg.105-120.

MUSSALIM, Fernanda. Análise de Discurso. IN: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à linguística 2: domínios e fronteiras**. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2004, pg. 101-142.

NABERS, Dirk. **A Post-Structuralist Discourse Theory of Global Politics**. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

ND-GAIN. **Country Index**. 2020. Disponível em: <<https://gain.nd.edu/our-work/country-index/rankings/>> Acesso: 26/08/2020.

OMS. **Climate Change and Health in Small Island Developing States: a WHO special initiative**. 2018. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/279987/9789241514996-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso: 14/09/2020.

ONU. **AOSIS Summit on Climate Change**. 2009. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/index.php?page=view&type=13&nr=371&menu=1634#:~:text=On%2021%20September%202009%2C%20on,Level%20Summit%20on%20Climate%20Change.&text=The%20main%20highlight%20of%20the,the%20AOSIS%20Climate%20Change%20Declaration>>. Acesso: 27/10/2020.

ONU. **Creation of the LDC category and timeline of changes to LDC membership and criteria**. s.d(a). Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/dpad/least-developed-country-category/ldcs-at-a-glance.htm>> Acesso: 10/01/2021.

ONU, **LDC Identification Criteria and Indicators**. s.d(b). Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/dpad/least-developed-country-category/ldc-criteria.html>> Acesso: 10/01/2021.

ONU. **LDCs at a Glance**. s.d(c). Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/dpad/least-developed-country-category/ldcs-at-a-glance.htm>> Acesso: 10/01/2021.

ONU. **Small Island Developing States and the UN - timeline**. 2014. Disponível em: <<https://www.un.org/en/events/islands2014/smallislands.shtml>>. Acesso: 01/08/2020.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes Editores, 2001, 100 p.

OUR WORLD IN DATA. **CO₂ and Greenhouse Gas Emissions**. 2020. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/co2-and-other-greenhouse-gas-emissions>>. Acesso: 26/08/2020.

PATERSON, Matthew; GRUBB, Michael. The International Politics of Climate Change. **International Affairs**. Londres: vol. 68, n. 2, 1992, pg. 293-310.

PETERS, Michael. **Pós-Estruturalismo e a filosofia da diferença: uma introdução**. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2000.

POLIDO, Alexandra; JOÃO, Elsa; RAMOS, Tomás B. Sustainability approaches and strategic environmental assessment in small islands: An integrative review. **Ocean & Coastal Management**. Amsterdã: vol. 96, n. 1, 2014, pg. 138-148.

PRASAD, Biman; PRAKASH, Kushneel. The Debt Experience of the SIDS in the Pacific. IN: TENNANT, David F. KING, Damien (ed). **Debt and Development in Small Island Developing States**. Londres: Palgrave Macmillan, 2014, 71-96.

ROBINSON, Michele. The Debt Experience of the SIDS in the Caribbean. IN: TENNANT, David F. KING, Damien (ed). **Debt and Development in Small Island Developing States**. Londres: Palgrave Macmillan, 2014, 29-70.

SANTOS, Letícia Britto dos. **THE SMALL ISLAND DEVELOPING STATES (SIDS): responses for the securitization of climate change**. 2018. Tese (doutorado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SMALL STATES CONFERENCE ON SEA LEVEL RISE. **Male Declaration on Global Warming and Sea Level Rise**. 1989b. Disponível em: <<http://www.islandvulnerability.org/slr1989/declaration.pdf>>. Acesso: 22/12/2020.

SMALL STATES CONFERENCE ON SEA LEVEL RISE. **Report**. 1989b. Disponível em: <[islandvulnerability.org/slr1989/report.pdf](http://www.islandvulnerability.org/slr1989/report.pdf)>. Acesso: 22/12/2020.

SOLARZ, Marcin Wojciech; WOJTASZCZYK, Małgorzata. Are the LDCs really the world's least developed countries?. **Third World Quarterly**. Abingdon: vol. 38, n. 4, 2016, pg. 805-821,

SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS. **BPOA (1994) - Barbados Programme of Action**. s.d.a. Disponível em:

<<https://sustainabledevelopment.un.org/conferences/bpoa1994>>. Acesso: 01/06/2020

SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS. **Samoa Pathway: High level midterm review 2019**. 2019. Disponível em:

<<https://sustainabledevelopment.un.org/sids/samoareview#home>>. Acesso: 01/06/2020

TENNANT, David F. Debt and Development in SIDS: An Urgent Call for Action. IN: TENNANT, David F. KING, Damien (ed). **Debt and Development in Small Island Developing States**. Londres: Palgrave Macmillan, 2014, pg. 1-11.

UMEMURA, Tetsuo. Small Island Developing States and Globalization: Development Potential, IN: ISHIHARA, Masahide; HOSHINO, Eiichi; FUJITA, Yoko (ed). **Self-determinable Development of the Small Islands**. Cingapura: Springer, 2016, pg. 133-158.

UNCED. **Agenda 21**. 1992a. Disponível em:

<https://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/CadernodeDebates9.pdf>. Acesso 12/07/2020

UNCED. **Convenção Quadro das Nações Unidas Sobre o Clima**. 1992b. Disponível em:

<<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/normas-e-legislacao/tratados/convencoes-meio-ambiente/convencao-quadro-das-nacoes-unidas-sobre-mudanca-do-clima.pdf/view>>. Acesso: 22/12/2020

UNCTAD. **History of UNCTAD**. 1985. 294p. Disponível em:

<https://unctad.org/en/Docs/ldc20041_en.pdf>. Acesso: 01/06/2020

UNEP. **GEO SIDS Outlook**. 2014. Disponível em:

<http://www.uneplive.org/media/docs/region/59/GEO_SIDS_final.pdf>. Acesso: 27 de fev. 2019.

UNFCCC. **About CDM**. s.d.a. Disponível em <<https://cdm.unfccc.int/about/index.html>> Acesso: 18/01/2021.

UNFCCC. **Climate Change: Small Island Developing States**. 2005. Disponível em:

<https://unfccc.int/resource/docs/publications/cc_sids.pdf>. Acesso: 04/05/2020.

UNFCCC. **Information Unit for Conventions (IUC)**. 2000. Disponível em:

<<https://unfccc.int/cop3/fccc/climate/fact17.htm>> . Acesso: 10/11/2020.

UNFCCC. **Time-line**. s.d.a. Disponível em: <<https://unfccc.int/timeline/>>. Acesso: 10/08/2020

UN-OHRLLS. **About SIDS**. s.d.a. Disponível em: <<http://unohrlls.org/about-sids/>>. Acesso: 04/05/2020.

UN-OHRLLS. **About UN-OHRLLS**. s.d.b. Disponível em: <<http://unohrlls.org/about-un-ohrlls/>>. Acesso: 31/05/2020.

UN-OHRLLS. **List of Least Developed Countries**. 2018. Disponível em:

<<http://unohrlls.org/custom-content/uploads/2018/12/list-of-least-developed-countries-rev1.pdf>> Acesso: 16/07/2020.

WALKER, R.B.J. **Inside/Outside:** International Relations as Political Theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, 233 pg.

WORLD BANK DATA. **Imports of goods and services (%GDP)**. s.d.(a). Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NE.IMP.GNFS.ZS?end=2017&name_desc=false&start=2017&type=points&view=bar> Data: 20/05/2020

WORLD BANK DATA. **Imports Of Goods And Services (Current US\$)**. s.d.(b). Disponível em: <<https://datacatalog.worldbank.org/imports-goods-and-services-current-us-1>>. Data: 20/05/2020

WORLD BANK DATA. **World Bank Open Data**. s.d. (c). Disponível em: <<https://data.worldbank.org/>>. Data: 02/07/2020.